

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE TURISMO E HOTELARIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO

NIKITA CHRYSAN DA SILVA PIRES

**A FÁBRICA BRASIL INDUSTRIAL COMO SÍMBOLO HISTÓRICO E ATRATIVO TURÍSTICO:
ADOTANDO A INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL PARA A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA
E DA IDENTIDADE, EM PARACAMBI – RJ**

NITERÓI
2013

NIKITA CHRYSAN DA SILVA PIRES

**A FÁBRICA BRASIL INDUSTRIAL COMO SÍMBOLO HISTÓRICO E ATRATIVO TURÍSTICO:
ADOTANDO A INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL PARA A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA
E DA IDENTIDADE, EM PARACAMBI – RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Turismo da
Universidade Federal Fluminense como
requisito de avaliação para obtenção do título
de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karla Estelita Godoy

NITERÓI

2013

**A FÁBRICA BRASIL INDUSTRIAL COMO SÍMBOLO HISTÓRICO E ATRATIVO TURÍSTICO:
ADOTANDO A INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL PARA A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA
E DA IDENTIDADE, EM PARACAMBI – RJ**

Por

NIKITA CHRYSAN DA SILVA PIRES

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Turismo da
Universidade Federal Fluminense como
requisito de avaliação para obtenção do título
de Bacharel em Turismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Karla Estelita Godoy – Orientadora - UFF

Prof.^a Dr.^a Valéria Lima Guimarães - UFF

Prof.^o Dr.^o Ari da Silva Fonseca Filho - UFF

Niterói, 13 de dezembro de 2013

À minha Mãe que me ensinou a sempre acreditar nos sonhos, e ao meu Pai que me mostrou a coragem para segui-los.

À minha Avó, que acaba de me deixar sem uma amiga ciumenta e territorial, mas me deu mais um anjo da guarda. Você viu meu início, e eu estava lá na sua partida, obrigada pelos 23 anos que estive comigo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Karla Godoy, que, por diversas vezes, acreditou mais em meu potencial acadêmico do que eu mesma.

Aos professores Ari da Silva Fonseca Filho e Valéria Lima Guimarães, que além de me privilegiarem com suas presenças em minha banca examinadora, protagonizaram momentos que ultrapassam as fronteiras de uma disciplina.

Aos mestres da Universidade Federal Fluminense, que mais que compartilhar conhecimento, me ofereceram uma segunda casa. Em especial Telma Lasmar, Isabela Sacramento, Carlos Alberto Lidízia, Frederico Cascardo e Talita Barreto.

Aos meus Pais, por sempre estarem ao meu lado e pelas constantes e inesquecíveis recordações de que o dia da entrega final estava chegando.

As companheiras de caminhadas que apesar de tão diferentes levarei comigo em cada estrada da vida: Beatriz Dias, Eduarda Farrapo, Nathália Gomes e Thaís Mota.

A Deus, que acima de todos me concedeu a vida e todas as oportunidades que nela me acompanharam.

Nada revive o passado tão plenamente quanto o cheiro que uma vez esteve
associado a ele.

Vladimir Nabakov

RESUMO

Aquele que não conhece seu próprio passado jamais poderá construir seu futuro sob as bases fixadas pelos antepassados de seu povo. Partindo dessa premissa e considerando a possível falta de percepção sobre a significação do seu patrimônio por parte dos moradores da cidade de Paracambi, RJ, o presente trabalho propõe-se a questionar de que forma poder-se-ia propor um novo olhar sobre os edifícios e a relevância histórica do município, a fim de integrar as pessoas ao significado do patrimônio e possibilitar um melhor acesso dos cidadãos aos bens históricos de sua cidade. Em uma realidade onde as memórias individuais e coletivas se misturam, tornando-se lendas ao passar do tempo, o patrimônio se configura como uma referência da história e da identidade das pessoas do lugar. As histórias devem ser relidas, recontadas, interpretadas. Em Paracambi identifica-se aquela que, um dia, influenciou um pequeno povoado a transformar-se em uma cidade, que cresceu junto de seu povo, e com ele continuou a existir, mesmo após o abandono de seus teares industriais: a antiga Cia Têxtil Brasil Industrial, também conhecida como Fábrica Brasil Industrial. Onde, antes, operários criavam tecidos, hoje, alunos e professores compartilham conhecimento, moradores fazem caminhadas ao seu redor e é o local que vem a ser um símbolo histórico para a cidade e, de certo modo, um atrativo turístico. Adotando técnicas interpretativas como recurso de valorização da memória e da identidade, em Paracambi, o presente trabalho visa a contribuir com a reflexão acerca de seu patrimônio, evocando a história e as memórias de seus ex-funcionários e dos moradores da cidade.

Palavras chaves: Patrimônio histórico. Memória e Identidade. Paracambi. Fábrica Têxtil Brasil Industrial.

ABSTRACT

One who does not know his past can never build your future on the foundations laid down by the ancestors of his people. From this premise and considering the possible lack of awareness about the significance of their heritage by the residents of the city of Paracambi, RJ, this paper proposes to ask how would be able to propose a new look at the buildings and historical significance of the city in order to integrate people to the significance of the patrimony and enable better access of citizens to the historical assets of their city. In a reality where the individual and collective memories mix, becoming the legends over time, the patrimony is configured as a reference from history and identity of local people. Stories should be reread, retold, interpreted. In Paracambi is identified the one that, one day, influenced a small settlement to become a town, which grew along with his people, and has continued to exist even after the abandonment of their industrial looms: the former CIA Têxtil Brasil Industrial, also known as Factory Brasil Industrial. Where before, workers created tissue today, students and teachers share knowledge, residents are walking around and is the location that happens to be a historical landmark for the city and, in a sense, a tourist attraction. Adopting interpretive techniques such as resource recovery of memory and identity in Paracambi, this paper aims to contribute to the discussion about their heritage, evoking the history and memories of its former employees and city residents.

Keywords: Historical Heritage. Memory and Identity. Paracambi. Brazil Industrial Textile Factory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Paracambi, imagem de satélite	66
FIGURA 2 - Paracambi, mapa rodoviário	67
FIGURA 3 - Sinalização – Região Turística do Vale do Café	68
FIGURA 4 - Paracambi, PIB	70
FIGURA 5 – Parque Municipal do Curió - Vista por Satélite	71
FIGURA 6 – Parque Municipal do Curió - Área demarcada	72
FIGURA 7 – Cia Têxtil Brasil Industrial	73
FIGURA 8 – Estação de Trem de Paracambi	76
FIGURA 9 – Estação de Trem de Paracambi	76
FIGURA 10 – Estação de Trem de Paracambi (Atual)	77
FIGURA 11 – Estação de Trem de Paracambi (Atual)	77
FIGURA 12 – Cia Têxtil Brasil Industrial	78
FIGURA 13 – Cia Têxtil Brasil Industrial	79
FIGURA 14 – Capela Nossa Senhora da Conceição (1907)	80
FIGURA 15 – Capela Nossa Senhora da Conceição (2013)	81
FIGURA 16 – Capela Nossa Senhora da Conceição - 2013	81
FIGURA 17 – Casarão	82
FIGURA 18 – Placa Comemorativa de Reinauguração	82
FIGURA 19 – Clube Brasil Industrial	84
FIGURA 20 – Clube Brasil Industrial	84
FIGURA 21 - Clube Brasil Industrial (Nova entrada)	85
FIGURA 22 – Clube Municipal Cassino	85
FIGURA 23 – Bonde puxado pelo Burro Preto	90
FIGURA 24 – Transeuntes na chegada à fábrica – Local de pesquisa	93
FIGURA 25 – Transeuntes na chegada à fábrica – Local de pesquisa	94
FIGURA 26 – Casa na Avenida dos Operários	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO.....	15
1.1. MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	15
2. O PATRIMÔNIO, A INTERPRETAÇÃO E O CIDADÃO.....	35
2.1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL.....	35
2.2. O TURISTA E A SUA CIDADE.....	59
3. PARACAMBI: PATRIMÔNIO, LENDAS E HISTÓRIA.....	66
3.1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO: BEM-VINDO AO VALE DO CAFÉ.....	66
3.2. A CIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL E O NASCIMENTO DE MACACO PEQUENO.....	74
3.3. LENDAS E CONTOS DE UM POVO.....	87
3.3.1. Escravos e Tijolos.....	88
3.3.2. Burro Preto.....	89
3.3.3. A Vingança da Santa.....	90
4. A PERCEPÇÃO DO CIDADÃO E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR..	92
4.1. A PARACAMBI DOS PARACAMBIENSES.....	92
4.2. A INTERPRETAÇÃO EM PARACAMBI: PARA ATRAIR SEU POVO E CONTAR SUA HISTÓRIA.....	102
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES.....	113
APÊNDICE A – PERGUNTAS BASE PARA A PESQUISA DE CAMPO.....	113

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o ser humano se adaptou a diferentes localidades e construiu lares para si e suas famílias. Enquanto crescia como sociedade, ganhando novas necessidades coletivas, criou e edificou bens de uso coletivo com finalidades distintas, e muitos desses bens ultrapassaram a barreira do tempo e permanecem até hoje no cotidiano das cidades.

Seja nas grandes capitais mundiais ou nos pequenos povoados de interior, cada sociedade possui passado e presente próprios, bem como suas memórias seus patrimônios e expressões culturais. Os bens patrimoniais e coletivos de cada comunidade não só representam o passado do povo, como também podem influenciar na vida de cada cidadão, integrando suas histórias e momentos vividos.

No município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, está localizada a Fábrica Têxtil Brasil Industrial. Fundada ainda no segundo Reinado do período Imperial brasileiro, a fábrica foi uma das principais razões para o crescimento e desenvolvimento daquela região, palco de diversos acontecimentos históricos e sendo visitada duas vezes pela família imperial, privilégio de poucas cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro.

É nesse contexto que se apresenta o título deste trabalho: A Fábrica Brasil Industrial como símbolo histórico e atrativo turístico: adotando a interpretação patrimonial para a valorização da memória e da identidade, em Paracambi – RJ. Baseando-se nos preceitos de memória e identidade relacionados ao patrimônio histórico como guardião da memória coletiva de uma sociedade, este trabalho se justifica pela necessidade de compreender a relação entre o morador da cidade de Paracambi e seu patrimônio coletivo, esclarecendo como este se identifica e reconhece a relevância do bem coletivo em sua própria vida e na construção da história da comunidade local.

Abrigando, hoje, o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), bem como cursos de nível superior do Cederj, o curso de música Villa Lobos e também órgãos e secretarias municipais, a fábrica Brasil Industrial está localizada logo na entrada do Parque Municipal do Curió, fazendo parte do passado de muitos moradores, pessoas essas que foram operárias no passado e residem na cidade até hoje.

No entanto, apesar do valor histórico presente neste patrimônio, importante não só no contexto nacional da época do Império, mas também para a própria formação e nascimento da cidade, hoje se percebe pouca integração entre o significado histórico desse patrimônio e os moradores do município. Pode-se dizer que muitos não conhecem o início da formação da Fábrica Brasil Industrial, muito menos sua relação com a construção da cidade e de outros edifícios datados da mesma época, construídos pelos próprios operários da fábrica conforme a cidade crescia e a vida demandava novas necessidades.

Talvez a memória deste tempo tenha ficado confinada nas mentes da geração mais antiga da população, o que dificulta que os moradores mais jovens reconheçam o patrimônio da cidade dando-lhe o devido valor como precursor do desenvolvimento local, e não apenas como um grande prédio histórico.

É nesse contexto que reside o problema a ser analisado neste trabalho. Procura-se saber o que os moradores do município conhecem a respeito do patrimônio da cidade, não só da Fábrica em si, mas também de outras construções ligadas a ela, que ainda existem. Qual a imagem desse patrimônio e como ele se integra à vida das pessoas? O que ainda precisa ser contado para que os moradores se aproximem do patrimônio, e entendam que este não guarda só a própria história, mas também a história da construção daquela sociedade?

Tentaremos então responder à principal pergunta que norteará e guiará o desenvolvimento da presente pesquisa: Considerando-se a possível falta de percepção sobre o significado do seu patrimônio por parte dos moradores, de que forma poder-se-ia propor um novo olhar sobre os edifícios e a relevância histórica do município de Paracambi, RJ, a fim de integrar as pessoas ao significado do patrimônio e possibilitar um melhor acesso dos cidadãos aos bens históricos de sua cidade?

Para alcançar a resposta deste problema buscou-se estipular um objetivo a ser alcançado ao final deste trabalho: analisar o entendimento dos moradores da cidade em relação ao seu patrimônio histórico, e a relevância deste para com demais construções do município, de forma a identificar possíveis brechas a serem preenchidas por uma melhor leitura interpretativa, uma maior comunicação e uma devida exposição do patrimônio, bem como ampliar a visibilidade dos atrativos históricos e turísticos da cidade.

Para o alcance deste objetivo não existe apenas a necessidade de entrevistar moradores, mas também de entender as teorias que relacionam o patrimônio histórico à vida das pessoas, fomentando sua memória e identidade, bem como a própria história do local, necessária para identificar as faltas que podem ocorrer devido à passagem do tempo e da seletividade da memória no decorrer das gerações. Criaram-se, então, as etapas deste trabalho, apresentadas aqui como objetivos específicos:

- a. Apresentar reflexões a respeito dos conceitos de memória e identidade, e de como estes elementos influenciam na dinâmica da vida das pessoas.
- b. Definir os conceitos referentes ao patrimônio histórico e interpretação patrimonial, bem como suas possibilidades de utilização a fim de aproximar o cidadão de seu cotidiano.
- c. Localizar o objeto de estudo no tempo e espaço, sua localização geográfica e seu contexto histórico.
- d. Compreender a relação do morador de Paracambi com o patrimônio da cidade, identificando possíveis lacunas na história por eles absorvida, com o intuito de visualizar possíveis intervenções, visando à aproximação entre o sujeito e seu patrimônio.

O último objetivo específico deste trabalho lida diretamente com a percepção dos moradores em relação ao patrimônio da cidade e, portanto, tentou-se obter essa informação diretamente com eles. Foi realizada, então, uma pesquisa de campo que teve por metodologia a execução de entrevistas com transeuntes que circulavam próximos ao patrimônio principal da cidade, a antiga Cia Têxtil Brasil Industrial, também conhecida como Fábrica Brasil Industrial¹.

Sendo composta por nove perguntas abertas, a entrevista buscou a reflexão do indivíduo sobre cada questionamento feito, bem como suas impressões positivas e negativas a respeito de sua própria relação com o local e as pessoas que compartilham a área. Tendo como foco principal os moradores do município, a pesquisa é completamente qualitativa, onde não se ateu ao número de

¹ Apesar de o nome oficial ser Cia Têxtil Brasil Industrial, há o costume local de se referir ao prédio apenas por Fábrica Brasil Industrial. No decorrer deste trabalho, utilizaremos ambas as formas (Cia e Fábrica), ao nos referirmos ao edifício em questão.

entrevistados, mas sim à captação do pensamento de cada um, tendo como resultado algumas conversas com mais de 20 minutos de duração.

As entrevistas ocorreram entre os dias 13 e 17 de novembro de 2013, no período de 09h às 12h, por compreender dias úteis e fim de semana, e por ser o horário de maior movimentação de moradores na área do prédio. Para não intimidar o entrevistado ou deixá-lo tenso durante a entrevista, preferiu-se não utilizar nenhum meio de gravação de áudio ou imagem, uma vez que a intenção era captar as impressões do indivíduo durante sua reflexão sobre as perguntas feitas, deixando-o mais à vontade para expressar opiniões. Dessa forma, as respostas foram captadas por meio de palavras-chave que resumiam as contribuições dos entrevistados².

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O capítulo 1 busca apresentar reflexões e questionamentos a respeito da memória e da identidade, individual e coletiva, como conceitos de extrema importância para se compreender a relação entre sujeito, memória e patrimônio. Neste apresentou-se a relação que o indivíduo tem com a memória coletiva de seu povo, e que o possibilita a reconhecer e identificar-se com o passado que não é apenas individual, mas que faz parte da vida de toda a comunidade.

Já no segundo capítulo apresentam-se também os conceitos de patrimônio histórico e de interpretação patrimonial, em que o primeiro não apenas se relaciona com o passado, mas também auxilia na construção da memória coletiva e materializa a identidade e o reconhecimento do povo por seu passado. Neste sentido, a interpretação patrimonial pode aparecer como técnica fomentadora da recordação de fatos passados, cuja leitura interpretativa sobre o bem histórico possa auxiliar na comunicação dessa história para as pessoas que guardam memórias sobre aquele tempo.

Após os levantamentos teóricos, buscou-se identificar o objeto principal deste estudo, o patrimônio histórico da cidade de Paracambi. O capítulo três surge, então, para localizar o município dentro do estado do Rio de Janeiro, mostrando sua região e características atuais, para, em seguida, contar um pouco da história da formação e nascimento da cidade, em que se apresenta o patrimônio em questão como principal fomentador do desenvolvimento da região. Contam-se também, neste

² Durante as entrevistas, obteve-se a permissão oral dos participantes para que seus nomes, informações e depoimentos constassem neste trabalho.

momento, algumas peculiaridades locais, talvez irrelevantes para uns, mas com imenso significado para seu povo.

O capítulo quatro, último deste trabalho, apresenta a pesquisa de campo já mencionada. Após a apreciação dos dados coletados passou-se à análise e escrita das informações obtidas junto aos entrevistados, bem como à exposição das impressões captadas durante a pesquisa, visando a contextualizar o pensamento de cada participante.

Este trabalho não teve seu tema escolhido ao acaso pela autora, mas sim devido à sua relação com o patrimônio de sua terra natal, o município de Paracambi, RJ. Por mais de uma vez surpreendendo-se com a reflexão dos indivíduos, e com a própria história da cidade, em que muitos fatos só foram conhecidos durante essa pesquisa, expõem-se, aqui, os resultados obtidos, visando não apenas à sua utilização acadêmica, mas também ao seu aproveitamento por dos diversos setores e atores sociais, moradores, empresários, gestores públicos, a fim de impulsionar a aproximação das pessoas e de suas histórias com o patrimônio e os atrativos históricos.

1. MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

Desde os primórdios da história o ser humano tem a necessidade de pertencer a algum lugar, de ter sua terra, sua casa, seu lar. Olhar para o passado e descobrir referências de origem, tanto como indivíduos quanto como seres sociais, é algo que está sempre presente nas questões relacionadas com a identidade cultural, por mais que, na Contemporaneidade, o sujeito não se apoie mais em apenas uma identidade única, mas em identidades híbridas ou líquidas. Neste capítulo procura-se abordar, sob a ótica do patrimônio histórico, como se pode contar a história de um povo, criar identidades e gerar memórias comuns àqueles que vivem juntos em sociedade e que dividem passado e território.

1.1 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Memória e identidade são conceitos que caminham juntos, podendo se completarem e sobreporem. Memória é algo que nos remete ao passado, e que, de certa forma, une pessoas que também compartilharam dos mesmos momentos, possibilitando aproximação e identificação entre estes, pelo simples fato de terem determinado passado em comum.

Não é tarefa fácil adotar conceituações para memória e identidade, visto que sua própria formação é múltipla e repleta de significados. Se formos nos perguntar como cultivamos nossas memórias, ou então por que nos identificamos com determinados grupos, poderemos encontrar várias respostas e explicações, porém não necessariamente perfeitas e satisfatórias. Ambos os conceitos pertencem primeiramente ao indivíduo, e, apesar de existir sim em um contexto de sociedade, as memórias são, antes de tudo, uma criação individual, e a identidade parte primeiramente da própria pessoa e de sua visão e contexto de mundo.

Tais afirmações podem causar estranhamento e críticas, mas passemos a pensar e levar em consideração essa concepção. Uma criança não nasce sabendo de acontecimentos históricos ou de feitos do passado, esse conhecimento virá com os anos, conforme interage com as pessoas do redor e/ou se instrui formalmente. No entanto, a memória a se formar na mente da pessoa será unicamente dela, independente de com quantos outros tenha compartilhado os mesmos momentos.

Ou seja, mesmo sendo a memória individual fruto de uma construção coletiva, cada sujeito poderá ter suas próprias interpretações e compreensões a respeito de determinado fato.

Para exemplificar, pensemos em um grupo de crianças brincando nas ruas de uma cidade histórica qualquer, onde estão juntas compartilhando um momento que poderá ficar marcado mais tarde em suas memórias. Ao redor delas existe todo um patrimônio construído anos antes de seu nascimento, e que não necessariamente repercute para elas, naquele momento, um significado histórico, mas que certamente aparecerá como cenário ou plano de fundo de suas lembranças.

Essa visão pode nos mostrar a individualidade da memória. Por mais que as crianças brinquem juntas, cada uma terá um relato diferente sobre este dia, em específico, e talvez algumas nem venham a se lembrar dele. Para uns, as brincadeiras serão de um tipo e terão uma ordem, para outras terão ordem contrária ou, até mesmo, modalidades diferentes. Mesmo que tantas possibilidades não possam ter ocorrido ao mesmo tempo, não há como dizer que uma pessoa tem a memória “correta” e a outra não. Todas brincaram juntas, e para aquelas que se lembram, não importa o que exatamente foi feito, mas sim que naquela rua histórica, naquela parte da infância, momentos foram compartilhados com amigos e companheiros, que poderão ou não estar presentes no futuro, mas que sempre estarão nas lembranças. Como afirma Jô Gondar, “[...] a memória é algo que eles mesmos constroem a partir de suas relações sociais – e não a verdade do que se passou ou do que é.” (GONDAR, 2005, p. 18).

Talvez a maior parte das teorias que abordam a formação da memória seja contrária aos argumentos anteriores, porém se analisados profundamente, pode haver muito sentido em alegar que o princípio desta formação se dê de modo individual. Aquilo que temos em nossas mentes como lembranças será uma reprodução de nosso próprio ponto de vista, mesmo que muito seja feito em conjunto. Talvez muitas memórias não sejam “genuinamente nossas”, mas legados de nosso passado como sociedade, contudo o indivíduo acabará por absorver e guardá-las para si mesmo, transformando-as em propriamente suas.

Mas então como algo que é externo pode ser absorvido por uma pessoa? Talvez a resposta esteja na vontade e na necessidade de ser também parte daquilo. Continuando com o mesmo exemplo, talvez no momento em que aquele grupo estivesse brincando, outra criança poderia estar apenas assistindo. E, se essa

criança não estava brincando, seja lá por qual motivo, mas no fundo desejasse estar? Como ela se lembraria daquele momento? Como seria a sua lembrança daquele dia?

É sem dúvida impossível responder a todas essas questões com completa certeza, mas não é difícil pensar no que se formaria na mente dessa criança. O momento ficaria guardado, e, ao recordá-lo, poderia ser que não enxergasse do mesmo jeito que os outros, mas poderia incorporar esse momento para si, como parte da infância, passando a considerar-se um espectador daquele acontecimento.

Não pretendemos abordar neste trabalho conceitos referentes a um indivíduo ser ou não um espectador da história, afinal, pode-se dizer que observar é fazer parte. A ideia nesse ponto é mostrar que, sendo ou não um participante ativo de determinado acontecimento, o indivíduo formará sua própria memória sobre o momento, trazendo-a para si e a inserido no contexto de seu passado.

Entretanto devemos considerar o quanto de nosso passado é feito de memórias próprias. Por que temos o costume de nos remeter a algo que aconteceu anos, ou até séculos, antes de nosso nascimento? Com que direito nos apossamos da história de antigos indivíduos e nos nomeamos seus herdeiros? E, afinal, por que também nos consideramos parte dessa história?

Talvez as questões não sejam assim tão difíceis de responder, uma vez que tenhamos em mente a necessidade de pertencimento a algo anterior. Ninguém saiu ou surgiu do nada, e, antes de cada um, vieram outros e outros, cujas vidas podem não ter feito parte da nossa, mas acabaram por nos influenciar. Essa influência aparece em nosso cotidiano, em nossos costumes e práticas, pois as pessoas precisam ver o tempo como algo contínuo, onde a vida não cessará, mas passará adiante para as futuras gerações.

Ainda além da necessidade de pertencer a algo anterior, o passado serve também para que possamos entender o presente, ideia essa explicada por Gondar (2005, p. 18) em sua terceira proposição sobre memória social:

Admite-se hoje que a memória é uma construção. Ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados.

Muito mais do que conhecer e possuir memórias do passado, as pessoas precisam, antes, compreender o quanto os acontecimentos anteriores acabam por influenciar suas vidas. Memória não é algo que se consegue, mas que se constrói, e apenas o tempo irá torná-las genuinamente nossas, sendo esse nas palavras de Gondar, “componente inseparável do conceito de memória”. (2005, p. 18)

A partir desse ponto já podemos afirmar que tanto individual quanto coletivo vão-se misturando, e o que começou na mente de cada um passará a fazer parte de um contexto mais amplo, que, no fim, representará à sociedade aquele momento e acontecimento, não sendo apenas uma lembrança, mas sim quase que a materialização do passado.

Uma vez vivendo em sociedade, as diversas memórias individuais se juntam e se completam, e aquelas comuns entre si podem adquirir proporções que venham a representar o passado de várias pessoas. Afinal é disso que se faz a memória, da existência do passado e da história do indivíduo e de seus semelhantes, e também das constantes recordações.

Para manter-se viva e conectada ao dia-a-dia da sociedade, a memória precisa ser constantemente lembrada, recriada, reinventada. Uma lembrança pode ser facilmente esquecida conforme a ação do tempo, já a memória permanece em constante processo de recordação, onde muitas vezes um simples gesto, um som ou um lugar podem reviver um acontecimento de anos como se houvesse se passado apenas dias.

A essência de se pensar desta maneira é a inserção de tais acontecimentos importantes no cotidiano da sociedade. Aos poucos e conforme a passagem do tempo, as pessoas tendem a recordar e a selecionar mentalmente acontecimentos que estão mais próximos da atualidade, podendo deixar outros mais antigos de lado, esquecidos em algum canto do pensamento. Essa é uma situação comum para todos, porém certas coisas nunca devem ser esquecidas. O passado é no fundo a nossa referência de como o mundo e as pessoas evoluíram, quais foram seus erros e acertos, bem como as melhores e piores escolhas como indivíduos e como sociedade, e servem para nos auxiliar em futuras tomadas de decisões, em rotas e caminhos que podemos escolher para nos desenvolvermos melhor como comunidade e como pessoas.

A memória vincula-se à tradição, à presença do passado. Precisa ser constantemente alimentada, transmitida, para que se mantenha, para que não se perca nas discontinuidades da contemporaneidade. Fazer uma simples referência ao passado é um ato que mantém preservada a memória. A memória para sobreviver, precisa de ritos e ordenações, ao contrário do esquecimento que ocorre de uma forma natural e espontânea. (JESUS, 2010, p. 4)

É nesse contexto de constantes representações e recordações que devemos nos perguntar o que de fato fazemos diariamente para manter vivas memórias que julgamos importantes, pensando novamente tanto no individual quanto no coletivo.

Um dos principais artifícios que usamos para manter viva e relembrar o passado são as fotografias. Durante toda a vida, as pessoas têm o costume de registrar seus momentos, em sua maioria os felizes, mas também acontecimentos tristes. Muitas vezes gostamos de tentar reproduzir fotos antigas, repetindo poses, cores e pessoas, para poder comparar o quanto mudamos com o tempo. Isso nada mais é do que a preservação da memória individual, de seus familiares e amigos, a forma de relembrar e recordar aquilo que não queremos ou não podemos esquecer.

Pensemos, então, em como a sociedade pode se lembrar de acontecimentos passados, mesmo quando tal memória possa estar há anos de distância das gerações atuais. Na maioria das vezes a primeira ideia que nos vem à mente são os museus e as manifestações culturais. É, no entanto, cabível questionar o quanto a simples existência de tais artifícios basta para manter viva a memória de um povo.

Um museu que funcione como depósito de antiguidades, bem como representações culturais que apenas reproduzem imutavelmente antigos rituais, não simboliza necessariamente a preservação do passado e da memória. O passado, de fato, nunca poderá ser alterado, mas as descobertas, as criações e os hábitos das eras anteriores evoluem, transformam-se e se adaptam.

Existem diversos museus e centros de memória espalhados pelo mundo, porém nem todos conseguem atrair as pessoas e instigá-las a explorar seus acervos históricos. Quantas vezes já não ouvimos comentários do tipo: “O que vamos fazer em um museu? Lá só tem coisa velha!”. De quem, então, seria a responsabilidade, mesmo que parcial, desse tipo de mentalidade recorrente na sociedade, senão talvez das próprias instituições que não se tornam atrativas aos olhos da população?

Nesse momento, ao usar os museus como exemplo não pretendemos limitar o pensamento apenas a estes, mas também a qualquer patrimônio ou instituição

passível de contemplação, visitação e representação, e detentora da história e memória da sociedade, tanto em âmbitos locais quanto regionais ou nacionais. Museus, centros históricos e culturais, galerias, igrejas e mosteiros, casas e fachadas históricas, e até mesmo cemitérios antigos, podem guardar fatos e acontecimentos importantes, tornando-se ferramentas de recorda o para toda uma comunidade ou país.

Alguns patrimônios acabam atraindo pessoas por si só, principalmente nas grandes metrópoles ou em antigas cidades históricas, em que a própria fachada do local já induz a pessoa a entrar e visitar suas instala es. Um exemplo desse tipo de edifica o pode ser o Museu Nacional de Belas Artes, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em 1908, o prédio tornou-se sede da Escola Nacional de Belas Artes, tendo sido construído com esse fim, e em 1937 foi oficialmente declarado Museu Nacional (ARTES, 2013).

O mais interessante ao citar este exemplo   pensar em como as pessoas acabam chegando ao museu. Além de ter uma localiza o privilegiada, tanto em questão de prédios vizinhos (o museu está de frente para o Teatro Municipal e ao Lado da Biblioteca Nacional, duas outras grandes constru es que chamam aten o tanto pela arquitetura quanto por fazer parte da história do Rio de Janeiro), quanto com rela o ao transporte (está bem no centro da cidade, e pode ser acessado facilmente por todas as vias de transporte público e por pedestres que passem na região), a fachada do prédio   grandiosa e antiga, chamando a aten o de quem passa em frente, e induzindo-a a entrar e descobrir o que aquela constru o guarda em seu interior.

Não pretendemos discutir neste trabalho o que leva as pessoas a visitar o Museu Nacional de Belas Artes, ou qual o percentual de visitantes que chega ao museu por coincidência enquanto apenas "passava em frente" e resolveu conhecer o local. A ideia   apresentar um exemplo de patrimônio que atrai o olhar das pessoas apenas por existir, ou por ter uma arquitetura atrativa. Nem todos os museus possuem em seus prédios a grandeza do Belas Artes, do Teatro Municipal ou da Biblioteca Nacional, mas   exatamente por isso que a administra o desses espaços deve se preocupar em não se tornar meros depósitos para itens antigos. A institui o deve atrair as pessoas, chamar seus cidadãos e contar suas histórias, mostrando que estas não são est ticas e que estão sempre relacionadas   vida em seu contexto atual.

Ao ler as palavras de Meneses (2006), podemos entender um pouco mais da relação entre a história e a memória:

[...] Mas, história não é, apenas, memória. É, mais categoricamente, a problematização da memória, a interpretação das transformações culturais de uma sociedade. Se o museu quer ser histórico, então, ele não pode apenas ser evocativo e celebrativo de uma memória. Ele deve motivar olhares interpretativos. (MENESES, 2006, p. 91).

Essa citação corrobora com as afirmações feitas anteriormente. O acervo de um museu, ou qualquer outra edificação histórica, por si só não conta histórias ou recorda memórias. É necessário que tenha estratégias e artifícios que além de atrair os visitantes, provoquem neles sua visão de passado e como este influencia na sua vida e no seu cotidiano. Essa necessidade torna-se até mais importante ao ressaltar que, mesmo atendendo a diferentes públicos, aquele que primeiramente deve entender e conhecer o passado de uma sociedade é o próprio cidadão do local, sendo esse o mais influenciado pelos acontecimentos de uma determinada região.

Ainda nas palavras de Meneses (2006, p. 91), “A interpretação e a criação de memórias, nas sociedades democráticas, é um direito reconhecido como prerrogativa do cidadão. A instituição museológica deve ser um instrumento de exercício desse direito.”.

O que pode se extrair, então, desse novo trecho, é que, além de a memória ser própria, o indivíduo tem o direito de construí-la, bem como conhecer plenamente sua história. O direito do cidadão ao seu patrimônio histórico é de suma importância, e faz-se necessário que este esteja acessível às pessoas, permitindo a elas ver, sentir, e se aproximar daquilo que permeia o passado comum da sociedade, podendo, assim, construir sua memória e identificar-se como parte integrante daquele patrimônio.

Como já dito anteriormente, os museus não são os únicos exemplos que podemos citar como instrumentos para manter-se viva a memória. Afinal quantas vezes já não assistimos a representações culturais, como danças típicas de diversas culturas, ou apreciamos a pintura e a música que nos contam histórias reais? Todos estes são exemplos de representações do passado e da memória de um povo, no entanto, assim como afirma a quarta proposição sobre memória social de Gondar (2005), “a memória não se reduz à representação”.

Talvez, por muito tempo, estudiosos tenham considerado que, para se preservar um patrimônio ou uma manifestação cultural, devemos deixá-la intocada, estaticamente parada no tempo para que suas características originais não se percam. No entanto como já levantado nesse trabalho, os ritos, manifestações culturais, memórias e a própria história estão sempre em constante movimento, desenvolvendo-se junto das pessoas, sem perder suas características originais, mas se transformando de acordo com o tempo presente.

O fato de uma representação cultural ser típica de um povo, não significa que deva sempre ser “encenada” na atualidade no exato formato que nos anos de sua criação. A cultura se transforma junto com seu povo, e tratá-la como algo imutável não é preservar, é desprezar sua construção.

Se pensamos que a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento. [...] Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezaremos as condições processuais de sua produção (GONDAR, 2005, p. 23).

Algumas tradições sofrem especialmente com esse tipo de representação estática. Danças típicas em colônias de imigrantes ou aldeias indígenas são um bom exemplo, principalmente quando a atividade turística encontra-se envolvida.

A ideia não é criticar a prática dessas representações para visitantes, mas sim questionar o fato de que, em muitos lugares, não se aceita que a dança não possa ser feita com elementos mais atuais, e não é considerada típica se não, ao menos, parecer como na época de sua origem. Por que deveria ser estranho ver um índio usando calça ou bermuda jeans, só porque o imaginário na mente das pessoas diz que ele deveria usar penas e peles? Essas representações, que podem ser consideradas “encenações para turistas”, não representam, de fato, a memória e a história daquelas pessoas.

Nossa memória conta o que somos hoje e como chegamos a esse momento da vida. Uma pessoa sem memória é alguém sem vínculo com sua própria história e sem identificação com a sociedade, na qual está inserida. Identificamo-nos com aquilo que nos é comum, que nos representa e nos pertence. A identidade de alguém faz parte de sua personalidade, e tem toda relação com a formação de suas memórias, e do quanto se conhece de seu próprio passado.

Essas relações entre lembrança e esquecimento e memória individual ou coletiva, não só mostram a importância de se ter memórias do passado, mas também de se identificar com elas. Ao julgar como seus, mesmo os acontecimentos mais antigos, e se apropriar de suas manifestações e particularidades, o indivíduo está formando sua própria identidade e se inserindo junto daqueles que se veem da mesma forma.

Memória e identidade são, portanto, conceitos que caminham juntos, e por mais de um momento se cruzam ou se completam. Assim como a memória, a identidade também pode ser vista em vários níveis, incluindo o individual.

Estamos acostumados a relacionar os conceitos de identidade voltando-o para a questão da nacionalidade. Essa prática é possível, pois de fato a identidade nacional existe, e é ela que nos faz pensar no nosso país e dizer “eu sou brasileiro”. É importante que as pessoas se identifiquem com a sua nação, seja esta qual for, e façam parte dessa identidade coletiva.

Porém como já pontuado, muito daquilo que somos como sociedade relaciona-se primeiramente com quem somos individualmente. Com a identidade, ou “identificação” do sujeito, não poderia ser diferente.

Mas o que seria então esse termo “identificação”? Ele está presente no livro de Stuart Hall (2006), *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, e trata da identidade como algo dinâmico e em constante formação e atualização.

Se formos pensar no individual, é certamente muito fácil aceitar essa ideia de constante movimento. Da mesma forma que a memória não nasce impressa na mente das pessoas, a identidade também será formada, e forjada, de acordo com as vivências e interações de cada um.

Inicialmente cada um de nós se identifica como um pequeno ser dentro de uma família. Certamente não podemos afirmar o que se passa dentro da cabeça e da mente de um bebê, pois afinal nem as memórias dessa época nós costumamos ter, mas creio ser certo supor que eles não pensam em si, nessa idade em específico, como membros de um país e perpetuadores de uma identidade nacional.

Uma criança vê inicialmente seu próprio mundo e realidade. Ela se identifica com sua família e aqueles que estão mais próximos. Ela pertence àquele grupo de pessoas, e é com ele que se identifica, como parte daquela família, e construirá seus hábitos e costumes conforme as influências que recebe naquele ambiente.

Conforme o passar do tempo, e interagindo com novas pessoas e ambientes, o indivíduo cresce enquanto descobre, e constrói, ele mesmo, a sua identidade. A criança sai de um único ambiente, o familiar, e começa a percorrer situações diferentes a cada dia. Ela descobre coisas e acaba por selecionar aquilo que mais gosta, copia e absorve gestos e manias de outras pessoas, e até cria e adapta as próprias, e diariamente vai formando a pessoa que ela é, conforme sua vontade ao passar do tempo. E isso continua por toda a sua vida. Apesar de termos nossas características básicas, não importa em qual estágio da vida estivermos, a criança, o adolescente, o jovem, o adulto ou o idoso, sempre haverá um novo obstáculo ou novidade durante o percurso, e é nesse momento que muitas vezes percebemos o quanto nossa própria identidade é mutável.

Durante a vida mudamos quem somos, e a ideia é que sempre nos tornemos pessoas melhores, tanto para si quanto para a sociedade. Acabamos moldando nossa personalidade, educando-nos, descobrindo novas habilidades e fraquezas, gostando de coisas que talvez antes não gostássemos, ou detestando o que antes nos era adorado. E assim como essas características voltadas para as experiências e a personalidade das pessoas, a percepção do indivíduo com sua própria história, e agora com a já descoberta identidade social e nacional, a “identificação” do sujeito também se adaptará e evoluirá no âmbito coletivo.

Cabe-se novamente ressaltar a importância de o indivíduo conhecer o passado e a história de sua própria sociedade. Sua identidade será forjada nas fundações de suas memórias, onde suas experiências e lembranças contarão a si mesmo quem é, e a qual sociedade pertence. A pessoa pertence àquilo que reconhece como seu, e se identifica com isso. Portanto, como poderia alguém se identificar com um passado, uma memória ou um patrimônio que não reconhece como parte de sua vida?

Talvez falemos com demasiada facilidade de nossas identidades como nação, e escutemos e pronunciemos muito, por exemplo, a frase “Eu sou brasileiro”. Mas quantos no Brasil se veem como “brasileiros”? Quantos de nós apenas vivemos no Brasil?

Em termos geográficos, o fato de nascer dentro do território delimitado de um país, estado ou nação já faz da pessoa um brasileiro, alemão, russo etc. No entanto, essa é a sua nacionalidade, e não necessariamente identidade. Não nos identificamos com algo que nos é imposto, que nos é estranho e que não

consideramos nosso. Sendo assim, vale pensar se muitos, ao utilizarem o dizer “sou brasileiro”, estarão se referindo à sua nacionalidade ou se identificando como tal.

Um exemplo de utilização desse termo, dessa vez com intuito de identificação, acontece durante as atividades esportivas, como em jogos de futebol. Quantas vezes já não ouvimos e gritamos, cantando nos estádios de futebol durante partidas internacionais: “Eu, sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor...”. Percebemos nesse ponto a diferença na expressão, na forma com que o dizer é repetido, até mesmo no tom e no ritmo impostos automaticamente durante a pronúncia.

Já é conhecido que o futebol é considerado o esporte nacional, e conseqüentemente aquele que alcança a grande maioria da sociedade. Os torcedores então se identificam com a atividade, e com os times que disputam os campeonatos nacionais e internacionais, bem como a seleção brasileira, formada por jogadores que representam diversas áreas do país.

O esporte pertence aos torcedores, e, também, aos times. Gritamos, choramos e cantamos nos estádios, e, durante esses momentos, vemo-nos como brasileiros. Considera-se, assim, o futebol brasileiro como o melhor do mundo.

É plausível que alguns possam afirmar que torcedores vivem do passado, sempre lembrando e recordando dos tempos em que os jogadores eram vistos como “artistas da bola”, e as partidas de futebol eram grandes atrações. A questão aqui é exatamente o que faz a pessoa se identificar com o jogo e o time, e o que faz absorvê-lo como seu. As palavras-chave já foram praticamente lançadas, pois toda essa identificação faz parte, e é construída com base no passado e nas memórias de uma geração anterior aos torcedores de hoje.

Passamos a entender, portanto, como a identidade da pessoa se forma. Conforme o passar dos anos, e de acordo com os meios em que as pessoas se inserem, personalidade e identidade vão sendo criadas, e continuam a mover-se em constante fluxo de atualização e renovação, seguindo e participando do crescimento do indivíduo.

É nesse ambiente que entra o termo anteriormente citado, e também utilizado por Stuart Hall (2006), a “identificação”:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no

momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasioso sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. (HALL, 2006, p. 38-39).

Entendemos, assim, que a identificação indica todo esse movimento, esse quadro de constante mudança. Como o indivíduo está durante toda a vida experimentando situações e sensações novas, não é de se espantar que sua identificação com seu ambiente e entorno também evoluam junto.

Temos, então, outra situação nas mãos. Se a identidade individual, que teoricamente dependeria apenas da relação da pessoa consigo mesma e com aqueles ao seu redor, como não imaginar a complexidade de se trabalhar com a identidade coletiva, envolvendo e alcançando todas as instâncias da sociedade?

Já citamos anteriormente o exemplo de jogos e times de futebol. Este serve para demonstrar o que seria a identidade coletiva, pois tem o poder de representar e alcançar todos os cantos da sociedade e ser, ao mesmo tempo, acolhido por ela. E mesmo sendo uma atividade ainda praticada atualmente, as lembranças de conquistas passadas são vivas nas memórias das pessoas, mesmo que talvez os torcedores mais jovens nunca tenham visto um único jogo das antigas seleções, mas isso não significa que não saibam da história e trajetória dos ídolos.

A análise é simples, conhecer o passado e reconhecer as mudanças no fluxo do tempo. As pessoas conhecem a história e a evolução dos jogadores de futebol. Elas lembram nomes do passado, respeitam suas opiniões e sugestões, e, ao mesmo tempo, veem crescer uma nova geração que promete levar o esporte a novos rumos e a novas conquistas. O torcedor não se identifica apenas com um ídolo, mas com o desempenho e a conquista de vários deles, durante o passar do tempo. A torcida joga junto, como se entrasse em campo ao lado dos jogadores, cada um se sente o 12º homem em campo, e carrega o time, comemora suas conquistas e derrama lágrimas nos momentos de derrota.

O desafio está em expandir essa realidade para os demais aspectos da identidade. O país não pode viver apenas com o futebol, o samba e as praias como formas de identificação, mas também apoiado por todas as conquistas e pelo patrimônio deixado por nossos antepassados, visando não somente a uma melhor qualidade de vida no presente, mas também às gerações futuras.

Inicialmente faz-se necessário entender aspectos e características que definem e auxiliam na formação da identidade coletiva, e como estes podem trazer o indivíduo a se pensar como parte de um todo, e se apropriar de itens que não só lhe são de direito, como parte da sociedade, como também que serão passados a seus descendentes.

Como já dito anteriormente, a identidade não é fixa ou estática, e, ainda nas palavras de Hall (2006, p.13), deve ser tratada como “celebração móvel”. Essa característica não deve ser pensada apenas para o individual, mas também para o coletivo, pois a sociedade e as relações entre as pessoas também se encontram em constante movimento.

Até o momento, vimos o quanto o passado e a memória se relacionam com a identidade, e como são corresponsáveis pela sua formação. Nesse sentido, existem também diversos bens históricos em nossas cidades, que podem auxiliar na propagação do passado e da identidade coletiva.

Os conceitos referentes ao patrimônio histórico e às suas formas de interpretação serão apresentados mais adiante, porém no momento torna-se importante analisar como eles podem auxiliar o processo de “identificação coletiva”. Afinal o que seria o patrimônio aos olhos do cidadão comum? Apenas uma construção, como uma casa ou um prédio? Uma manifestação ou só uma dança que é repetida todos os anos nas festas locais? Ou quem sabe um local grande e espaçoso que guarda vários objetos velhos?

Já foi apresentada neste trabalho a importância dos locais guardiões de memória coletiva em chamar a atenção e tornarem-se atrativos para os habitantes locais. Mas, afinal, qual seria a sensação expressa pelo patrimônio, e o que ele pode transmitir ao cidadão?

O patrimônio histórico possui um significado oculto, que vai além do que os olhos daqueles alheios ao seu passado podem ver. Ele contém história, contém significado e memória, e retrata eras e acontecimentos que envolvem nossas vidas atualmente. Uma simples construção pode expressar muito mais que uma paisagem, pode gerar sensações, como se quisesse ela mesma contar sobre o seu passado. No entanto, essas sensações talvez apenas se façam presentes naqueles que sabem ao menos um pouco daquela história.

Nessa linha de pensamento, os antropólogos Silveira e Lima Filho (*apud* PELEGRINI, 2007) afirmam a existência do que seria a “alma dos objetos”. Segundo

Pelegrini (2007, p. 5) os autores citados “[...] afirmam que as experiências culturais envolvem a ‘alma dos objetos’ e a subjetividades imagéticas que deles emanam.” Essa alma estaria ligada à capacidade de o patrimônio (arquitetônico ou cultural) provocar antigas lembranças e recordar acontecimentos na mente do indivíduo, “[...] pelas ações de lembrar vivências passadas e experimentar a tensão entre esquecimento e lembrança” (PELEGRINI, 2007, p. 5).

A intenção da autora ao citar os antropólogos é mostrar que os elementos recorrentes no dia-a-dia dos patrimônios materiais e imateriais, como a paisagem, a música ou os aromas, acabam agindo como ferramentas que trazem à tona experiências do passado das pessoas. Pode ser uma música que se costumava ouvir na infância, ou o cheiro característicos de uma comida típica, ou quem sabe uma fotografia de prédios históricos com elementos já não mais existentes. A ideia é que todos esses elementos, além de cooperar para manter viva a memória, também reanimam e inflamam o sentimento de se pertencer a algum lugar, e se identificar com seu passado e presente.

Assim, podemos inferir que não somente os objetos ou as coisas, mas suas representações imagéticas e simbólicas circulam nas entranhas das memórias dos sujeitos sociais, em meio a sentimentos e vivências que resistem ao ocaso e se mantêm devotadas a sustentar vínculos com os seus lugares de pertencimento, historicamente construídos. Essa articulação se dá, pois os objetos, sons ou aromas dinamizam a memória coletiva ou individual e constituem manifestações da materialidade da cultura de um grupo social, desencadeando tensões entre as reminiscências e o esquecimento, numa busca constante de fortalecimento de seus elos com o seu lugar de pertencimento. (PELEGRINI, 2007, p. 5).

O patrimônio e as manifestações culturais têm, portanto, a capacidade de fomentar a identidade do indivíduo, para si mesmo e em conjunto com a sociedade. Ao conhecer o passado, não só podemos entender de onde viemos, mas também pensar nas melhores formas de receber o futuro.

Uma vez parte da identidade coletiva de determinada localidade, espera-se que a pessoa esteja satisfeita com tal fato. Afinal não podemos nos identificar com o que nos é imposto, pois esse fato apenas traria descontentamento e desilusão. É por esse motivo que a identidade deve fazer parte do ser, e não apenas defini-lo.

Existe um viés teórico que trabalha a identidade ressaltando a presença da diferença. Afinal, paremos para pensar, apenas somos aquilo que somos porque existe alguém que não o é. Não faria sentido se identificar com algo se esse algo

fosse único e idêntico em todos os lugares. Além de nos dizer quem somos, a identidade também nos diferencia de outras pessoas e outros povos, mantendo-nos em constante evolução dentro de um mundo amplo e diversificado.

Nessa linha, identidade e diferença se relacionam com certo grau de dependência mútua. Apesar de o argumento poder soar estranho, é lógico afirmá-lo. Segundo Silva (2012) a identidade é sempre positiva e remete àquilo que a pessoa simplesmente é: “sou brasileiro”, “sou cristão”, “sou branco”. Já a diferença é praticamente utilizada para dizer o que o outro é, ou seja, aquilo que não sou: “ele é americano”, “ele é judeu”, “ele é negro”.

No fundo, estamos usando o mesmo conceito de formas diferentes, uma que seria a afirmativa, e a outra a negativa. Eu sou aquilo que sou, e o outro é aquilo que é, ou seja, o que eu não sou. Esse contexto carrega duas identidades distintas, de duas pessoas diferentes, porém ambas importantes e válidas, cada uma de acordo com sua forma e concepção.

Devemos aqui levantar mais uma questão sobre os conceitos acima. Afinal, por que aquilo que somos seria o positivo, e os demais ficariam com o negativo? Temos o costume de enxergar o mundo a partir do nosso ponto de vista, ao invés de pensar que a visão de outra pessoa é tão real e importante quanto a nossa. Afinal por que não reconhecer que o mundo é feito de vários olhares, várias culturas e identidades, tão diferentes, e ao mesmo tempo tão semelhantes.³

Talvez estejamos imaginando nesse momento o mundo ideal, onde todos se entendem e se aceitam, e reconhecem que a diversidade cultural é o que torna as relações entre pessoas mais interessantes. Mas nada é realmente impossível. Basta mudarmos nossa forma de pensar, e ensinar às próximas gerações a entender e aceitar o outro, e mostrar que o diferente não precisa ser aquilo que não é igual a você, mas sim, aquilo em você que não é igual ao outro.

A história nos mostra que a intolerância e a aversão àquilo que nos é diferente, podem trazer consequências para uma sociedade, um país, ou mesmo todo o mundo. Como se esquecer de um dos maiores conflitos armados da história, a Segunda Guerra Mundial?

³ Esse questionamento aparece com maior abrangência nas discussões a respeito das teorias referentes ao Etnocentrismo. O assunto não será aqui aprofundado, mas em trabalhos específicos pode fomentar debates voltados ao estudo das relações entre sociedades diversas;

Causando morte e destruição em diversas partes do mundo, a Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945, e foi responsável por grandes mudanças geográficas, políticas e sociais pelo globo. Durante esse período, uma das ações de Adolf Hitler, líder supremo da Alemanha Nazista, foi tentar criar a dita “raça pura ariana”. A intenção era eliminar do país todos que não fossem “puramente” alemães, portanto, caçou, prendeu e matou todos aqueles que, segundo ele, manchavam o sangue ariano e a própria Alemanha. Seus principais alvos foram judeus, comunistas e negros.

O líder nazista não é o único exemplo deste tipo de atitude extrema frente à diversidade étnica e cultural, tantos outros também buscaram uma única identidade para seu povo, seja antes ou depois da guerra, e em diferentes níveis de autoritarismo. O que eles buscavam era a homogeneidade de seu povo, torná-lo único e “puro”, pois no fundo o que temiam era a criação das identidades híbridas.

O hibridismo, segundo Hall (2006), seria a junção de várias práticas e manifestações culturais, que acabariam moldando a identidade, tornando-a mais diversificada, e não centrada ou fechada em uma única etnia ou cultura. Essa seria, a princípio, uma tendência da globalização.

A informação, hoje, corre o mundo de forma muito mais acelerada do que há alguns anos, e junto dela viajam conhecimento, costumes e novas formas de pensar. Sem sair de casa, o indivíduo tem acesso a outras culturas, outros lugares, bens materiais e formas de pensar muitas vezes adversas ao seu lugar de origem. Com isso, a relação do sujeito com seu próprio mundo pode mudar, pois este não só sabe, mas percebe, que realmente não vive em um mundo homogêneo, e que seus costumes não são necessariamente os certos, mas apenas mais um entre tantos outros.

Talvez fosse esse o grande temor dos ditadores e governantes, tanto de outrora quanto atuais. Com conhecimento, as pessoas começam a se questionar sobre seu próprio cotidiano, e com o acesso à informação sobre outros povos, talvez passem a se perguntar por que a vida parece ser diferente fora de seu país, e de que forma podemos melhorar dentro dele. O indivíduo pensante passa a ver o mundo como sua referência, e muitas vezes o que deseja é buscar exemplos de sucesso, e mudar seu modo de vida, e talvez o de sua sociedade, para melhor atender às necessidades da era atual.

Biologicamente falando, a diversidade é importante e essencial para a sobrevivência de uma espécie, e considerando a já mencionada dinâmica da sociedade, podemos dizer que assim o é para a cultura e a identidade também. É muito pessimista afirmar que, com a globalização, as nações estejam perdendo suas características individuais e caminhando para se homogeneizar com o resto do mundo.

De fato, existe a tendência de expansão material e imaterial entre os países hoje, em que bens de consumo são enviados para cada vez mais longe de suas origens, em busca de novos mercados, ao mesmo passo que o fluxo de pessoas entre diversas nações também é grande, seja por motivos temporários (visitas e viagens), ou por permanentes (migrações, busca por oportunidades profissionais, etc). No entanto, conhecer novas culturas e costumes não faz a pessoa esquecer suas raízes, pelo contrário, serve para enriquecer o pensamento e tornar o indivíduo mais crítico, bem como mais hábil a resolver possíveis problemas de ordem social, conforme experiência adquirida em outros locais.

No âmbito comercial também é possível proteger o local e regulamentar aquilo que vem de fora. A ideia não é evitar a troca de mercadorias com o exterior, mas recebê-la de forma que não comprometa as tradições de consumo e o ambiente local. Algumas cidades históricas, por exemplo, possuem normas específicas para o funcionamento de grandes marcas internacionais, em particular as redes de *fastfood*. Essas marcas não são impedidas de se fixarem em uma dessas cidades, mas são proibidas de utilizar grandes *outdoors* e cores gritantes (como é de costume em grandes metrópoles). Essa proibição visa à prevenção e proteção da imagem da cidade, e para funcionar, essas empresas terão de se adaptar e trabalhar com formas alternativas de divulgação e atração, permanecendo no local, mas respeitando alguns costumes específicos.

O fato é que não devemos temer o que nos é incomum, nem exilar e expulsar o que for diferente do tradicional. Afinal, o próprio tradicional é mutável, estando constantemente em relação com o fluxo do tempo e a evolução do pensamento e a vivência da sociedade. Uma pessoa que conheça seu passado e os costumes de seu povo, e reconhece que a história faz parte de sua vida no presente, não irá se afastar de suas raízes por conhecer culturas diferentes. Pelo contrário, pode ser que diferentes vivências possam aumentar o sentimento de pertencimento em relação ao

seu local de origem, bem como a consciência frente ao cuidado e proteção de seu próprio patrimônio.

As diferenças em relação a outras identidades foram também evocadas por outros líderes políticos, não apenas para expulsar o que seria teoricamente diferente, mas também para reforçar a identidade que seria dita única de um povo. Esses casos geralmente acontecem em repúblicas ou províncias separatistas, que sentem a necessidade de se declararem detentores de identidades distintas de suas nações de origem.

Em *Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais*, organizado por Tomaz Tadeu da Silva, com os autores Stuart Hall e Kathryn Woodward (2007), vemos o exemplo de uma dessas situações, o caso dos sérvios e croatas. O relato que nos é apresentado no livro remete-se há alguns anos, no final do século XX, em que Sérvia e Croácia eram repúblicas separatistas da antiga Iugoslávia, e naquele momento lutavam entre si pela independência. Amigos e vizinhos que cresceram junto estavam lutando uns contra os outros, em nome das milícias sérvias e croatas.

O mais interessante nesse exemplo é que, segundo o relato de um repórter da época, os próprios indivíduos envolvidos no conflito não sabiam explicar o que identificava um como sérvio e o outro como croata. O que ocorreu foi que uma nacionalidade estava de um lado, e a outra do outro.

Essa história mostra que a identidade é relacional. A identidade sérvia depende, para existir de algo fora dela: a saber, de outra identidade (Croácia), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. A identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser um sérvio é ser um “não croata”. A identidade é, assim, marcada pela diferença.

[...] A diferença é sustentada pela exclusão: se você é sérvio, você não pode ser croata, e vice-versa. (SILVA; HALL; WOODWARD, 2012, p. 9)

Essa questão é particularmente difícil de resolver. Afinal, diferente do que dissemos inicialmente sobre identidade e nacionalidade, onde ser brasileiro apenas por ter nascido no Brasil não indicaria identidade, e sim nacionalidade, relativiza-se. Naquela época, as pessoas não haviam nascido na Sérvia ou na Croácia, mas sim na extinta Iugoslávia. Como então traçar uma linha imaginária, delimitar um território, e dizer que um passou a ser diferente do outro?

Algo foi responsável pela identificação de cada um dos lados, pois as pessoas se jogaram ao confronto para defender que um não era o outro. No fundo,

possivelmente eram iguais, pois nasceram, cresceram e viveram durante todo o tempo no mesmo país, mas em determinado momento resolveram ser diferentes, e essa diferença foi o que impulsionou cada um em seu caminho, com a simples intenção de provar que um é diferente do outro, mesmo que o motivo seja apenas o fato de um não ser o outro.

Ainda durante a busca de uma identidade única, talvez a diferença existente entre os povos não seja suficiente para lhes fixar uma própria. Outro fato comum entre sociedades em busca de sua própria identidade é a constante procura e reafirmação de tradições, e ascendências de grupos específicos do passado. Essa prática foi muito comum durante a criação dos Estados Nacionais, sendo Napoleão grande representante dessa ideia, quando buscou unificar a França em um único Estado, baseado em domínio econômico e suposta descendência histórica. Adolf Hitler também utilizou essa prática, recorrendo à história dos germanos, apropriando-se destes como os antepassados legítimos da Alemanha nazista, e inclusive buscando os vestígios desse povo em outros países para justificar a tomada de territórios pela Europa.

Na antiga Iugoslávia também não foi diferente, mas, assim como em vários outros locais, olhar para o passado não necessariamente afirma a identidade que as pessoas estão buscando, mas pode acabar criando novas. “Os sérvios, os bósnios e os croatas tentam reafirmar suas identidades, supostamente perdidas, buscando-as no passado, embora, ao fazê-lo, possam estar realmente produzindo novas identidades.” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2012, p. 9).

Como já dissemos anteriormente, o passado pode já ter acontecido, mas o presente não é estático. O fato de olhar para o passado em busca de práticas e tradições, ou antecedentes únicos e importantes, não significa que será possível reproduzir uma identidade ancestral.

A busca pelo passado e a representatividade do patrimônio, nos dias de hoje, são importantes para o desenvolvimento da identidade do indivíduo e da sociedade. Deve-se preservar o passado e torná-lo a base de referências para as próximas gerações. Nossas memórias fazem parte de nossa identidade, e as memórias coletivas ajudam a formar a identidade coletiva, porém como já mencionado, tudo faz parte de uma constante e dinâmica transformação. Somos o produto entre nossas interações com o passado e as ações do presente, de forma a buscar os melhores caminhos para o futuro.

Nada se formou sozinho, e tudo será modificado para poder seguir em frente, mas as raízes de um povo devem ser fortes, e apenas o constante reviver da memória pode proteger a identidade coletiva de se perder no tempo. Estamos, a todo o momento, adaptando-nos e transformando-nos, conforme conhecemos culturas diferentes e reconhecemos que a diversidade propicia evoluções materiais e imateriais. E o passado representa a base para se construir plenamente o futuro de toda a sociedade.

Agora que pensamos um pouco sobre a relação individual e coletiva das pessoas e da sociedade com os elementos da memória e da identidade, no próximo capítulo analisaremos os conceitos referentes ao patrimônio histórico, e de como a técnica da interpretação patrimonial pode auxiliar na aproximação dos cidadãos e na melhor exposição de um bem histórico e cultural.

2 O PATRIMÔNIO, A INTERPRETAÇÃO E O CIDADÃO

Depois de refletir sobre o significado de identidade e memória, abordaremos, neste capítulo, um pouco sobre o patrimônio histórico. O que é, como surgiu e a quem pertence? Quem deveria ter o controle sobre o que seria ou não patrimônio coletivo, ou será que esse não seria um assunto a ser discutido por toda uma comunidade?

Também serão apresentados conceitos voltados para a interpretação patrimonial, e como essa técnica pode ser usada para atrair as pessoas e seus olhares em direção ao patrimônio que lhes é comum, e que não apenas registra o tempo, mas também gera grandes oportunidades para o futuro.

2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL

Longo é o tempo em que os seres humanos caminham pelo mundo, exploram seus domínios e cultivam suas terras, constroem casas, templos e salões. Quantos castelos e fortalezas já não foram erguidos em nomes de reis, templos, capelas e igrejas destinadas a rituais de fé, ou mesmo grandes maravilhas que não apenas revolucionaram as engenharias da época, como também expressam até hoje grandeza e poder?

E qual seria talvez a maior similaridade entre cada uma dessas construções espalhadas pelo mundo, se não suas constantes presenças em nossas mentes e cenários? Quando andamos por ruas históricas, ou visitamos destinos já consagrados e famosos por sua arquitetura, captamos imagens, registramos fotos e guardamos as formas em nossas memórias como referência de belas obras do passado, independentemente da época à qual se remetem.

Estamos aqui falando de patrimônio histórico, e vale ressaltar que este está relacionado às nossas vidas, em diversos níveis de interação. Não apenas o patrimônio histórico arquitetônico, mas também o patrimônio imaterial deve ser levado em consideração, pois diversas manifestações e ritos culturais, muitos herdados dos antepassados, também fazem parte de nosso cotidiano.

Mas afinal o que seria realmente o patrimônio histórico, e por que acaba impactando nossas vidas, mesmo que muitas pessoas nem percebam esse fato?

Durante praticamente toda a história da humanidade já se fala, ou se refere, a bens materiais como patrimônio. A origem da palavra é bem antiga, e, já nas sociedades grega e romana, indicava um bem ou herança passada por laços familiares, bem como tudo aquilo que pertencia ao senhor ou ao pai de família.

Diferentemente das práticas atuais, também eram consideradas parte do patrimônio de alguém as pessoas que ele “possuía”. Nessa situação geralmente pensaríamos nos escravos das sociedades escravistas, mas o significado se estendia até mesmo para a esposa e os filhos, considerados igualmente posses do senhor.

A semelhança dos termos – *pater, patrimonium, familia* – porém, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *família* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas. (FUNARI; PELEGRINI, 2011, p. 11)

Conforme o passar do tempo, o significado da palavra foi sendo modificado, bem como ganhando conceitos mais abrangentes. Passaram-se então a considerar também patrimônio os bens imateriais do indivíduo e da sociedade, como as habilidades pessoais de cada um, bem como a própria cultura e as manifestações coletivas.

O patrimônio é, portanto, aquilo que consideramos nosso, seja material ou não, e que acaba por contar quem somos. Está muito ligado à identidade e à memória, como já mencionado anteriormente. Em alguns casos, podemos conhecer muito da personalidade de uma pessoa baseando-se naquilo que ele possui e nas práticas que executa.

Mas como não se pode julgar um livro pela capa, também é difícil definir uma pessoa com base em suas posses materiais. Somos mais do que aquilo que podemos ter, comprar ou conseguir fisicamente. Nossas habilidades e ideias são muitas vezes superiores a qualquer reprodução física, não podendo ser transformadas ou substituídas por nada material. As experiências e vivências de alguém também fazem parte de seu patrimônio imaterial, e compõem sua identidade e personalidade.

A imaterialidade é uma presença constante na vida das pessoas. O tempo todo nos vemos cercados de sentimentos e lembranças, e não seria estranho que,

em alguns momentos, essas sensações fossem influenciadas por itens materiais. Quando um objeto se torna mais do que especial, acaba se unindo à vida da pessoa, podendo virar um constante recordador de memórias e tempos passados.

Anteriormente citamos o que alguns antropólogos consideram como a “alma dos objetos”⁴, capaz de reacender memórias na mente dos indivíduos e trazer-lhes sensações nostálgicas de tempos anteriores. A teoria foi empregada pensando-se nos patrimônios coletivos, mas vamos transportá-la para o individual neste momento.

Muitas vezes, vemo-nos apegados a objetos do passado, pois estes frequentemente guardam significados e lembranças de épocas que nos são importantes, e por si só já representam momentos e recordações. A mãe que guarda a roupinha de bebê de seu primeiro filho, um brinquedo específico de determinada época da infância, ou um presente especial de alguém amado. Todos são objetos, itens materiais que em algum momento serviram a um propósito, mas que talvez já não seja utilizado há muito tempo. No entanto, talvez não seja possível se desfazer de tais objetos.

Nossa mente nem sempre é capaz de guardar e nos oferecer todas as sensações que queremos. Podemos nos lembrar de um momento, mas isso pode não nos satisfazer. Pessoas precisam sentir o passado, trazê-lo momentaneamente ao presente, como se pudesse ser repetido e vivenciado uma vez mais.

É por esse motivo que alguns objetos se tornam tão especiais. Eles podem nos fornecer sensações que uma simples imagem mental não consegue. Uma roupa utiliza nosso tato e nos traz a textura já conhecida, um brinquedo nos mostra suas marcas de uso e desgaste, um presente pode até mesmo nos lembrar do cheiro de alguém.

Entretanto deve-se ressaltar que nem todos os momentos que vivemos são necessariamente agradáveis, e que as pessoas também possuem memórias das quais talvez não queiram se recordar. Nessa situação o bem material também pode influenciar na vida do indivíduo, mas para lembrá-lo de algo que não deseje. Em alguns desses casos talvez a solução seja desfazer-se do objeto individual, para tentar afastar a memória ruim, diferente da memória boa, que pode exigir da pessoa a manutenção daquela representação material.

⁴ SILVEIRA; FILHO, 2005, *apud* PELEGRINI, 2007.

A relação entre aquilo que queremos lembrar ou esquecer é bem dinâmica, e não temos o controle para pessoalmente selecionar aquilo que desejamos guardar ou não em nossa mente, pois nossa própria memória já é seletiva. Muitas vezes nos lembramos de coisas que não queremos, enquanto não conseguimos lembrar daquilo que nos interessa. O indivíduo não tem o domínio da escolha perante a memória, e algumas coisas acabam sendo esquecidas, enquanto outras, talvez não tão importantes nem tão queridas, são lembradas com facilidade.

É por esse motivo que representações e materializações do passado de alguém são tão importantes. A linha entre lembrança e esquecimento é tênue, e as pessoas naturalmente terão suas memórias encaminhadas para um dos lados, onde algumas coisas serão lembradas, e outras esquecidas. Todos têm memória, mas também todos já se esqueceram de algo. Não importa o quanto nos esforcemos, sem o auxílio de uma recordação, uma foto, um brinquedo, ou até a memória falada ou escrita de outra pessoa, não há como se lembrar de todos os fatos do passado, pois, afinal, como alguém pode tentar se lembrar de algo que teoricamente nem sabe que esqueceu?

Levantemos, então, mais um questionamento. Se um simples objeto individual, e talvez sem qualquer utilidade futura, pode fornecer tantas sensações e se tornar tão especial na vida de um indivíduo, auxiliando-o na “batalha” entre aquilo que ele deseja se lembrar ou esquecer, imaginemos como a exposição de memórias em patrimônios históricos coletivos, não poderia influenciar na relação entre a lembrança e o esquecimento de toda uma sociedade.

Esse é o patrimônio histórico. Seja ele arquitetônico ou imaterial, tem o poder de nos lançar no tempo e nos fazer recordar ou reinterpretar acontecimentos da história. O patrimônio de um local é importante para seu povo, de forma a manter viva a memória da sociedade, e a contar como o passado interfere no cotidiano das pessoas.

Assim como o bem individual que pode trazer tanto lembranças boas quanto ruins de volta à mente do indivíduo, o patrimônio coletivo também pode representar uma época da história que talvez a sociedade queira se esquecer, mas, nesse caso, não pode.

O Marco Zero em Nova Iorque, os campos de extermínio na Europa ou mesmo os monumentos em homenagem às vítimas das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki representam momentos tristes e situações lamentáveis da

história, onde pessoas morreram sob influência do medo, da tortura e do terror. Não importa quanto o tempo passe, esses locais têm a capacidade de chocar as pessoas, mexer com seus sentimentos e questioná-las sobre do que o ser humano realmente pode ser capaz.

Mas por que não simplesmente esquecer? Para que não corramos o risco de repetir o passado. Esses espaços de memória são educativos, e devem permanecer para poder mostrar às pessoas o que aconteceu, qual a proporção e como isso influenciou em nossas vidas e no futuro, bem como apresentar caminhos alternativos que talvez pudessem ter sido tomados para que se evitassem as tragédias. Mas esse exemplo de patrimônio não é apenas uma memória ruim, é também um bem que identifica um grupo de pessoas. Aquele é o povo que sobreviveu, aquelas são as pessoas que se uniram para reconstruir seus lares e sua cidade, e, mesmo que o passado represente uma época difícil e conturbada, esse ainda é uma narrativa de passado, com a qual sempre poderemos aprender e construirmo-nos como seres humanos.

Estando em relação com a identidade e com a memória, o patrimônio histórico também envolve o sentido de pertencimento do indivíduo. Ao reconhecer o patrimônio como seu e como parte de sua vida, o cidadão também se reconhece como sujeito histórico e participante dentro da sociedade, pois, além de entender as ações daqueles que construíram seu passado, enxerga que seus próprios atos no presente serão legados às gerações futuras.

[...] quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Essa lógica de pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para a formação do cidadão. No entanto, se considerarmos verdadeira a assertiva de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referenciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade (PELEGRINI, 2007, p. 3).

O patrimônio histórico pode contar sua história a partir de grande diversidade de interpretações, visto que um único bem pode conter inúmeros acontecimentos, dependendo apenas da quantidade de olhares que interpretem seus passados. A

própria história é diversificada, e um acontecimento pode levar a tantos desdobramentos quanto diferentes atores sociais possam levantar. A ótica de cada parte da sociedade é única, e nestas estão inseridas diferentes visões que juntas fazem parte de um mesmo passado.

Como já citado anteriormente ao se falar sobre o conceito de identidade, muitas sociedades já buscaram sua real origem ao longo de sua história. Nessa situação nada é mais válido do que procurar naquilo que ainda resta do passado, e, por isso, o patrimônio histórico foi uma das principais ferramentas utilizadas para o reconhecimento das identidades nacionais.

Por vezes, a história contada estava mais de acordo com as vontades e interesses dos governantes, do que com a possibilidade de implantação dos diversos olhares que nela existem. Analisado e apresentado em suas várias vertentes, o passado não só pode ser visto como reafirmação dos desejos da elite dominante, mas também como recordador de memórias pertencentes, necessárias e reconhecidas nas diversas partes da sociedade.

Os já mencionados líderes da Alemanha nazista são exemplos fáceis e historicamente próximos, pois, de forma a unificar seu país sob a capa da raça ariana, que, segundo estes, seria a raça pura alemã, buscaram identificar-se com os germanos, e até mesmo com os gregos antigos. Da Grécia e de Roma, os alemães supostamente teriam herdado, respectivamente, suas artes e a tendência à disciplina e à organização do poderio militar, e, dos germanos, seus patrimônios históricos, mesmo aqueles construídos em locais fora de seu território delimitado. Ao invadir a Polônia, pouco tempo antes do início guerra, por exemplo, usou-se a justificativa de que haveria resquícios históricos germanos no local, e, por isso, a Alemanha teria o direito de tomar aquele território como seu, pois ali fora terra de seus ditos antepassados (HALL, 2006).

Esse é um exemplo de como o patrimônio pode ser utilizado em função de interesses políticos. Hoje sabemos que existiam diversos outros motivos por trás da invasão polonesa, mas para a propaganda nazista, era muito mais vantajoso contar ao povo que seus líderes apenas estavam reavendo o que era seu por direito, fortalecendo ao mesmo tempo o apoio que recebia da população. Ou seja, o “direito ao patrimônio” pode estar diretamente relacionado ao exercício do poder.

Essa prática não permanece retida a determinados momentos históricos. Em diferentes níveis e em diversos países e sociedades espalhadas pelo mundo, o

patrimônio continua a servir mais aos interesses das elites dominantes do que aos da população. E talvez a forma de se perceber essa realidade nas nações já consolidadas, e principalmente de governo democrático, sejam os programas e métodos de preservação patrimonial.

A preservação dos bens patrimoniais também sofreu mudanças durante o passar do tempo, tanto em seu conceito quanto em prática. Partindo primeiramente das ações de famílias que queriam manter seus patrimônios a salvo do efeito do tempo, essa preocupação passou a ser também do Estado, visando à proteção dos bens coletivos.

Conforme a conscientização foi aumentando, deu-se a necessidade de se oficializar a preservação, e expandi-la para onde fosse necessária. A tarefa, no entanto, não era nada fácil, e inicialmente, profissionais ligados às Ciências Sociais passaram a auxiliar na tomada de decisão do que seria considerado e preservado como patrimônio.

Desta forma, no século XX esses especialistas ficaram responsáveis por auxiliar os Estados na seleção de monumentos deveriam ser eleitos como patrimônio, além de disponibilizar ferramentas para definir a identidade cultural das nações (principalmente as ocidentais). (BRANCO, 2009, p. 3).

Para ajudar um pouco mais os gestores do patrimônio coletivo, os especialistas europeus se reuniram em 1931 na I Conferência Internacional para Conservação dos Momentos Históricos, onde se criou a Carta de Atenas, primeiro documento formal que continha recomendações sobre preservação e restauração do patrimônio histórico (BRANCO, 2009, p. 3).

Influenciando na legislação de vários países, dentre eles o Brasil, a Carta de Atenas ajudou a normatizar as políticas de proteção aos patrimônios arquitetônicos, tanto em relação à preservação quanto à conservação desses bens. Sob essa influência, durante a Era Vargas, em 1937, criou-se no país o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal responsável pela preservação e tombamento dos bens nacionais.

É, no entanto, no mínimo questionável a forma como são conduzidas algumas políticas de preservação no país. O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é responsável por organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e seu artigo 1º diz que

[...] constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p.1)

Quanto à preservação desses mencionados patrimônios, o parágrafo 1 deste primeiro artigo diz: “Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo [...]” (BRASIL, 1937, p. 1).

O decreto-lei nº 25 é de grande importância para as políticas patrimoniais no país, e em 1937 foi um dos pontapés iniciais do poder público em relação à preservação de bens históricos. A criação do IPHAN não só possibilitou maiores investimentos no patrimônio nacional, como também permitiu que muitos fossem protegidos e preservados.

Entretanto podemos pensar que de alguma forma a escrita do mencionado artigo 1º possa gerar interpretações não condizentes com a situação a que se aplica. O artigo cita o que há de ser considerado patrimônio histórico e artístico nacional, e de fato abrange itens importantes que carregam consigo significados pertinentes à nação. Porém, logo à frente, no parágrafo seguinte do decreto-lei, podemos entender que os patrimônios mencionados ainda precisam ser inscritos em um dos livros do tomo, para só então serem considerados politicamente patrimônio nacional, sendo assim protegido e preservado pelo IPHAN.

Analisemos, portanto, essa situação: o bem histórico precisa ter significado e relacionar-se a fatos memoráveis do país, mas para ser considerado parte do patrimônio artístico deve estar inscrito em um dos livros do tomo, e então passará a ser preservado e regulamentado pelo IPHAN como patrimônio nacional.

Existem duas questões a serem examinadas nesse momento. A primeira faz referência à necessidade de adesão ao Livro de Tombos, para só então o patrimônio ser considerado histórico e artístico nacional. Aquilo que não se encontrar nessa situação específica, não se encaixaria nas políticas de preservação do IPHAN.

Nesse sentido, pensemos então em como um patrimônio pode ter lugar em um dos Livros de Tombo, ou seja, quais os critérios para ser escolhido como um patrimônio a ser preservado? Essa situação é complexa, afinal a nação não é única

e homogênea, mas diversificada e ampla, e possui diferentes visões do que seria ou não representativo de seu passado.

A sociedade em si é pluralizada, e em suas pequenas partes as pessoas pensam e fazem coisas de maneiras diferentes. No Brasil, temos Estados que se diferenciam etnicamente entre si, onde uns têm em seu povo a predominância de ascendentes europeus, outros são herdeiros de imigrantes orientais, e mesmo de povos africanos que há muito vivem neste território. Todos são brasileiros, nascidos e criados no país, e ensinados a viver como cidadãos locais, mas sem perder antigos costumes e crenças, ritos e práticas herdados de seus antepassados.

A história da formação da sociedade é diversificada, e seu próprio passar do tempo já deve ser memorável para nação. O fato de que diversas etnias e culturas formam a identidade do povo brasileiro, e que por várias eras foram construindo e manifestando suas edificações e práticas culturais, já se configura como patrimônio nacional, pois é de suma importância para a memória da nação.

Dentro de tamanha diversidade cultural, o desafio certamente é escolher aqueles que devem ser considerados patrimônios nacionais, sem preferenciar uns ou esquecer-se de outros. Privilegiar patrimônios de determinados segmentos ou partes da sociedade, não só pode gerar indignação de alguns grupos, como também o não reconhecimento destes por parte do cidadão.

A história humana nos conta alguns episódios referentes aos patrimônios, sobre suas construções, preservações e reconhecimento, em que muitos se identificavam principalmente com as elites dominantes de diversas épocas. Um exemplo são as grandes igrejas da Idade Média. A religião, embora imposta a todos, era um bem de poucos, e a igreja controlava a crença e dominava a vida das pessoas como verdadeiros senhores. Com o passar do tempo, a religião se expandiu e alcançou diversos extremos da sociedade, e, para manter o controle, a elite dominante passou a erguer grandes igrejas e templos.

Imensas catedrais surgiram por toda a Europa, onde uma das finalidades era demonstrar a grandiosidade e o poder que se detinha perante o povo. O cidadão comum, o servo ou escravo, continuou então a se ver como um ser diminuído, onde não significava nada perante a imponência das grandes construções.

Esse quadro não é único do passado ou das sociedades europeias, mas presente e recorrente por todo o mundo. As igrejas medievais são exemplos de construções vinculadas a interesses específicos, mas a preservação também pode

passar pelo mesmo problema. Os investimentos necessários para a proteção ou recuperação de um bem chegarão muito mais rapidamente e com maior facilidade quando houver um interesse maior ligado a ele.

Nos dias atuais, não raro, a preservação do patrimônio se mantém articulada às memórias e identidades das elites dominantes, de modo que os bens reconhecidos como tal representam apenas os interesses e os jogos de poder desses segmentos. Além disso, [...] o próprio conceito de patrimônio é histórico e socialmente construído, portanto, seus conteúdos e valores se alteram com o passar do tempo. (PELEGRINI, 2007, p. 10)

Grandes monumentos antigos, festas e manifestações, ou mesmo locais de paisagens naturais com grande visibilidade, são geralmente reconhecidos como patrimônio nacional. Aquilo que gera grande visibilidade, que facilmente consegue ser estampado em cartões postais, e que transborda imponência, glamour e poder, representa além da história de um povo, a influência que os dominantes desejam passar, e atrair não só olhares, mas também pessoas que queiram visitar e conhecer suas riquezas expostas.

A intenção aqui não é criticar o IPHAN ou os patrimônios que este preserva, mas apenas ressaltar que se deve pensar cuidadosamente ao não selecionar um bem como patrimônio de uma nação. Aqueles que detêm o poder de decisão dentro de um país, dificilmente optarão pela preservação de um patrimônio que não os favoreçam, acima de um que alimente seus status e visibilidade. Mas, ao mesmo tempo, como dizer a uma comunidade que seu patrimônio não é apto a se tornar patrimônio nacional, quando este talvez seja, naquele local, o bem mais importante de seus moradores?

Os profissionais que juntos redigiram a Carta de Atenas também devem ser citados nesta reflexão, afinal, todos eram europeus. O problema não é a nacionalidade de cada pessoa, mas sim o fato de que apenas havia especialistas de uma parte do mundo.

Apesar de serem diferentes entre si, e de guardarem também etnias diversas no mesmo continente, os países europeus, e em especial países da Europa ocidental, possuem uma formação histórica bem semelhante entre si. Muitos de seus patrimônios têm formas e estilos semelhantes, cada um respeitando obviamente suas próprias peculiaridades locais, mas que, dentro de um contexto, descendem, até mesmo em alguns casos, de antepassados comuns a outros

países. Os gregos, por exemplo, mais especificamente a Grécia Antiga, acabou por influenciar diversas nações por toda a Europa, não necessariamente em apenas um país, mas sim em vários deles, através de sua filosofia e de sua arte. Esses países seguem, portanto, uma linha histórica de certa forma semelhante, diferentemente, por exemplo, dos povos orientais, ou mesmo dos nativos dos continentes africano e americano, que se desenvolveram, e construíram e cultivaram patrimônios e crenças com perspectivas diferentes.

O fato de apenas haverem profissionais europeus na conferência pode significar que as técnicas apresentadas estejam fundamentadas principalmente, senão totalmente, nas características patrimoniais da Europa. A América, por exemplo, antes de ser colonizada pelos europeus, tinha como predominantes os povos indígenas que construíam suas casas e manifestavam seus costumes sem a influência dos outros continentes. Os bens patrimoniais e a cultura desses povos, portanto, naturalmente se desenvolveram de forma diferente de outras nações, o que lhes confere identidades e características únicas, e que devem ser levadas em consideração no momento do reconhecimento e da preservação de seus bens.

Ainda demorou para que essa situação fosse considerada pela sociedade. Durante muito tempo o padrão a ser seguido no Brasil foi o europeu. Ruas e avenidas foram abertas em várias cidades para que se assemelhassem às grandes metrópoles europeias, obras monumentais foram empreendidas copiando e adaptando estilos vindos do outro lado do oceano, onde por um bom tempo essas foram as prioridades da elite em relação aos bens das cidades.

Atualmente essa questão já tomou novas proporções, pois diversas heranças desses povos nativos, e também de povos africanos trazidos para o Brasil durante os anos da escravidão, hoje são consideradas patrimônios nacionais, sendo eles materiais ou imateriais. Porém, não há como negar que esse é um fato bem mais recente, quando se necessitou reconhecer esses bens como patrimônios, uma vez que a elite não podia mais ignorá-los.

O objetivo essencial dessa reflexão é entender que se deve estar atento aos interesses primordiais da sociedade, e estes não devem se relacionar apenas à elite, mas sim a todos os cidadãos. O patrimônio conta a história do país, e, no Brasil, a própria diversidade de sua formação já é inestimável. Portanto devemos nos preocupar não apenas com as grandes festas ou monumentos de projeção mundial,

mas também com os pequenos bens que importam às comunidades locais, principalmente do interior do país.

Ignorar a presença de pequenos patrimônios mais afastados dos grandes centros urbanos, e conseqüentemente com pouca visibilidade, e que também fazem parte de contextos históricos nacionais, pode influenciar no sentimento de abandono das comunidades pelo setor público, ou mesmo a negligência e o não reconhecimento do patrimônio por seu próprio morador local.

De fato não é missão de o IPHAN vigiar 100% dos bens patrimoniais do país, mas sim aqueles que se encaixam no contexto nacional. Os bens locais e sem muita projeção devem ser regulamentados por órgãos de proteção locais, e a partir desses, receber toda a atenção e investimento que demanda, para não ser desprestigiado frente aos grandes patrimônios nacionais. A questão, no entanto, é que muitos cidadãos não entendem essa divisão de atuação, e muitas vezes os órgãos locais também não são plenamente atuantes. Por isso gestores e indivíduos relacionados aos patrimônios locais acabam acusando os grandes órgãos e o poder público nacionais de “esquecer” seus bens locais.

Essa situação pode ser atribuída ao fato de que alguns órgãos locais não se fazem presentes, e as pessoas diretamente ligadas aos patrimônios se sentem abandonadas em sua gestão. Nessa situação geralmente acabam surgindo opções a serem seguidas: a primeira refere-se ao gestor local, onde se esse tiver condições monetárias para proteger seu bem, sem o auxílio do poder público, irá restaurá-lo, preservá-lo e protegê-lo dos efeitos do tempo, e geralmente nessa situação, mantê-lo estagnado e não necessariamente presente no dia a dia da comunidade local. Essas pessoas algumas vezes almejam transformar seus patrimônios arquitetônicos em centros culturais ou ambientes de visitação, mas sem o incentivo do poder público local, acabam desistindo dessa meta.

Outra opção acaba ficando para o cidadão comum que vê o patrimônio de sua cidade se desfazer com o tempo. Quando mais informado e atuante na sociedade, ele se preocupa com a história e a memória de sua comunidade, e cobra e reclama com a gestão pública sobre seu patrimônio abandonado. Nem sempre a simples insatisfação de um ou dois moradores é suficiente para mover os responsáveis pela gestão pública da cidade, e o que resta acaba sendo a simples insatisfação de alguns e a constante degradação e depredação de bens locais.

Há ainda uma terceira perspectiva que acaba ficando a cargo de gestores e moradores mais atuantes com o patrimônio, mas que não recebem ajuda e sozinhos não conseguem manter o bem. Essas pessoas acabam sendo as que mais exigem e clamam por incentivos, pois o patrimônio lhes interessa e estes não têm condições financeiras para mantê-lo sem o poder público. Dessa maneira acabam lutando e reivindicando qualquer ajuda que possa surgir, e algumas vezes acabam atropelando algumas etapas e recorrendo a órgãos que nem sempre estão em seu nível de atuação. Podem, por exemplo, exigir que monumentos locais entrem nas listas de protegidos do IPHAN, buscando a todo custo o tombamento do bem.

O problema nessa situação não é buscar o IPHAN, e de fato vários municípios pequenos espalhados pelo país possuem bens tombados, mas nem sempre um patrimônio entra no contexto geral da nação, sendo muito mais memorável para comunidades locais do que para o país todo. Esses determinados bens devem ser incentivados e protegidos por órgãos de proteção locais ou regionais, e não necessariamente pelos nacionais. No entanto a falta de interesse por determinados setores locais do poder público, e o quase “abandono” de seus patrimônios, acabam gerando quase o desespero daqueles interessados, e mesmo o sentimento de que é necessário recorrer ao órgão máximo para que seu bem seja tombado e protegido, incluindo-o de qualquer forma possível em um dos Livros de Tombo.

Essa situação pode nos levar então à segunda questão referente ao artigo 1º do decreto-lei nº 25 (BRASIL, 1937, p. 1), sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Se a primeira citada anteriormente envolvia a suposta necessidade de adesão a um dos Livros de Tombo, para apenas então o bem ser considerado parte do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo então tombado e preservado sob a fiscalização do IPHAN, a segunda será a reflexão sobre o tombamento ser utilizado como técnica de preservação.

Tombar o patrimônio histórico, sobretudo o arquitetônico, é uma técnica útil e muito utilizada na atualidade. Ela ajuda a preservar o bem, mantendo suas características originais que retratam suas épocas e estilos de construção, e aparece muitas vezes como método ideal para a preservação de fachadas históricas.

Entretanto o tombamento não é o único meio que pode ser utilizado para se preservar o patrimônio. Um bem tombado não pode ser alterado, devendo

permanecer o tempo todo com sua aparência e características originais, e necessitando de constantes processos de restauração e revitalização específicos para evitar danos e mudanças no original. Como já mencionado, essa é uma forma ótima de se manter fachadas antigas, não permitindo que a aparência de cidades e bairros históricos sejam alterados.

O problema reside no fato de que o termo preservar é confundido com tomar. Para alguns o único jeito de se preservar um patrimônio é mantendo-o seguro e afastado das ações do tempo e do contato com as pessoas. Talvez em alguns casos seja necessário, como em ruínas e edifícios com risco de desabamento, sendo esses conseqüentemente locais de risco para visitantes, onde se precisa haver distância das pessoas, porém fora casos específicos, não há motivos para o afastamento generalizado de todos os bens históricos.

Essa prática acaba mantendo as pessoas longe daquilo que é delas, que pertence ao seu passado e faz parte de sua vida. Manter objetos e artigos antigos lacrados em algum lugar, ou mesmo dificultar o acesso das pessoas às construções ou sítios históricos não auxiliará na preservação desses bens, mas certamente poderá afastar o cidadão ao qual pertencem. A necessidade de utilizar-se da lei para preservar um bem pode também ser creditada à falta de visão da população para com seu próprio passado e patrimônio, podendo resultar em depredação e descaso pelos próprios indivíduos da sociedade local.

Nessa situação, a atividade turística pode aparecer como aliada da preservação e da própria educação turística e patrimonial de que hoje carece a sociedade brasileira. Planejado de forma sustentável, o turismo permite o envolvimento de pessoas que não só conhecerão um bem histórico e cultural, mas também entenderão a importância de se preservar e guardar determinado local ou objeto, tornando-o mais presente na relação com sua comunidade e seus visitantes.

Não vemos esse tipo de preservação distorcida apenas em patrimônios materiais; os imateriais também acabam sofrendo com isso. Manifestações culturais, festas e danças típicas são exemplos conhecidos dessa prática. Como já citado anteriormente nesse trabalho, há quem acredite que, para preservar a tradição e as práticas culturais, tem-se que sempre representá-las da mesma forma que nossos antepassados. No entanto, a memória e as tradições fazem parte da vida das pessoas, e, por esse motivo, evoluem junto delas. Dizer que permitir mudanças em práticas tradicionais é deixar de ser típico, ou que pode perder o significado da

prática, é desejar manter algo estático e imutável no tempo, tirando-o do convívio da sociedade.

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma cidade velha [...]. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares [...]. Devemos então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social, preservando o que for significativo dentro do nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. (LEMOS, 1981 *apud* MOREIRA, [s.d.] p. 1).

Ao olhar o patrimônio histórico e cultural, não podemos enxergar apenas um pedaço do passado dentro da cidade, mas sim um componente de seu cotidiano social. Permitir que um bem seja afastado do contato do cidadão, em nome de sua preservação, é tirar do indivíduo algo que já é dele, e foi herdado de seus antepassados, juntamente aos demais que compartilham a mesma história. Preservar não é afastar tudo o que for novo daquilo que é antigo, mas sim guiar o antigo perante os novos caminhos do tempo.

Com essa reflexão, parece justo afirmar que nem todo patrimônio precisa necessariamente ser tombado. Não é necessário que todos aqueles que querem proteger o passado recorram ao IPHAN ou outros órgãos menores, ao menos não com a intenção de tombá-lo, pois outras práticas podem ser utilizadas em nome da preservação desses itens. De fato algumas situações podem exigir um cuidado maior com a aparência física dos monumentos, mas é possível proteger e preservar sem torná-los estáticos, como se o próprio tempo houvesse parado.

Negar o contato da sociedade e a evolução do tempo perante o patrimônio histórico edificado pode gerar algumas consequências indesejáveis. O bem patrimonial pertence às suas comunidades como parte de suas memórias e componente de seu cotidiano, mas mantê-lo estático e intocado pode prejudicar sua relação com as pessoas, e acabar causando, assim, um afastamento ainda maior por parte dos cidadãos. Como falado, há exceção dos bens que necessitam de acesso restrito, como ruínas antigas com risco de desmoronamento ou raros documentos históricos disponíveis apenas para pesquisas científicas, mas esses são casos específicos, e por isso não se deve generalizar o afastamento das pessoas de todo e qualquer bem histórico.

Não é raro ou mesmo incomum que moradores de diversas comunidades não reconheçam seus patrimônios locais. Assim como mencionado neste trabalho ao

falarmos sobre o conceito de identidade individual e coletiva, é também necessário que as pessoas se identifiquem e se reconheçam como parte do patrimônio, e, ao mesmo tempo, o tenham como integrante de seu cotidiano. O patrimônio histórico guarda o passado das pessoas, retêm e recorda memórias, e dá ao cidadão algo com o que se identificar e uma história à qual pertencer.

O indivíduo que não se reconhece como dono de seu próprio patrimônio não consegue ver nele sua própria história, e conseqüentemente não o percebe como parte de seu dia-a-dia. Aos olhos desse cidadão, um monumento é apenas algo construído por pessoas que viveram antes dele, e, mesmo que o considere bonito, não passará de mais uma coisa que a cidade possui. Essa pessoa estará sempre afastada daquele bem, e ao mesmo tempo não verá necessidade em se preocupar com sua preservação.

Podem existir diversas razões para que alguém não conheça ou reconheça seu patrimônio histórico. Aquele que não o conhece acaba por ser um indivíduo desligado da história de sua sociedade, ele não sabe talvez nem da própria formação da cidade, de quando ou como as pessoas começaram a chegar na região, do porquê se começou a viver no local e de como evoluíram como sociedade até os dias atuais. Talvez a culpa da falta de informação desse tipo de cidadão não seja sequer dele. Não há como saber se durante a infância ele foi educado para pensar sobre o lugar em que vive, se na escola lhe ensinaram a história local, ao invés de apenas falar-se dos grandes acontecimentos nacionais e mundiais, ou mesmo se essa pessoa de fato enxerga sua própria comunidade como lar, e não apenas como um lugar para repousar após um dia de trabalho e cuidar de filhos e netos. Uma pessoa nessa situação não conseguirá se aproximar do patrimônio histórico, uma vez que nem mesmo saiba de sua existência.

Em contrapartida existe também aquela pessoa que até sabe da existência do bem histórico, mas não chega a reconhecê-lo como seu. Essa situação já é diferente, pois ao contrário daquele indivíduo que não conhece a existência do patrimônio, esse outro não faz questão de conviver com ele. A diferença está na vontade, e na corresponsabilidade do próprio cidadão.

Cabe principalmente à própria pessoa a iniciativa de se conhecer ou não sua história. Se o indivíduo foi instruído e sabe que também deve se incluir nos assuntos da sociedade, e que faz parte da história coletiva dela, qual deveria ser a razão para deixar de conhecer seu próprio ambiente?

Por alguma razão ainda existem pessoas que não fazem questão de saber sobre o próprio local onde vivem. Elas podem até conhecer o passado da cidade, de seus bens e sua cultura, mas não necessariamente se reconhecem como parte dessa dinâmica. O patrimônio nessa situação aparece como pertencente ao todo, e não a apenas um, ou seja, pertence à sociedade, mas não necessariamente ao indivíduo.

De alguma forma esse tipo de cidadão não enxerga sua própria relação com o local onde vive, e olha para seus bens históricos com os olhos de alguém de fora, mas que ainda assim vive naquele lugar. O que nos lembra do questionamento: são brasileiros aqueles que nasceram no Brasil, mas de fato quantos destes se dizem brasileiros?

É aqui que entra novamente a questão da identidade. Além de se identificar com a sociedade ao qual pertence, o indivíduo também deve apropriar-se de seu patrimônio histórico e de suas manifestações culturais. Deve enxergar que as heranças deixadas pelos antepassados guardam não apenas a memória da sociedade, mas que essa própria memória também pertence a ele no individual. Cada indivíduo constrói sua própria história, e junto de outros auxilia na construção das memórias sociais e coletivas. Não existem duas vidas diferentes, uma individual e outra coletiva, mas sim apenas uma, que tem por base a união do um com o todo.

Os moradores de uma região devem compreender que suas ações individuais repercutem no coletivo, e que seu cotidiano também é vivido sob a influência de outras pessoas, bem como seu futuro pode muito bem ser moldado de acordo com a evolução conjunta da comunidade em que reside. Portanto, é muito importante que as pessoas busquem se integrar ao coletivo, e que ao mesmo tempo ajudem a expandir o conhecimento sobre a história local.

De fato, o ideal é que o morador dê o primeiro passo e se interesse por conhecer seu próprio patrimônio, mas isso não será possível se esses bens não estiverem acessíveis a ele. O distanciamento não pode ser considerado apenas culpa das pessoas, pois uma boa parcela dessa responsabilidade também recai sob os ombros dos gestores patrimoniais e do poder público local.

O patrimônio torna-se inacessível ao cidadão quando este não consegue alcançá-lo facilmente, para conhecê-lo ou visitá-lo. Pode-se aqui novamente pensar no turismo como um importante aliado, uma vez que, ao transformar o patrimônio em atrativo turístico, seu acesso é facilitado, permitindo, assim, o alcance de turistas e

moradores. As dificuldades de aproximação do bem patrimonial podem ser tanto físicas quanto sociais. Quando fisicamente o acesso é ruim, a pessoa pode até ter vontade, mas existe grande dificuldade de locomoção até esse patrimônio físico. Estradas ruins ou perigosas em determinadas épocas do ano, falta de transporte público para aqueles que não possuem veículos próprios, ou mesmo bens retidos e localizados em propriedades fechadas e sem acesso podem exemplificar essa situação.

Essas dificuldades físicas são, na maioria dos casos, mais fáceis de resolver. O acesso ao patrimônio deve ser facilitado dentro de suas respectivas características. As pessoas precisam conseguir chegar ao local que desejam para conhecer seus bens, o poder público deve auxiliar e até incentivar esse acesso, para que cada vez mais o cidadão possa chegar por sua própria vontade ao seu destino. O turismo, que se soma a esse processo como atividade responsável pela intermediação entre visitantes/turistas e cidadãos e o patrimônio, deve ser feito de forma planejada, de modo a contemplar essa condição.

As dificuldades sociais de se chegar ao patrimônio giram, na maior parte das vezes, em torno do aspecto psicológico das pessoas. Não é raro que alguns se sintam intimidados frente a grandes monumentos e construções, como se o seu próprio mundo não pudesse ser tão grande quanto o daqueles que construíram esses patrimônios. Grandes igrejas medievais ou templos luxuosos, castelos antigos e fortalezas monumentais geralmente passam a sensação de imponentia, e o indivíduo pode facilmente se sentir pequeno frente a esses bens e suas histórias.

Ao visitar lugares diferentes do convívio diário geralmente nos sentimos fora de nosso ambiente natural, e acabamos por olhar para o entorno e vemos apenas as “coisas dos outros”. Nesse momento, as coisas não nos são comuns, mesmo que dentro do mesmo país junto à mesma cultura e estilo de vida, o sentimento muitas vezes é o de não se estar em casa. Mas infelizmente essa não é uma realidade apenas quando se viaja, ainda há quem se sinta assim dentro da própria comunidade.

O cidadão que não conhece sua história coletiva, ou não se reconhece dentro dela, viverá como se nunca “estivesse em casa”. Não importa onde esteja, mesmo dentro de seu município, sempre enxergará o entorno como aquilo que pertence aos outros, que os outros construíram e que não faz parte da vida dele. O que pertence é aquilo que ele adquiriu ou herdou dos pais, fisicamente dentro de seu domínio

individual, e o passado do qual se recorda é apenas aqueles anos após seu nascimento, mantendo-se assim fora do contexto da sociedade. Mesmo que tenha ou pratique manifestações culturais junto ao coletivo, esse indivíduo pode se ver apenas como um praticante, e não entender a formação cultural e social por trás de seus pequenos feitos. O cidadão que pensa dessa forma dificilmente procurará se aproximar do patrimônio histórico local.

Pessoas desfavorecidas, social e economicamente, podem temer visitar grandes construções, uma vez que não se veem como parte de sua formação. Essa situação tem referência com a própria divisão da sociedade, onde em muitos aspectos as elites são privilegiadas, e uma minoria acaba tendo maiores oportunidades e acessos aos bens que pertencem a toda comunidade.

Essa segregação e divisão social perante o patrimônio que é comum a todos, principalmente nas grandes cidades, é um problema a ser superado o mais rápido possível, e a resposta está na base. Assim como diversos outros problemas sociais, a educação e inclusão de crianças no dia a dia da sociedade, não só melhora seus entendimentos sobre a memória e identidade da comunidade, mas também automaticamente aproximará seus familiares do mesmo entendimento.

Os cidadãos precisam se aproximar do que lhes é de direito, sem temer represálias ou olhares tortos da sociedade, e a educação é a melhor das ferramentas para se alcançar esse fim. A criança tem sede de aprender, de conhecer coisas novas, de ouvir histórias, e quando ela é posta como um dos personagens construtores e atuantes em seu próprio ambiente, não só desejará estar mais presente, como também saberá que também faz parte da sociedade, e que seus bens também lhes pertencem.

Seja tanto para crianças quanto jovens e adultos, o patrimônio deve ser acessível, legível e atrativo para todas as idades. Deve estar sempre de portas abertas para receber todos os públicos da forma mais satisfatória possível, e ao mesmo tempo passar suas mensagens e histórias, enquanto chama a atenção das pessoas e as atrai para conhecê-lo.

No entanto, apenas atrair as pessoas a conhecer o patrimônio não é suficiente, principalmente se este for visitado por públicos diferenciados e de diversas faixas etárias e níveis de instrução. O bem existe para contar uma memória, um contexto histórico, por isso não deve ser visto apenas como um monumento, um prédio ou casa, mas sim como guardião do passado. Dessa forma, faz-se

necessário que a história seja passada aos visitantes, tanto em relação à idade do bem quanto aos métodos e práticas de construção, no caso de patrimônios arquitetônicos, e descendências culturais e suas evoluções temporais, no caso de patrimônios imateriais.

Um patrimônio legível é um bem que transmite sua história e provoca a memória das pessoas. Para que isso aconteça, cabe aos gestores a apresentação dessas histórias, utilizando-se de técnicas e práticas adaptadas às necessidades dos diversos públicos que visitam o patrimônio. Nessa situação, uma das técnicas sugeridas é a prática da interpretação patrimonial.

Interpretar o patrimônio é o ato de fazer uma leitura do bem, e repassar às pessoas que o visitam, de forma que as histórias, características e particularidades sejam contadas a todos que busquem esse conhecimento. É importante ressaltar que a interpretação é muito utilizada para auxiliar na visita de diversos locais, em especial para facilitar o entendimento de pessoas de fora (MURTA; ALBANO, 2002, p. 10).

Toda comunidade, seja ela nova ou antiga, tem seus costumes, memórias e patrimônios. Desde eras passadas a Europa vive diariamente com um constante fluxo de pessoas, residentes e estrangeiros, que circulam por seus territórios e visitam monumentos e construções por toda parte. Desde sempre os grandes patrimônios históricos são visitados por pessoas de várias partes do mundo, e os próprios moradores locais muitas vezes são os que menos aparecem nesses lugares.

O turismo é um fenômeno mundial em constante expansão, chegando a muitas comunidades pequenas, que antes não tinham projeção, mas hoje já são atrativas para pessoas que desejam fugir dos grandes destinos já conhecidos. O que um dia começou na Europa como uma atividade relacionada aos estudos e à formação dos filhos das famílias mais abastadas, hoje engloba e alcança diversas classes sociais de várias nacionalidades espalhadas pelo mundo.

Para receber esse imenso e crescente número de turistas todos os anos, os destinos devem estar preparados para atendê-los e recebê-los plenamente, e seus atrativos devem passar aos visitantes o máximo de sua história e essência, mesmo que sejam curtos os períodos de permanência.

Mesmo em grandes e já consagrados destinos turísticos ainda se encontra dificuldade para atender plenamente diversas pessoas ao mesmo tempo, então não

é nada difícil imaginar o desafio dos pequenos destinos locais. Suas cidades e seus patrimônios ainda não estão prontos para o crescente número de turistas que, ao fugir dos grandes centros já visitados, buscam pequenos destinos que ainda guardam atrativos históricos e naturais quase intocados.

Nesse contexto, e aos poucos, os gestores responsáveis pelo patrimônio das cidades vêm percebendo a necessidade de atender esse público. Afinal como contar a alguém sobre a história de um local, sendo que talvez essa pessoa viva uma realidade completamente distinta da presente no local, de forma que ela entenda ou ao menos compreenda a dinâmica histórica da comunidade. Outra variável a ser considerada é o tempo de permanência dessas pessoas no destino, uma vez que as visitas são geralmente curtas, o tempo para apresentar o patrimônio ao turista deve ser utilizado da melhor forma possível.

É para auxiliar na solução desse tipo de desafio que se encontra a técnica da interpretação e comunicação patrimonial. Para Murta e Albano (2002, p.10):

[...] o principal foco da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante, mantendo importantes interfaces com o turismo, a preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural das comunidades locais.

Os primeiros trabalhos de interpretação realizados começaram em áreas naturais, mais especificamente, nos parques naturais dos Estados Unidos, e visavam alertar sobre a importância da preservação ambiental, bem como informar aos visitantes sobre as características e peculiaridades dos locais, e, ao mesmo tempo, ensinar sobre suas próprias responsabilidades para com a natureza.

Mais tarde, foi-se percebendo que essa técnica não servia apenas para o meio natural, mas também para o patrimônio arquitetônico e cultural da sociedade. Além de auxiliar no ensino e na preservação do bem, também proporciona ao visitante informação sobre o local visitado. Portanto, interpretar o patrimônio “[...] é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.” (MURTA; ALBANO, 2002, p. 13).

A interpretação, porém, não é uma prática fácil. O patrimônio não é um local onde a pessoa fica obrigatoriamente durante horas, estudando ou analisando fatos históricos e manifestações locais, mas sim um ponto passageiro e alcançado graças

ao interesse do visitante. Deve ser, portanto, atrativo para as pessoas, e ao mesmo tempo ensinar sobre história e preservação, fazendo-o de forma agradável e dinâmica.

Cada gestor deve adequar a interpretação de seu patrimônio para atender ao público-alvo que mais deseja atingir, adaptando linguagens e atividades que estejam de acordo com as condições de seu receptor, bem como suas diferenças etárias e sociais.

Para isso, existe, à disposição dos intérpretes, sendo esses os profissionais responsáveis por desenvolver a interpretação patrimonial, diversas ferramentas e estratégias passíveis de utilização, sendo elas chamadas mídias interpretativas.

Os teóricos e estudiosos desse meio dividem as mídias existentes em dois grupos, as mídias pessoais e as impessoais. A principal diferença entre cada uma delas está no nível de interação que existe entre o interlocutor e o receptor da mensagem a ser passada. As mídias pessoais possuem uma interação maior, onde o próprio visitante participa de ações que lhe proporcionam informação, enquanto as impessoais acabam oferecendo mensagens mais gerais, mas não necessariamente menos direcionadas a públicos específicos.

Ao falar das mídias, Costa (2009) nos fornece alguns exemplos úteis para utilização em patrimônios. Algumas das impessoais são as publicações impressas; placas, painéis e letreiros; exposições, mostras e vitrines; meios animados de exibição etc. Essas são todas ferramentas que não precisam da interação com o público para passar a mensagem desejada, tendo por base a exibição de informações mais gerais, mas não menos importantes sobre o patrimônio.

Já nas mídias pessoais, temos: realização de palestras interpretativas; fantochada⁵ ou titeragem⁶; caminhadas e passeios orientados; demonstrações; história viva, etc. Essas opções são mais interativas e algumas podem depender bastante da participação dos visitantes. São atrativas, pois chamam mais a atenção das pessoas, e conseguem naturalmente fazer o indivíduo se sentir parte daquela história. Porém o gestor do patrimônio deve atentar para o fato de que nem todas as pessoas se sentem à vontade nessas atividades, e o desejo de participar ou não da dinâmica deve partir do próprio visitante, e aqueles que não desejarem interagir

⁵ Fantochada: utilização de fantoches;

⁶ Titeragem: arte de manipular marionetes por meio de títeres;

diretamente, não podem ter sua visita prejudicada, nem mesmo sair do local sem ter recebido também as informações e experiências que o patrimônio pode lhe fornecer.

Sejam pessoais ou impessoais, as técnicas citadas são repetidas em livros de autores variados, e de fato são utilizadas, a todo o momento em locais de visita, mesmo que os responsáveis por sua utilização não entendam das teorias de interpretação. Parece natural para muitos a utilização de placas, exposições ou encenações que contam histórias de diversos tipos, desde contos infantis até lições e ensinamentos antigos. Essas ações já são tão recorrentes, que na maior parte das vezes a pessoa responsável não conhece toda a teoria por trás dessas interpretações.

No entanto, o valor da ferramenta e seus resultados, pode ser ainda mais aproveitado, pois as teorias podem oferecer diversas técnicas e até sugestões de como potencializar seus benefícios práticos. A metodologia da interpretação mostra que o planejamento inicial é essencial, onde antes da aplicação, o patrimônio deve passar por uma análise detalhada, buscando-se informações sobre sua história, características e peculiaridades. A partir desse ponto, passa-se à elaboração do plano interpretativo, e só mais à frente à aplicação das mídias interpretativas. O planejamento inicial é importante, pois ajuda a verificar o meio pelo qual a informação será passada, e ainda, segundo Costa (2009), é mais importante que o intérprete pense em “o que as pessoas querem ouvir” do que “o que eu quero contar”. Não adianta contar um fato, por mais importante que seja, na forma e contexto que não interesse às pessoas. Muito mais útil será analisar o público e a informação a ser passada, e adaptar o conteúdo para que este alcance seus receptores de forma clara e eficiente.

No caso da interpretação feita para atender às necessidades de visitantes de fora do local, outro fato importante a se pensar é o tempo da visita. Como já mencionado, o turista (e até mesmo o morador, em alguns casos) tem pouco tempo para conhecer toda a história de um patrimônio, uma vez que seu período de permanência é geralmente curto. Por esse fator, não se torna possível a execução de uma exploração completa, ou mesmo uma educação patrimonial específica para aquele atrativo, necessitando assim da aplicação de práticas eficazes de transmissão de informação, e no caso de sucesso, nada impede que a própria pessoa busque maiores informações, ou mesmo retorne ao destino para descobrir mais sobre o que conheceu.

Diferente dos turistas que visitam uma região existe outras pessoas que podem aproveitar o patrimônio durante um período maior de tempo. Esses são os próprios moradores locais. A interpretação patrimonial não é feita especificamente para o público de fora, mas sim para todos aqueles que busquem conhecer o patrimônio histórico, seja o indivíduo residente ou não.

Já citamos anteriormente que é essencial para o indivíduo conhecer a história do local onde vive, e também se reconhecer como agente e personagem desse contexto, bem como se apropriar de seus patrimônios e costumes coletivos. O indivíduo deve buscar conhecer a sociedade em que vive, e em especial sua história, que por diversas vezes passa despercebida pela maior parte das pessoas. Deve-se desde cedo incentivar crianças e jovens a aprender sobre seu passado, ao mesmo tempo em que se tenta alcançar moradores mais velhos, e que por tempo demais viveram sem esse conhecimento.

Antes que pensemos em apresentar nossa cidade a turistas, devemos ter certeza de que os próprios moradores já a conhecem, tendo acesso a todos os seus ambientes e práticas.

A essência do planejamento turístico local é que a comunidade, em todos os seus segmentos, tenha consciência de seu patrimônio, tanto do patrimônio material quanto do imaterial; que decida sobre aquilo que deseja compartilhar e o que deseja guardar só para si; e que escolha onde e como deseja que essa troca ocorra. (MURTA; ALBANO, 2002, p. 55).

Aquele que deveria, em primeiro lugar, ter maior acesso ao seu patrimônio e às memórias que este pode fornecer é o próprio cidadão local. Se desde pequenas as crianças forem ensinadas a ver o mundo e o próprio tempo como uma constante construção, e sua cidade como detentora de memória própria, conforme forem crescendo terão ciência de seu papel dentro de sua sociedade, bem como a importância de preservar e proteger os patrimônios históricos e ambientais do seu entorno. Essa atitude pode evitar que, no futuro, as pessoas olhem para a história como algo chato, ou que “já passou.” Assim como a vida, a educação também é um processo, e neste deve ser incluído, na medida do possível, tudo aquilo que mais aflige a sociedade hoje, para que as novas mentes em desenvolvimento cresçam conhecendo seu lugar e sua história, bem como encontrando soluções para aquilo que realmente necessita, melhorando assim suas próprias vidas e continuando a construir o caminho a ser trilhado pelas próximas gerações, assim como as

anteriores fizeram em anos passados. Àqueles que já passaram do período de educação escolar, devem ser implementados programas e projetos de integração e conscientização, dando assim a oportunidade de que se conheça e participe do cotidiano dos bens históricos, e ao mesmo tempo respeite a vontade daqueles que não desejem fazer parte de tal.

Antes de pensar em receber o mundo dentro de uma cidade, deve-se pensar nas pessoas que nela vivem e em sua própria história. O patrimônio, a identidade e as memórias das pessoas são bens valiosos passados de tempos em tempos pelas gerações, e por menor que seja uma comunidade, aos seus cidadãos deve ser garantido o direito de conhecer e desfrutar de sua casa.

Existem vários princípios dentro da teoria da interpretação patrimonial, e em especial, o sétimo princípio diz que “[...] todo lugar tem uma história. Os intérpretes podem dar vida ao passado para tornar o presente mais agradável e o futuro mais significativo.” (BECK; CABLE, 1998 *apud* COSTA, 2009, p. 138). Não há lugar no mundo, onde pessoas vivam juntas, que não possa fornecer história. O passado pode ser incrivelmente dinâmico, pois além de lembranças individuais que se unem formando memórias coletivas, cada pedacinho da história local se encaixa em um contexto maior, indo para a região, subindo ao estado e alcançando a nação. Podemos encontrar incríveis surpresas atrás de cada esquina, debaixo de cada pedra ou dentro de cada prédio histórico. Memórias, histórias, contos e lendas, afinal, o que mais nosso patrimônio histórico poderia guardar, além dos reflexos de nosso próprio passado?

2.2 O TURISTA E A SUA CIDADE

Existem diversas teorias e conceitos a respeito do que caracterizaria um turista, e, a cada dia, teóricos e pensadores surgem com novos argumentos para definir essa categoria. O conceito foi evoluindo tanto para representar o indivíduo como suas motivações de viagem. Conforme foram sendo aceitas novas motivações, novos segmentos foram sendo criados para comportá-las, não resumindo o turista apenas àquele indivíduo que viaja em busca de lazer, mas sim que desfruta do turismo de negócios, turismo religioso, turismo de saúde, entre outros. Cada um destes segmentos pôde se adaptar e englobar os turistas que

viajavam com motivações diferentes, e mesmo que atividades de lazer também estivessem envolvidas, a principal razão da viagem será outra.

O Ministério do Turismo hoje baseia sua definição de turista em duas fontes, a primeira referente à motivação, segundo Inskip (1988), e a segunda referente ao tempo de permanência, segundo a EMBRATUR (1992):

1. Segundo Inskip (1988), visitante temporário que fica pelo menos 24 horas no local visitado e o propósito da sua visita pode ser classificado em: a) Lazer (ex.: recreação, feriado, saúde, religião ou esporte); b) Negócios; c) Família; d) Missão; e) Encontros. 2. E aquele que se desloca para fora de seu local de residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que não o de fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado (EMBRATUR, 1992). (BRASIL, 2013).

Entretanto não houve mudanças apenas no pensamento relacionado às motivações, mas também ao próprio indivíduo turista. Ainda hoje se encontra em discussão se uma pessoa pode, ou não, ser considerado um turista em seu próprio local de residência. A questão não é se a pessoa pode ou não visitar os atrativos pertencentes à sua cidade, mas sim como o próprio indivíduo deve ser reconhecido no local, e, principalmente, como ele mesmo se identifica nesse momento.

A ideia nesse ponto é refletir se realmente seria importante considerar o morador como um turista. Ser turista não é ter o direito de visitar os atrativos de um local, nem de desfrutar de atividades relacionadas ao lazer que as cidades oferecem, mas refere-se ao fato da pessoa visitar locais desconhecidos e ter experiências novas. Ao cidadão local, o acesso aos bens e serviços da cidade deve ser natural e, além disso, o conhecimento deve ser prioritário.

Não podemos mais permitir que, na atualidade, os cidadãos sejam colocados à margem do contato com seu patrimônio e com sua sociedade. As pessoas precisam ter acesso aos bens históricos e culturais de seu local de origem, bem como a todos os serviços de entretenimento que a cidade pode lhes oferecer. Esse privilégio não é apenas de visitantes, e deve igualmente ser do morador que se interesse por tal. Se essa conscientização não partir dos indivíduos, cabe à própria sociedade incentivá-los para tal.

Uma estratégia a ser utilizada, e que deverá englobar todas as áreas da sociedade, é incluir o patrimônio e a cultura no dia-a-dia da comunidade, para assim alcançar o cotidiano do indivíduo. A responsabilidade por isso é de todos, pois não

basta apenas que o poder público atue, mas sim que os gestores de bens e atrativos, escolas, grupos culturais, e até mesmo empresários locais, auxiliem na propagação do conhecimento e das possibilidades de interação entre o indivíduo e seu local de origem.

No que diz respeito ao patrimônio histórico e cultural, como já mencionado, este deve estar acessível ao cidadão para poder contar sua história e construir sua memória. A interpretação patrimonial para o turista serve como meio de informação e de experiência, mas ao morador pode auxiliar na educação coletiva e individual.

Na década de 1970, o país teve a primeira oportunidade de incentivar a educação patrimonial desde a infância, entretanto, o governo optou por fomentar o turismo, enquanto articulava a atividade aos incentivos de preservação patrimonial.

Nos anos 70, cogitou-se, por um lado, a inclusão de matérias relacionadas ao patrimônio nacional nos currículos do ensino fundamental, médio e superior, e, por outro, foram analisadas as possibilidades de articulação entre a preservação patrimonial e o fomento turístico. (FUNARI; PELEGRINI, 2011).

Talvez se a prioridade dos governantes da época fosse outra, e a ação tivesse sido aprovada, hoje as pessoas poderiam olhar seus patrimônios de forma diferente, e conseqüentemente se identificar mais com eles. Mesmo que a proposta tenha sido feita pensando-se no patrimônio nacional, conseqüentemente a visão das pessoas também poderia se voltar ao local, aproximando a população dos bens que são seus por direito.

Ao bem da verdade, escolher entre preservar o patrimônio junto ao morador, e preservar fomentando o turismo, não era algo necessário. Afinal, por que não escolher ambos? Ao mesmo tempo em que se incentivou o crescimento da atividade turística, a sociedade também deveria ter sido visada, tanto para seu próprio bem, quanto para o benefício dos futuros visitantes.

Durante esse período dos anos 70, o principal público das políticas patrimoniais voltadas ao turismo englobava os grandes patrimônios nacionais, principalmente nas metrópoles brasileiras, e as cidades históricas com maior relevância e tradição perceptível na história da nação. Dessa forma, diversos monumentos e centros históricos foram tombados por todo o país, e o número de pessoas que os visitavam aumentou conforme o passar dos anos.

No entanto, o desenvolvimento do turismo sem a participação e envolvimento da comunidade local, acaba por gerar afastamento dos moradores e não reconhecimento da atividade. O morador pode acabar vendo o turista como alguém de fora que tem mais direito na cidade do que ele mesmo, e apesar de não viver no local, tem acesso aos melhores lugares, maiores formas de entretenimento e privilégios que ele como cidadão não possui.

Essa situação acaba gerando nos destinos um quadro até maior que o distanciamento entre morador e visitante, mas também o afastamento da própria população dos locais turísticos da cidade. Acabam aparecendo assim áreas “do turista” e “da população”. Os locais frequentados por turistas afastam a população, sobretudo as classes sociais mais baixas, e se tornam para estes ambientes de trabalho, na maioria das vezes, pouco valorizados. Da mesma forma, as partes das cidades em que o cidadão vive são afastadas e “maquiadas”, para que o turista, e sobretudo o turista internacional, não a veja ou mesmo a ignore, mantendo-a nas áreas em que poderá se divertir, gastar e movimentar a renda dos empreendimentos com os quais tem contato.

Tal realidade é muito presente nas grandes capitais brasileiras, reflexo das políticas econômicas e sociais mal planejadas em diversos âmbitos de governo. As novas tipologias, e os novos segmentos do turismo, no entanto, vêm auxiliando na aproximação dos turistas de áreas que antes lhe eram desconhecidas. Para fugir da grande massa de viajantes, e sair dos roteiros já conhecidos e consagrados, os visitantes vêm buscando novas experiências nos destinos, chegando às comunidades carentes e a cada vez mais às cidades do interior dos estados.

Nas metrópoles brasileiras, esse interesse pelo não convencional tem sido encarado como uma nova oportunidade para negócios. O visitante agora consegue alcançar novas áreas das cidades, e conseqüentemente tem novas experiências com a população local, o que pode gerar renda e postos de trabalho para quem investir nessa ideia. Por outro lado, essa situação não representa maior acesso da própria população às áreas turísticas, que na maioria das vezes não pode pagar o mesmo preço que turista paga para desfrutar desse ambiente, seja em relação a serviços ou atrativos, permanecendo assim ainda afastados daquilo que deveria ser de posse da própria comunidade.

Em cidades menores também não é diferente, pois o turismo ainda é desenvolvido sem o envolvimento do morador.

No centro histórico das cidades a falta de interação do morador com os bens promove dificuldades para a implantação do turismo. A cidade não está preparada para o morador, não há interação com o passado, com a história. A concentração de atividades de tendência universalizante, sem relação com a identidade de seus moradores, o amplo processo de eliminação do uso residencial, constituem fatores responsáveis pelo comprometimento da afetividade com o entorno. (BASTOS, [s.d.], p.6).

O turismo não planejado acaba sendo executado sem as devidas interações com o local, onde o modelo a ser seguido será aquele conhecido universalmente, e que não necessariamente está de acordo com as características e os anseios da população local. O cidadão se vê assim afastado de sua cidade, ou ao menos das partes dela reservadas à presença de visitantes de fora.

Podemos então pensar novamente na necessidade das pessoas em serem turistas. Afinal, quem não gostaria de viajar, conhecer novos lugares, apreciar estilos diferentes e ter novas experiências? Ser turista acaba significando status, mostra que a pessoa não só tem condições financeiras, mas também instrução suficiente para visitar lugares diferentes de seu cotidiano.

No entanto, a questão pertinente a este trabalho não é sobre viajar para fora, mas sim para dentro de seu local de origem. Naturalmente qualquer experiência que alguém tiver durante uma viagem, fará parte de sua própria história e memória, mas essa será individual, diferente das experiências de moradores locais, que auxiliam na construção da memória coletiva da sociedade e da história de seus bens e patrimônios.

Para o morador sem acesso ao patrimônio da cidade, não existiriam grandes diferenças entre ele e o turista que está visitando o local, uma vez que ambos não reconhecem o patrimônio como seu. Nesse caso, a melhor estratégia seria integrar o patrimônio aos diversos momentos da comunidade, sobretudo com relação ao entretenimento.

Para manter a identificação com o morador uma boa estratégia é a de incluir o patrimônio nas atividades recreacionais da comunidade, com a reorientação de atividades e alteração de usos de edifícios. Planejamento, gestão e análise dos produtos oferecidos devem visar o controle de resíduos, a deterioração das edificações e do entorno em virtude da presença frequente de visitantes. (BASTOS, [s.d.], p.3).

Fazendo parte da dinâmica da cidade, e não apenas permanecendo estático e parado no tempo, o patrimônio se aproximará cada vez mais de seu cidadão, possibilitando o alcance até de quem permanece mais distante e não se reconhece como parte da história e da memória.

Outra estratégia já mencionada neste trabalho é a educação patrimonial. A interpretação do patrimônio voltada para este fim é mais específica para o morador do que para o turista, já que é um processo mais longo e requer um pouco mais de tempo. Educar a partir do patrimônio permite que o cidadão já cresça fazendo parte dele, se reconhecendo como ator e como integrante dessa realidade, e por isso, é importante que este trabalho comece cedo, ainda nas escolas, auxiliando na formação do indivíduo.

Apesar de iniciar a educação patrimonial na infância ser um fator importante, nada impede que moradores já adultos também possam participar de atividades relacionadas à interpretação patrimonial. O que realmente faz diferença é se a pessoa fará ou não parte do patrimônio, e se o reconhecerá como parte dela mesma.

Aquele que faz parte da história do patrimônio coletivo e auxilia na construção da memória da sociedade, não precisa do turismo para visitar sua própria cidade. Pelo contrário, ao invés de disputar espaço com os visitantes, poderá ajudar na construção da própria atividade turística, uma vez que nenhum gestor especialista conseguiria interagir melhor com o patrimônio local do que alguém nativo da região.

Juntando a teoria dos estudiosos, a prática dos especialistas e a vivência da população, o turismo não só pode se desenvolver plenamente, como também ajudar a proteger o patrimônio das cidades. Turista e morador não precisam disputar espaço, e nem o farão, desde que os gestores responsáveis entendam a importância de cada um desses indivíduos, e estejam preparados para receber a todos da melhor forma possível.

As pessoas precisam estar presentes e atuantes nas decisões relacionadas à gestão de seus bens coletivos, principalmente quando o assunto estiver relacionado à sua utilização para o turismo, pois lhes é relevante saber e escolher o que deverá ser passado e de que forma será contado a outros.

Por certo, a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. (FUNARI e PELEGRINI, 2011, p.59).

Caso essas ações de preservação e interpretação não sejam tomadas com o auxílio e o consentimento da própria sociedade, estaremos voltando aos já citados casos de não reconhecimento e afastamento do cidadão. Dessa forma dá-se também continuidade ao ciclo de universalização dos destinos, onde as características e particularidades dos locais correm o risco de se perder frente às políticas de simples expansão turística, onde o real valor dos patrimônios históricos, culturais e ambientais não é passado, e são na maior parte das vezes, apenas utilizados como paisagem de fundo em cartões postais espalhados pelo mundo.

O morador que conhece seu passado e se reconhece como atuante na construção do futuro de sua cidade preserva o patrimônio, educa seus filhos a conhecer os bens coletivos, e auxilia na própria divulgação de seu destino. Aquele que se identifica com seu local de origem, muitas vezes deseja mostrá-lo para outras pessoas, e se orgulha de grandes épocas que seu passado pode representar. Um cidadão assim não precisa ser um turista na própria cidade, pois, afinal, ele já é parte de seu próprio destino.

3 PARACAMBI: PATRIMÔNIO, LENDAS E HISTÓRIA

Em um vale a poucas horas da capital do Estado do Rio de Janeiro está o município de Paracambi. Nascido em uma época de desenvolvimento e expansão do Império, durante a implantação do Caminho Novo, a cidade guarda história e características de uma época onde o café movimentava o país e as indústrias timidamente começavam a surgir.

Neste capítulo, conheceremos um pouco da história deste local, que mesmo próximo à cidade do Rio de Janeiro, ainda é pouco conhecido pelos cariocas. Além da localização e da própria história do município, também falaremos um pouco sobre contos e particularidades que talvez não sejam registradas em livros, mas permeiam o imaginário e a lembrança de seus moradores, sobretudo os mais velhos.

3.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO: BEM-VINDO AO VALE DO CAFÉ

Entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a aproximadamente 80km da capital carioca, encontramos a cidade de Paracambi (Figura 1). Com acesso pela rodovia Presidente Dutra e pela RJ-127, o município ocupa uma área total de 179,680 km² e sua população equivale a 47.124 habitantes, segundo dados disponibilizados pelo site do IBGE (2013).

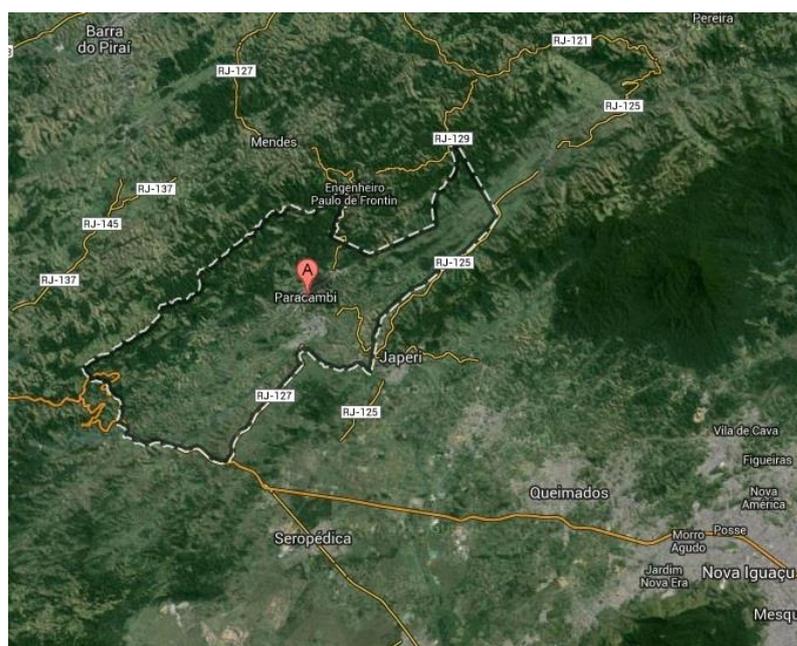


Figura 1 - Paracambi, imagem de satélite
Fonte: Google Maps, 2013.

município do Rio de Janeiro muitas vezes compromete o tempo de viagem, forçando muitos cariocas a permanecerem em seus transportes por aproximadamente o mesmo período de tempo, dependendo do bairro que se procura alcançar.

É possível chegar à estação Central do Brasil em duas horas pelo trem, o que facilita aos moradores o acesso a diversos serviços da metrópole, bem como a outros centros urbanos mais próximos e melhores equipados em relação a comércio e a alguns tipos de entretenimento, como Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Além da distância e do tempo de viagem, outro fator que também aproxima o município da capital estadual é a própria divisão política administrativa, onde Paracambi situa-se dentro da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo o último município não só da Baixada Fluminense, como também da região metropolitana do Estado, seguindo no sentido São Paulo, a cidade também é caminho para quem deseja chegar aos municípios históricos e mais conhecidos do sul do Estado, como Vassouras e Valença. Além disso, segundo a divisão turística do estado, Paracambi é parte da Região do Vale do Café.



Figura 3 – Sinalização da Região Turística do Vale do Café
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)

A figura 3 mostra uma placa localizada na saída da rodovia Presidente Dutra que leva à Paracambi, destinada a informar não apenas o início da região do café, mas também a direção que leva ao município de Vassouras, grande representante deste período histórico, e um dos destinos mais conhecidos da região.

Talvez seja por conta de suas características voltadas mais para o Vale do que para o resto da região metropolitana, que o município tenha ganhado a denominação de “jeitinho de interior”. Porém apesar de fazer parte desta região, e de ter sido caminho durante séculos passados a todos aqueles que queriam alcançar as moradas das grandes fazendas dos barões do café, a própria história da cidade não se construiu sob os alicerces desse tipo de produção.

Graças às características ambientais da região, o governo imperial, na época sob o comando do Imperador Dom Pedro II, viu ali uma oportunidade além das plantações de café, o desenvolvimento da indústria no sul fluminense. Instalou-se então na região o que alguns historiadores consideraram a fábrica mais importante do império, a Cia. Têxtil Brasil Industrial, que ainda será apresentada neste mesmo capítulo.

A implantação da fábrica foi o pontapé inicial para a principal fonte de renda do município, que recebeu mais duas novas indústrias, e por meio delas pode se desenvolver e gerar diversos postos de trabalho para a população que crescia a cada dia. Apesar de todo o desenvolvimento gerado durante seus anos de existência, as fábricas acabaram saindo de funcionamento, o que resultou na demissão de vários trabalhadores locais e também residentes em municípios vizinhos, deixando assim a cidade com carência de empregos e geração de renda.

Após a desativação das fábricas o município precisou se adaptar e buscar novos meios de movimentar a economia. Muitos moradores precisaram, no entanto, buscar trabalho em outros lugares, tendo na maior parte das vezes que se deslocarem diariamente para o Rio de Janeiro, ou mesmo para alguns outros municípios da Baixada e arredores. Essa movimentação de pessoas em busca de oportunidades em outros locais acabou por render à cidade o adjetivo de “dormitório”, onde o morador apenas voltava para casa no fim do dia para dormir, e na manhã seguinte saía novamente para trabalhar, passando assim pouquíssimo tempo em sua própria cidade.

Ainda nesse contexto a economia municipal passou a ser, e é ainda hoje, regida pelo setor de serviços. O gráfico abaixo demonstra essa situação, bem como relaciona o PIB municipal com o Estadual e Nacional.

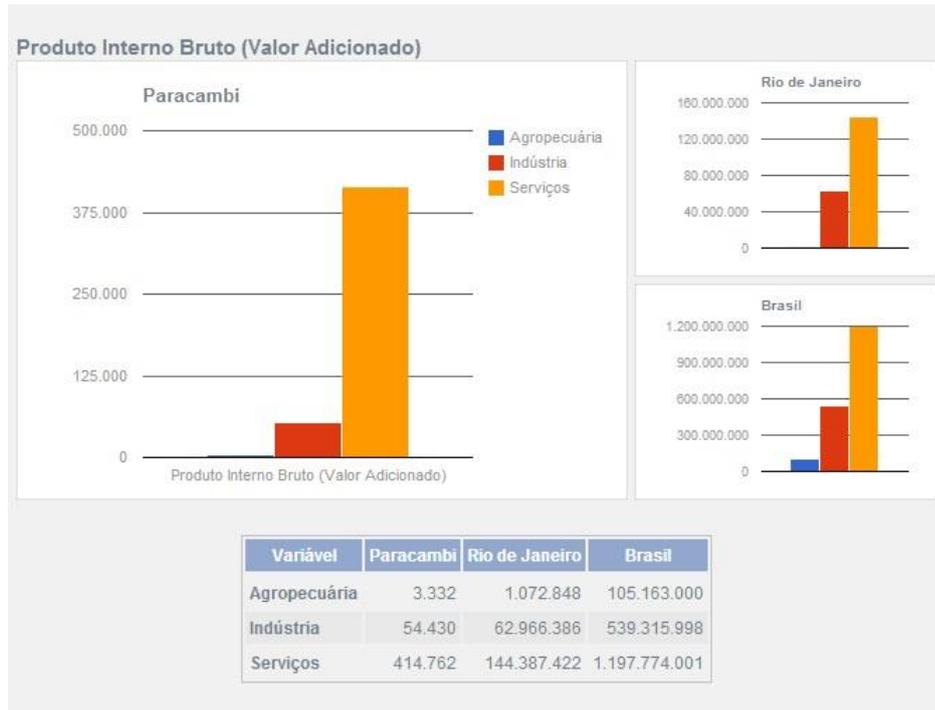


Figura 4 – Paracambi, PIB
 Fonte: IBGE - Infográficos: despesas e receitas orçamentárias e PIB (2013)

Com o auxílio dos gráficos podemos perceber que não apenas o PIB de Paracambi, mas também os do Rio de Janeiro e Brasil como um todo, são impulsionados majoritariamente pelo setor de serviços. Resta muito pouco de indústria na economia da cidade, embora durante muitos anos este tenha sido o fator propulsor de desenvolvimento municipal. Já a agropecuária é ainda mais fraca, representando o menor valor econômico entre os três existentes no local.

Já que os serviços são os principais responsáveis pela renda municipal, passemos então uma visão rápida sobre esses empreendimentos. Mesmo no centro a cidade, que é onde está concentrada a maior parte dos estabelecimentos comerciais, a estrutura dos prédios continua seguindo características de pequena cidade do interior. Não são encontrados grandes prédios ou mesmo shoppings cheios de lojas. O comércio é espalhado em pequenos estabelecimentos pelo centro da cidade, e oferece opções de lanchonetes, pizzarias e restaurantes, lojas de roupas, eletrodomésticos, materiais de construção e uma concessionária. Há também dois supermercados pertencentes a redes regionais, uma inclusive, nativa do próprio município.

Com relação aos serviços básicos da cidade, existe uma delegacia local, a 51ª Delegacia da Polícia Civil, dois hospitais, sendo um particular e um municipal, e

um posto de saúde municipal. Não há instituições de saúde estaduais ou federais no local. Com relação à educação a cidade conta com instituições particulares, públicas estaduais e municipais, com ensino do pré-escolar ao ensino médio, e um colégio técnico federal. Atualmente o município conta também com o ensino superior, oferecendo a opção do ensino à distância, com o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj), e alguns cursos ministrados pelo Instituto Superior Tecnológico (IST), ambos realizados no antigo prédio da fábrica Brasil Industrial.

No âmbito dos serviços e opções de entretenimento, as festas locais e o turismo aparecem como principais agentes e potenciais produtos a serem explorados. O calendário de eventos já é bem conhecido pelos moradores, e seus principais itens são: a festa de aniversário da cidade, na semana do dia 08 de agosto, a festa dos padroeiros São Pedro e São Paulo, no mês de junho, o Encontro de Motoqueiros, o Baile do Reencontro, tradição que nasceu ainda nos primeiros anos do município, e a Feira da Cultura.

O turismo em Paracambi não foge muito das temáticas de seus municípios vizinhos, onde os prédios históricos e o contato com a natureza são os atrativos principais. Em uma área com extensa mata atlântica preservada está o Parque Municipal do Curió, gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, aparecendo como o principal atrativo natural em potencial da cidade, porém apesar de sua divulgação pelo município, seu acesso para visitação ainda é precário. Além do parque existem também cachoeiras e rios com práticas de rapel e *rafting*, sendo um convite aos amantes da natureza e de esportes radicais.

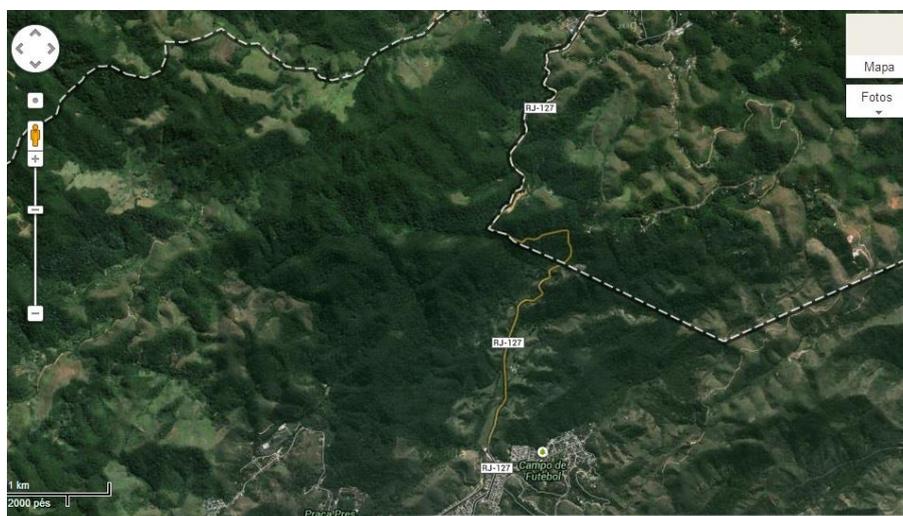


Figura 5 – Parque Municipal do Curió - Vista por Satélite
Fonte: Google Maps (2013)

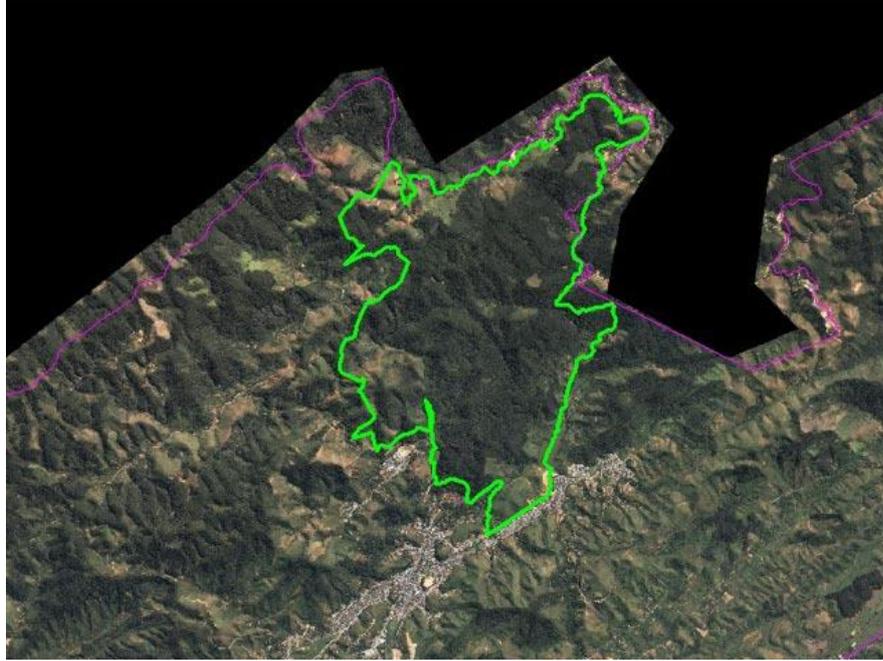


Figura 6 – Parque Municipal do Curió - Área demarcada⁷
Fonte: Portal Paracambi (2013)

As figuras 5 e 6 mostram a visão por satélite da área pertencente ao parque do Curió, onde a primeira é a vista geral, incluindo as divisas municipais e a RJ 127, que sobe a serra em direção a outros municípios do Vale do café. A segunda representa a mesma imagem, porém com linhas que representam a demarcação da área do parque. As partes pintadas de preto representam as regiões fora dos limites da cidade.

Os atrativos históricos remetem à época da construção da cidade, onde o principal é o antigo prédio da Cia Têxtil Brasil Industrial, que além de fomentar o crescimento econômico da região, também influenciou na construção de outros prédios históricos na cidade. Os detalhes destas construções e suas relações com a história do município serão apresentados no próximo tópico deste capítulo.

⁷ A Figura 6 foi retirada de sua fonte já da forma aqui apresentada, originalmente não tendo disponíveis medidas ou escalas geográficas.



Figura 7 – Cia Têxtil Brasil Industrial
Fonte: Google Imagens (2013)

A figura 7 permite uma visão ampla da faixa principal do prédio da fábrica, construída em estilo inglês. Nesta mesma imagem conseguimos identificar uma extensa área verde atrás do prédio, sendo ela parte do já citado parque municipal, predominantemente constituído por mata atlântica preservada.

Além dos atrativos apresentados, existem alguns que misturam história, natureza e serviços, como as fazendas locais abertas a visitação. A página do Rio Sul Net apresenta não só esses locais, como também outros empreendimentos, e fornece o endereço e o telefone para contato de cada um deles. Os sítios Canto da Mina e o Alvorada Paracambiana oferecem lazer e produtos aos seus visitantes, onde o primeiro permite o contato com animais criados no local e venda de produtos caseiros, e o segundo trabalha com a venda de cachaça caseira, bem conhecida naquela região. Há também a fazenda Terra Verde, onde ocorre a prática do *rafting* e rapel.

Paracambi possui assim diversas opções de lazer, bem como grande potencial a ser turisticamente aproveitado. Porém antes mesmo de se pensar no visitante devemos pensar no morador, e saber se ele conhece seus atrativos e se o acesso a estes é possível e devidamente divulgado.

É possível que não seja de interesse de alguns cidadãos utilizar alguns serviços de seu próprio município, como por exemplo, visitar uma fazenda local com criação de animais, ou mesmo hospedar-se em um hotel fazenda perto de sua própria casa, sendo esses serviços mais apreciados por visitantes de fora. No

entanto o patrimônio histórico precisa ser apropriado pelo morador, e este não deve vê-lo como um atrativo turístico a ser visitado, mas sim como uma parte de seu próprio passado a ser reconhecido e preservado.

A primeira coisa que talvez as pessoas precisem conhecer seja sua história. Sob quais condições seu município foi construído, e qual a visão e ambição daqueles que primeiro chegaram ao local, e ali se desenvolveram como sociedade e comunidade.

Paracambi pertence a um passado não muito distante da realidade, tendo apenas 53 anos de história como cidade. Mas a história do local e de seus moradores vai muito além de um decreto de criação municipal, nos levando de volta à época dos grandes barões do café, e do que talvez tenha sido uma das primeiras tentativas de industrialização da região ainda na época do império.

Mesmo fazendo parte de um contexto muito maior do que seu próprio território, e estando fisicamente na rota de grandes riquezas e mercadorias que durante anos manteve o país em funcionamento e desenvolvimento, a cidade tem suas características e particularidades próprias, e seu cidadão não só deve entender e conhecer esse passado, como também perceber que faz parte da construção dele.

3.2 A CIA. TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL E O NASCIMENTO DE MACACO PEQUENO

Talvez de uma forma geral a população compreenda que a fábrica Brasil Industrial faz parte da história da cidade, mas será que também entendem que ela não se manteve sozinha, e, portanto, influenciou diversas outras construções espalhadas pela cidade?

Para entendermos um pouco mais sobre a influência da fábrica, e de como esta auxiliou o desenvolvimento tanto da economia local, quanto a própria qualidade de vida da população, precisamos voltar anos no tempo, a uma época que não éramos geridos por presidentes, mas governados por imperadores.

É importante ressaltar neste momento uma das dificuldades recorrentes durante o desenvolvimento desse trabalho. A quantidade de fontes a respeito da cidade, em especial sobre sua origem e fundação, são escassas e em sua maioria incompletas. A maior parte das informações adquiridas a respeito deste período é oriunda do livro “História de Paracambi: 1800 a 1987”, dos autores Clélia Ramos

Nogueira Natal e Gilson Natal. O casal é nativo da região e pôde redigir o trabalho baseado em documentos e depoimentos da época, bem como experiências próprias e de terceiros que participaram do crescimento e desenvolvimento do município.

Com o auxílio da internet, podemos adquirir algumas informações sobre a cidade, porém são em sua maioria limitadas. Pode-se encontrar parte da história local no site da prefeitura, mas de maneira resumida, onde se mantêm apenas os postos-chave do passado, como data de emancipação, municípios aos quais a região pertencera inicialmente, o ano de construção da fábrica, etc. Dessa forma deixam-se de fora acontecimentos e peculiaridades importantes, que não só ajudam a descrever o passado, mas também permanecem no imaginário do cidadão, sobretudo daqueles mais velhos, e que tiveram oportunidade de protagonizá-los.

Começamos então a entender sobre a origem do local, e dessa forma compreender sob quais circunstâncias este se desenvolveu. Inicialmente a região era distrito de dois municípios, Vassouras e Itaguaí, separados pelo Rio dos Macacos, que atualmente corta a parte central do município. Esses eram o 7º Distrito de Vassouras, onde se desenvolveu a parte comercial, e o 3º Distrito de Itaguaí, onde cresceu a área industrial.

Nesse contexto torna-se claro o motivo pelo qual a história de Paracambi acaba se misturando com as desses dois municípios da região, e acontecimentos que antecedem a emancipação, também são narrados e encontrados nos registros históricos de Vassouras e Itaguaí.

Entre os séculos XVIII e XIX havia o que talvez tenha sido o primeiro povoado da região, a freguesia de São Pedro e São Paulo, localizada onde hoje é o Depósito Central de Munições do Exército Brasileiro (DCMun), às margens da atual RJ 127. Parte da Fazenda Nacional de Santa Cruz, a freguesia pertencia a uma região onde agricultura e pecuária estavam em pleno desenvolvimento, e até meados da década de 1850, permaneceu como a principal moradia dos habitantes da região.

Na época, a região onde hoje é o centro do município de Paracambi, chamava-se Macacos. Na dependência de dois municípios (Vassouras e Itaguaí), Macacos começou a crescer e atrair pessoas a partir da chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual linha ferroviária Central do Brasil. Naquele período, havia grande pressão dos barões do café de Vassouras para a chegada da estrada de ferro em seu município, e após disputas políticas entre poderosos donos de terras,

decidiu-se que o trem chegaria à esse destino subindo por Macacos, em vez de Morro Azul, como mostrava um projeto alternativo do período. Inaugurou-se então em 1861 a estação Macacos, na ocasião, contou-se inclusive com a presença do Imperador D. Pedro II na cerimônia de inauguração.



Década de 20
O prédio da estação de Paracambi.

Figura 8 – Estação de Trem de Paracambi
Fonte: Paracambi Blog (2013)



Década de 20
Vista do prédio da Estação e a "Maria Fumaça" com os vagões de madeira.

Figura 9 – Estação de Trem de Paracambi
Fonte: Paracambi Blog (2013)



Figura 10 – Estação de Trem de Paracambi (Atual)
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)



Figura 11 – Estação de Trem de Paracambi (Atual)
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)

As figuras 8 e 9 mostram o antigo prédio da estação de trem. As fotos são da década de 1920, sendo essas as mais antigas encontradas nos arquivos digitais disponibilizados online. Apesar de serem mais recentes que a época da inauguração, em 1861, podemos imaginar que se assemelham bastante ao contexto daquela época, já que ainda era apenas um prédio com a linha de trem, não tendo

ainda seu entorno muito alterado. Já nas figuras 10 e 11, vemos a estação em seu contexto atual. Reparemos que a estrutura original do prédio ainda está mantida, mas agora conta com nova infraestrutura de embarque, com a plataforma mais afastada do prédio, bem como a presença da bilheteria e das grades que cercam o local. O entorno também já está alterado, sendo hoje uma grande praça que comporta também um bicicletário e pontos de ônibus.

Dez anos depois da chegada da estrada de ferro, Macacos ganhou sua segunda grande construção, e talvez a maior responsável pelo desenvolvimento local. A Cia Têxtil Brasil Industrial foi fundada em 1871, na área que antes era a fazenda Ribeirão dos Macacos, que foi comprada para a construção do prédio e seus arredores. O capital inicial utilizado na construção do edifício e nos demais gastos de implantação, somava mil contos de réis (NATAL; NATAL, 1987, p. 36).



**CIA. TEXTIL BRASIL INDUSTRIAL
(PIONEIRA)**

Figura 12 – Cia Têxtil Brasil Industrial
Fonte: NATAL; NATAL, 1987, p. 37



15 de junho de 1939

Vista geral da fábrica Brazil Industrial. Na época, muitos equipamentos funcionavam à vapor de lenha devido a falta de combustível, já em consequência dos prenúncios da Segunda Guerra Mundial.

Figura 13 – Cia Têxtil Brasil Industrial.
Fonte: Paracambi Blog (2013)

As imagens mostram como a fábrica ficou após terminada a construção, já em funcionamento desde seu ano de fundação. Como a figura 13 nos mostra, a fábrica não foi apenas importante no período do império, mas seguiu em funcionamento ainda por vários anos, permanecendo em funcionamento até mesmo durante a época das grandes guerras.

Três anos depois da inauguração, em 1874, a fábrica já possuía 400 teares em sua linha, entretanto, sofria com falta de mão de obra qualificada para operar as máquinas, estando apenas metade delas em funcionamento. A resposta emergencial foi trazer operários de fora, e até o ano seguinte, onde mais 100 teares já funcionavam, a fábrica contava com o reforço de trabalhadores vindos de Santa Catarina, Inglaterra e Alemanha.

Depois de identificado o problema de falta de mão de obra, os gestores da Cia resolveram investir nos moradores da região. Passou-se então a treinar e ensinar meninos a trabalhar com o equipamento, preparando-os então para o trabalho dentro da fábrica e empregando-os logo em seguida.

Sendo essa uma das primeiras ações da Cia para com a população, o resultado foi o aumento do fluxo de pessoas que se dirigiam para Macacos, onde muitas acabaram por adotar a cidade como morada definitiva. Somando essa nova oportunidade de trabalho, com a já presente linha férrea, e o advento da abolição da

escravatura alguns anos depois, em 1888, a freguesia São Pedro e São Paulo acabou sendo extinta, devido ao abandono de seus moradores e funcionários que migraram definitivamente para Macacos. Nessa migração foram levadas, inclusive, as imagens sacras que representavam os padroeiros do povoado, que apenas ganhou sua Igreja Matriz em 1948, hoje, no centro da cidade (NATAL; NATAL, 1987).

O treinamento de jovens no ofício da fábrica não foi a única evolução que a Cia promoveu para Macacos. Conforme mais pessoas chegavam ao local, e ali se fixavam definitivamente, necessidades foram surgindo para além do trabalho, e com isso foram aparecendo novos edifícios na cidade.

O primeiro deles faz referência à necessidade religiosa dos habitantes. O povoado ainda não possuía uma igreja, e conforme a população crescia, essa falta passou a incomodar as pessoas. Para resolver o problema, o gerente da fábrica e os operários se juntaram para promover o envio de donativos que auxiliassem na construção de uma capela, sendo essa a primeira do local. A área onde foi erguida a capela foi doada pela própria Cia Brasil Industrial, bem como grande parte do material utilizado, e o auxílio da própria mão de obra, onde os operários dedicaram seus fins de semana à construção do prédio. A capela foi inaugurada em 1880, tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Permanecendo até hoje no local, a capela é agora propriedade particular, tendo sido completamente reformada pelo proprietário. Ao seu lado, na mesma área, há um casarão também já reformado, onde seus proprietários demonstraram interesse em criar um espaço cultural aberto ao público da cidade e visitantes.



8 de setembro de 1907
Festa na capela da fábrica.

Figura 14 – Capela Nossa Senhora da Conceição (1907)
Fonte: Paracambi Blog (2013)



Figura 15 – Capela Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)



Figura 16 – Capela Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)



Figura 17 – Casarão
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)



Figura 18 – Placa Comemorativa de reinauguração
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)

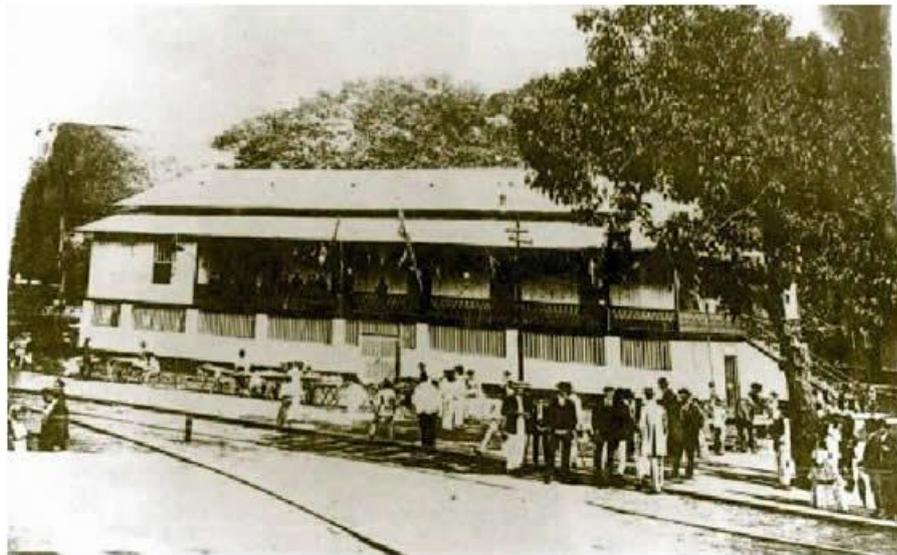
Durante a pesquisa e levantamento de imagens, a figura 14 foi a única encontrada que reproduz a capela, e que mais se aproxima do ano de sua construção. Nas imagens 15,16 e 17 temos a vista do prédio hoje, já completamente reformado, bem como o casarão presente ao seu lado. Tanto capela quanto casarão ainda permanecem fechados e fora das vistas dos moradores do local. Já a figura 18 pode nos mostrar os atuais proprietários deste local, inclusive, a sua relação com a

memória do local, pois seus pais fizeram parte dessa história ao pertencer à antiga equipe de funcionários da fábrica.

As contribuições da Cia para a região não pararam nessa última construção. Tendo em vista o crescimento acelerado da produção, bem como o aumento do número de habitantes, os gestores entenderam que a cidade necessitava de mais estrutura. Passaram então a fomentar e auxiliar na fundação de escolas no povoado, onde não se admitiram somente jovens, mas também diversos adultos também foram matriculados e tiveram acesso à educação escolar. Os gestores da Brasil Industrial entendiam que, ao educar a população, a mão de obra da fábrica seria aprimorada, tendo assim funcionários mais engajados no trabalho e cientes de seus papéis como sociedade.

Agora já com postos de trabalho e edifício religioso, o próximo passo foi investir no lazer das pessoas. Nasceu então o Brasil Industrial Esporte Clube e o Clube Brasil Industrial. Sendo a primeira equipe de futebol do local, e fundada pelos próprios operários, com o incentivo e auxílio do então diretor da fábrica, Dr. Dominique Level, o Brasil Industrial Esporte Clube ficou bem conhecido, na época, por toda a região do estado, existindo até hoje, dividindo os atletas do município com outros times de futebol locais (NATAL; NATAL, 1987).

Já o Clube Brasil Industrial foi fundado em 1894, ainda pelo Dr. Dominique Level, permanecendo até hoje no local, conhecido agora como Clube Municipal Cassino. O prédio é um grande barracão de madeira, e dentro possui salão, arquibancadas, uma palco para apresentações, uma varanda e salas internas. Foi destinado ao uso dos operários da fábrica, e lá ocorriam todas as festas da cidade, incluindo as homenagens à Nossa Senhora da Conceição, padroeira da capela dos operários.



1908

**Dia de festa no Cassino, com a entrada pela lateral,
ainda com os trilhos do trem na rua em frente.**

Figura 19 – Clube Brasil Industrial
Fonte: Paracambi Blog (2013)



Junho de 1909

Coreto onde ficava a banda de música, na praça em frente ao Cassino.

Figura 20 – Clube Brasil Industrial
Fonte: Paracambi Blog (2013)



Década de 50

O prédio do Cassino, já com a nova entrada pela frente da praça.

Figura 21 - Clube Brasil Industrial (Nova entrada)
Fonte: Paracambi Blog (2013)

Nas figuras 19 e 20 não vemos apenas o prédio, mas também a movimentação de pessoas no local. As festas no Cassino eram as mais disputadas, representando não só oportunidades de entretenimento, mas também *status*. A figura 21 representa o prédio após uma de suas primeiras reformas, onde a escada principal foi retirada da lateral e colocada à frente do prédio.



Figura 22 – Clube Municipal Cassino
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)

Até hoje o Cassino faz parte do dia a dia da cidade. Na imagem 22 o vemos como está atualmente, já com a nova pintura feita pela atual administração pública,

e conhecido agora como Clube Municipal Cassino. O prédio hoje abriga a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e é palco de eventos como o Baile do Reencontro, de apresentações culturais e encenações teatrais como a representação local da Paixão de Cristo.

Tendo em vista tantos edifícios e estruturas erguidas no povoado de Macacos devido à influência da Cia Têxtil Brasil Industrial, podemos afirmar que grande parte da história do município de Paracambi se deve à existência dessa fábrica. Além de todas as construções citadas, bem como várias outras, como as casas da Avenida dos Operários, diversos outros espaços foram utilizados após doações da Cia. A exemplo disso estão a Igreja Matriz São Pedro e São Paulo, e o cemitério municipal, sendo ambos construídos em terras doadas pela Brasil Industrial.

Os gestores da fábrica não só fomentaram o desenvolvimento econômico e social, mas também a expansão de suas próprias terras. Ao identificar locais propícios a novas produções, a Cia os comprava e agregava a seu território. Esse foi o caso da Fábrica de Tecidos Maria Cândida, localizada no bairro da Cascata, onde devido à presença de água corrente de uma cachoeira local, os gestores identificaram condições para a implementação de uma nova fábrica, inaugurando-a no local em 1927.

Em 1951, iniciou-se o processo de loteamento das fazendas da região. A população e o povoado já cresciam a pleno vapor, e identificou-se a necessidade de expansão de moradias próprias para as pessoas. Nesse ano foram loteadas as fazendas das Antas (atual bairro de Lajes), do Jardim Nova Era e do Sabugo, que permaneceram até hoje com os mesmos nomes, sendo atuais bairros da cidade. As terras da Fazenda Ribeirão dos Macacos, território da fábrica Brasil Industrial, também foram loteadas, com a diferença de que a prioridade de moradias desse local era da massa operária da fábrica, especialmente daqueles que já moravam na vila operária.

Sobrevivendo desde os anos imperiais até o advento da república, sob o comando de dois municípios, Macacos cresceu como um povoado único, mesmo sendo a junção de dois distritos. No ano de 1960, chega finalmente à emancipação de Vassouras e Itaguaí, conferindo ao município o nome de Paracambi.

Paracambi continuou seu desenvolvimento voltado principalmente à força de suas indústrias. O que começou com a Cia Têxtil Brasil Industrial, cresceu para a

Fábrica de Tecidos Maria Cândida (1927), a Siderúrgica Lanari S/A (1954), a Crown Indústria e Comércio LTDA (1979) e a Indústria de Arame Paracambi e Fábrica de Parafusos Benfica LTDA (1961 e 1979). Atualmente apenas a fábrica de Arames ainda funciona, já com uma produção significativamente inferior nesses dias.

Responsável por boa parte do crescimento da cidade, bem como pela economia local, a Brasil Industrial funcionou até meados de 1996, quando foi fechada junto da maior parte das indústrias locais. Hoje a economia de Paracambi depende principalmente da área de serviços, e sua produção agrícola volta-se principalmente às plantações de banana, mas nenhum destes consegue se equivaler ao desenvolvimento oferecido pelas indústrias locais.

A globalização e o constante desenvolvimento tecnológico foram os responsáveis por tirar as fábricas de Paracambi do sistema de produção nacional. O não aperfeiçoamento das indústrias locais deixou-as obsoletas, e gradativamente foram sendo encerradas e abandonadas. Hoje, apenas um de seus antigos prédios está em funcionamento.

Talvez por sorte, ou pela constante presença na vida da sociedade paracambiense, o prédio da antiga Cia. Brasil Industrial não foi esquecido e abandonado. Com sua fachada original ainda preservada, o prédio hoje é conhecido como Fábrica do Conhecimento. Mais de um órgão ou instituição estão instalados no local, que abriga colégios técnicos federais, uma faculdade, cursos de músicas, brinquedoteca e várias oficinas educacionais.

A atual utilização do prédio da Brasil Industrial remete às teorias de preservação mencionadas no segundo capítulo deste trabalho. Preservar não é afastar o bem do contato de seu público, mas sim integrá-lo à dinâmica da sociedade. Ao utilizar o antigo edifício para novas atividades, não só preserva-se o registro histórico de seu tempo, mas também permite que novas pessoas interajam com seu patrimônio, mantendo sua relevância dentro da sociedade e da vida de seus cidadãos.

3.3 LENDAS E CONTOS DE UM POVO

Há mais sobre a história de um povo do que encontramos registrados em livros de pesquisa. Localização, datas e nomes de personalidades locais são importantes para uma região, pois conta como foi o início, quem foram os primeiros

a idealizar um local onde cresceriam várias pessoas, onde construiriam suas histórias e viveriam juntas em sociedade. No entanto não há lugar para todas as estórias, todas as lendas e contos de um povo dentro de um único volume encadernado.

Algumas das peculiaridades de uma casa muitas vezes são visíveis apenas ao próprio morador, bem como histórias que são apenas contadas por aqueles que a presenciaram. Entretanto, assim como o tempo passa a memória das pessoas também se perde, principalmente quando fatos não são contados aos cidadãos mais novos. Tais histórias não devem correr o risco de cair no esquecimento, mas sim serem contadas pelo único representante que pode ajuda-las a vencer o esquecimento do tempo, o patrimônio histórico.

A técnica da interpretação patrimonial apresentada no capítulo anterior utiliza-se desse tipo de recurso histórico. Muito mais do que contar como ou quando algo aconteceu, entende-se que muitos detalhes são relevantes, muitas situações que não só auxiliaram na construção de um bem, mas também ambientaram, deram vida àquele local, e retornam à mente das pessoas sempre que o momento é relembrado.

Assim como tantos locais espalhados pelo mundo, Paracambi guarda histórias e lendas que muitas vezes são contadas apenas pelos antigos cidadãos. Quantas mais pode haver, ou mesmo quantas delas são conhecidas por mais do que algumas pessoas, não há formas de saber, mas existem as que se mostram mais presentes e são repetidas mais vezes, fazendo parte do imaginário de toda a comunidade.

3.3.1 Escravos e tijolos

Esse conto remonta à época de construção do prédio da fábrica Brasil Industrial, ainda em meados do século XIX. Reza a lenda que os tijolos utilizados na construção do prédio tinham numerações provenientes de sua fabricação, como seus números de série. Durante a construção utilizaram-se de mão de obra escrava, e como esses escravos eram analfabetos, diz-se que muitos colocavam os tijolos com numerações viradas de cabeça para baixo.

Podendo ser talvez a primeira lenda referente à fábrica, não se tem exatidão se é real ou não, mas antigos moradores do município e trabalhadores da fábrica,

afirmam que em alguns locais ainda se podem ver tijolos com suas numerações invertidas.

3.3.2 Burro Preto

Já entendemos que a instalação da Estação de Trem e da Cia Têxtil Brasil Industrial foram grandes responsáveis pelo desenvolvimento do povoado de Macacos, e juntas, trabalhavam para movimentar a economia da região e do Estado do Rio de Janeiro. As duas construções estão localizadas nas pontas de uma longa avenida, pela qual, na época, havia trilhos de um bonde que fazia a ligação entre elas. Um trem de carga passava sob os trilhos desta avenida, batizada de Avenida dos Operários, pois nela diversas casas foram construídas como moradias para os trabalhadores da fábrica. Indo da Estação de Macacos até o interior da Brasil Industrial, e vice versa, o trem cargueiro seguia com a produção da fábrica que era levada de trem pela linha Dom Pedro II até a Central do Brasil.

Fez-se então um bonde que passava pelos mesmos trilhos, porém pequeno e puxado por burros, destinado ao transporte dos diretores da fábrica. Três burros eram revezados neste trabalho: moleque, coquinho e preto (NATAL; NATAL, 1987). Burro preto é o personagem deste conto.

Dizem os antigos que durante a noite burro preto era solto para pastar, permanecendo assim até o dia seguinte. Pela manhã os entregadores de pães (como eram chamados os padeiros), deixavam seus pacotes de pão nas janelas das casas da Avenida dos Operários. Porém logo após essa entrega, burro preto vinha descendo a avenida recolhendo e comendo os pães das casas. Para não ficarem sem pão, as pessoas tinham de acordar cedo e recolher o pão assim que o entregador passava, e antes do burro chegar para seu café da manhã.

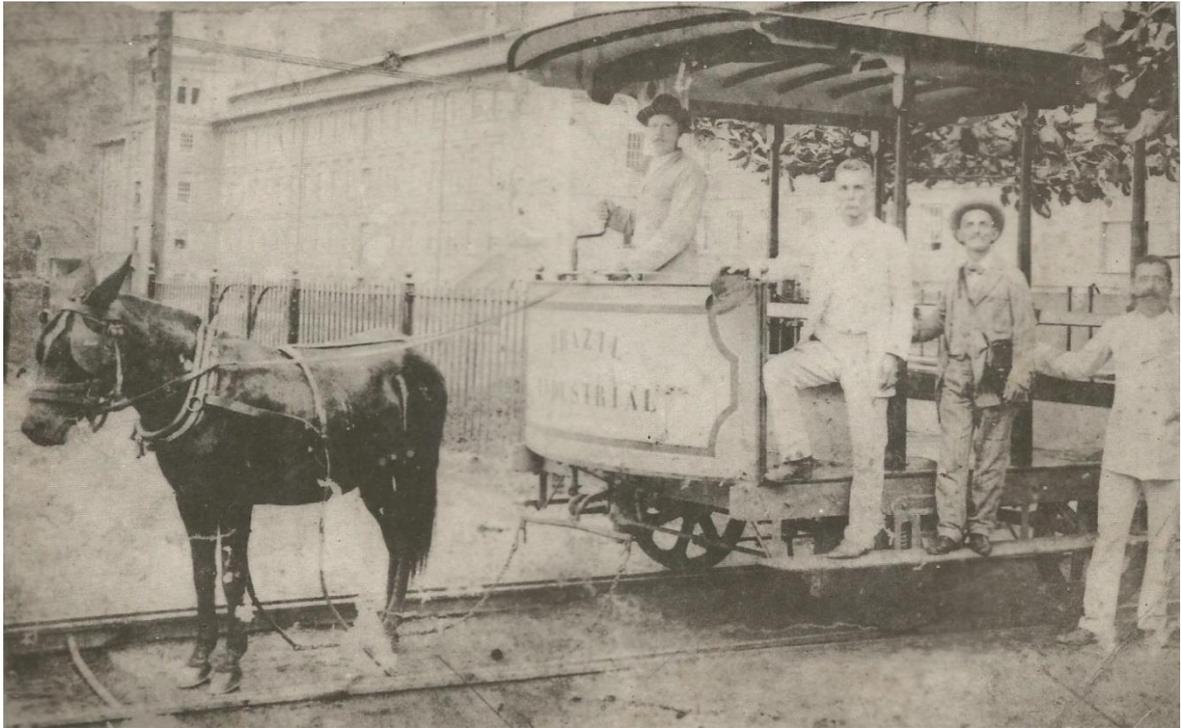


Figura 23 – Bonde puxado pelo Burro Preto
 Fonte: NATAL; NATAL, 1987

Essa é uma história contada não apenas pelas pessoas, mas também está presente no livro de Clélia e Gilson Natal, onde a colocam como “[...] uma história muito interessante e famosa que os antigos contam rindo” (NATAL; NATAL, 1987, p. 9).

3.3.3 A vingança da Santa

Como saber quanto das histórias que ouvimos são verídicas e quantas não tem uma boa adição de crença e imaginação? Paracambi não está longe dessa realidade, e também tem suas lendas cheias de misticismo.

Em dezembro de 1883, durante uma tempestade, uma faísca foi lançada sobre o algodão estocado iniciando um incêndio que quase destruiu completamente o prédio principal da fábrica. Graças ao seguro foi possível reconstruir a fábrica, porém apenas voltou a funcionar dois anos depois, quando foi reinaugurada em 1885, novamente com a presença de Sua Majestade Imperial Dom Pedro II.

O interessante neste acontecimento é a lenda por trás do incêndio. Na época era costume que os operários fossem liberados da fábrica para uma missa semanal na capela Nossa Senhora da Conceição. Aparentemente, na semana do

sinistro, os funcionários não foram dispensados, devido a alguma necessidade de produção. Essa teria sido a primeira vez desde a inauguração da capela, três anos antes.⁸

Há quem diga que o incêndio aconteceu como um suposto aviso superior, informando de que os funcionários não deveriam ser impedidos de realizar suas práticas religiosas, mesmo que em nome da produção local.

Se foi realmente uma dita “vingança” pela não dispensa dos operários, ou uma infeliz coincidência, jamais saberemos. Algumas lendas tendem a ser coincidência, outras não podem ser explicadas, mas o importante é que sejam contadas às próximas gerações, preservando a memória de acontecimentos que pertencem essencialmente ao próprio povo.

⁸ Não se encontrou fontes que comprovem a suposta falta de dispensa dos funcionários neste dia. No livro de Clélia Ramos Nogueira Natal e Gilson Natal há o relato do incêndio, mas fala-se apenas do fato em si. O conto é passado por antigos funcionários da Cia, que um dia ouviram de funcionários mais antigos, e assim por diante.

4 A PERCEPÇÃO DO CIDADÃO E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR

Há muito que se descobrir estudando teorias e práticas na academia. A todo o momento, estudiosos surgem com novos métodos, novas explicações e soluções de problemas, nas áreas mais diversificadas, criando meios e alternativas para situações do cotidiano. No entanto corremos o risco de algumas vezes nos precipitarmos a tentar solucionar um problema, sem antes visualizar toda a sua extensão.

O patrimônio histórico e a técnica da interpretação patrimonial podem auxiliar na aproximação entre as pessoas e os bens coletivos, entre o turista e o atrativo, entre o morador e o seu passado. Entretanto necessita-se entender como é a relação do cidadão com seu patrimônio, com sua história, e como ele enxerga a relevância que o bem pode ter em sua vida.

Neste capítulo buscaremos entender e nos aproximar um pouco mais do que o paracambiense conhece de Paracambi, como é sua relação com a antiga Cia Têxtil Brasil Industrial, e se ele se identifica com a fábrica, seja em sua história ou atualidade.

4.1 A PARACAMBI DOS PARACAMBIENSES

Uma cidade e seus patrimônios podem guardar diversos pontos de vista, tão numerosos quanto sua própria população. A história individual e a visão de cada um são contadas pela própria perspectiva da pessoa, e junto de outras formam a realidade e o legado da sociedade. Talvez o real valor de um bem esteja em sua capacidade de alcançar e fomentar diferentes visões e sentimentos nas pessoas de seu cotidiano.

No município de Paracambi não poderia ser diferente, pois sua população também guarda diversos olhares sobre seu passado e presente. A única forma de se compreender a população é, portanto, conhecer suas diferentes perspectivas e visões, ou tantas quantas forem possíveis.

Buscou-se então conversar com os moradores, ouvindo o que eles têm a dizer a respeito da cidade e de sua relação individual com o ambiente em que vivem. Focou-se então na fábrica Brasil Industrial, e em como ela influenciou o desenvolvimento local e a vida das pessoas. O objetivo era verificar se as pessoas

conhecem aquele patrimônio histórico, e mais importante, como elas se sentem em relação a ele, se se identificam com sua história e que tipo de memórias tem dele.

O local escolhido para essa coleta de informações foi a região da própria fábrica, onde foi possível abordar aleatoriamente transeuntes que circulavam na área, onde como dito, a amostragem envolvia os moradores da cidade, não atendo-se a quantidade, mas sim qualidade da pesquisa, tornando-a especificamente qualitativa.

A entrevista semiestruturada buscou a reflexão individual de cada entrevistado, onde com o auxílio de nove perguntas abertas, pôde-se refletir sobre o significado dos bens patrimoniais da cidade e sua relevância para a sociedade local. Foram cinco dias de pesquisa, todos na parte da manhã, sendo que enquanto alguns dias eram mais movimentados, em outros houve a pouca circulação de pessoas.



Figuras 24 – Transeuntes na chegada à fábrica – Local de pesquisa
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)



Figuras 25 – Transeuntes na chegada à fábrica – Local de pesquisa
Fonte: Arquivo Pessoal (2013)

O mais interessante a se descobrir nessa pesquisa foi exatamente a já mencionada diversidade de olhares. Cada entrevistado teve a oportunidade de refletir e expressar o que sente pelo patrimônio em questão, pela sua história e por sua própria cidade. Seguiu-se então um padrão de perguntas, que giravam entorno do foco da pesquisa, mas que puderam ser adaptadas de acordo com o que os entrevistados revelavam conforme suas experiências e memórias. Ao contribuir com a pesquisa, cada entrevistado concordou em disponibilizar seu primeiro nome para que este pudesse aparecer na redação deste trabalho, essa permissão foi concedida oralmente durante a entrevista. As perguntas base da pesquisa estão apresentadas como o Apêndice A deste trabalho.

As perguntas foram elaboradas para serem abertas à reflexão do indivíduo, sendo passíveis de respostas distintas e diversas. Dessa forma, algumas respostas, e algumas reações às perguntas, mostraram-se interessantes e reflexivas. Como o é caso do Sr. Carlos de 54 anos, e da Sra. Inacir, que preferiu não dizer sua idade, mas informou que já passou dos 60 anos.

Morador local com 54 anos de idade, senhor Carlos trabalha como vigia há 12 anos, já tendo exercido essa função também nas outras fábricas de Paracambi, é agora responsável pelo portão de acesso da antiga Cia Têxtil Brasil Industrial. Ele

garantiu que gosta muito de seu trabalho, e que não se vê trabalhando em outra profissão.

Entretanto, percebeu-se que a satisfação permanece apenas com sua função, pois revelou que não se interessa pelos “assuntos da fábrica”, e também já não tem fé no desenvolvimento da cidade. Ao questionado sobre seu conhecimento em relação à fábrica, Sr. Carlos se esquivou dizendo que não sabia de nada, pois não havia trabalhado nela nos anos de funcionamento, e indicou que havia um outro vigia, colega dele, que já não mais trabalha naquele local, que poderia contar muito sobre a fábrica, pois havia trabalhando nela durante anos. Por mais de uma vez ele mencionou este amigo, dando a entender que apenas quem já trabalhou lá poderia contar sobre o prédio.

Se seguirmos essa linha de pensamento, talvez a Dona Inacir seja tão boa para nos contar sobre a história da fábrica quanto o amigo do Sr. Carlos. Aposentada e também cuidadora de idosos, dona Inacir trabalhou na Brasil Industrial por sete anos, saindo antes mesmo do fechamento da indústria.

Entretanto, antes de falarmos da experiência de Inacir, vamos pensar primeiro na indiferença de Carlos em relação ao patrimônio da cidade. Não se pretende aqui julgar o entrevistado, apenas entender seu pensamento, que assim como o de muitos outros, tem uma ótica própria.

A pergunta feita foi: Por quê? “Por que o senhor não considera esse prédio como parte de sua vida?”. A resposta não veio apenas na voz, mas o olhar também a expressou. Carlos disse: “Ela não é boa, foi feita por escravos, nada que é feito usando escravos pode ser bom.”.

Talvez sua relação com o patrimônio e seu conhecimento sobre a história local não sejam tão insignificantes como ele próprio afirmou. Dentre todos os entrevistados, Carlos foi o único que citou a utilização da mão de obra escrava durante a construção da fábrica, pois claramente esse fato é a característica que mais afetou sua percepção desse patrimônio.

De alguma forma a insatisfação com esse fato afastou Carlos da história da Brasil Industrial, bem como sua própria identificação com o local. Ele não se considera parte daquele patrimônio, nem o vê mesmo como uma influência em sua vida, mesmo com toda proximidade que ambos compartilham. Além de ser seu local de trabalho hoje, foi também de sua mãe, que era funcionária da fábrica quando esta ainda estava funcionando.

Essa nova informação nos levou a questionar se, mesmo não tendo trabalhado na fábrica, Carlos não teria alguma memória sobre a época que sua mãe ainda trabalhava. Novamente a resposta foi negativa. Segundo ele, a fábrica era apenas o “ganha pão” da família, e sua mãe apenas a via como uma forma de levar dinheiro para casa e alimentar os filhos. Carlos contou que histórias não eram repassadas, não se comentava sobre a fábrica em casa, mesmo depois de seu encerramento, quando ela teoricamente teria passado de fonte de renda a patrimônio e memória do município.

Podemos dizer que Carlos se enquadra em um dos tipos de cidadão que discutimos no capítulo 2 deste trabalho, aquele que não conhece seu patrimônio, mas também não faz questão de conhecê-lo. Por representar algo que Carlos não considera benéfico para si, ele não deseja fazer parte do cotidiano da Brasil Industrial, nem mesmo se identificar com a história daquele local.

Entretanto, ele reconhece sua importância. Ao falar sobre a relação entre a construção da fábrica e o crescimento da cidade, bem como os edifícios diretamente relacionados a ela, Carlos admitiu que sua existência não só auxiliou o crescimento da região, mas principalmente proporcionou a formação da própria cidade. “Sem ela (fábrica) Paracambi não existiria, e talvez se ainda funcionasse, a cidade poderia estar bem melhor”, disse Carlos.

Talvez parte de sua não identificação com o patrimônio seja também proveniente de sua insatisfação com a cidade. Disse que não via formas da cidade melhorar, que para isso acontecer, o comércio deveria abrir oportunidades para novos empreendimentos. Falou muito de lojas já conhecidas na região, mas que as mais próximas ficam em municípios vizinhos, como Seropédica. Pode-se perceber que para Carlos o que mais falta são opções de comércio e entretenimento na cidade, e afirmou que não considera a vida em Paracambi tão prazerosa.

Entretanto, não foram apenas reclamações sobre a cidade, pois também houve respostas positivas. Carlos demorou-se contando sobre seu bairro, como gostava de viver lá e de como estava satisfeito por ter criado seus filhos no mesmo lugar, sobre isso, Carlos disse: “Gosto muito de lá, não escolheria outro lugar em Paracambi para morar.”. O bairro em questão se chama Costa, e é pouco afastado do centro da cidade.

Nesse momento vemos que o entrevistado mantém sim uma memória com a cidade, porém não necessariamente com toda ela. O bairro onde vive é com o qual

se identifica, e todas as coisas que enumerou como importantes, são seus próprios patrimônios, sejam individuais ou coletivos, materiais ou imateriais.

Provando que as pessoas que utilizam o mesmo espaço podem ter visões diferentes a respeito deste, o depoimento de Dona Inacir difere em alguns aspectos do Sr. Carlos, e em outros, chegam a ser bem parecidos.

Moradora da cidade já há pelo menos 48 anos, dona Inacir veio para Paracambi ainda nova, deixando Minas, sua terra natal, para viver definitivamente no município. Ali cresceu, casou e criou seus filhos, enquanto se fixava e passava a fazer parte da história e do crescimento da região.

Durante sete anos Inacir foi funcionária da Cia. Têxtil Brasil Industrial, e em sua família, também o foram seu marido e os pais deste. Pode-se imaginar então que esta família guarda diversas lembranças da época da Brasil Industrial, de suas características e de sua relevância para o desenvolvimento da cidade. Ao ser questionada sobre o que o patrimônio significava em sua vida, Inacir respondeu: “Tudo.”. Explicou que a fábrica não só representava sua fonte de renda no passado, mas também sua própria casa.

Inacir ainda mora na área da fábrica onde ficava a vila operária, moradias construídas pela companhia para abrigar seus funcionários. “Nós ainda moramos aqui, e na época pagávamos um aluguel simbólico por nossas casas”, conta Dona Inacir. Atualmente ela vive com a mesma imagem que antigamente, utilizando todos os dias o mesmo caminho que passa pela Brasil Industrial seguindo em direção à sua casa. Nesse contexto o patrimônio continua sendo parte de sua vida, mesmo que não trabalhe mais com ele.

Com relação às suas memórias relacionadas àquele patrimônio, Inacir falou sobre muitas, positivas e negativas. Ela afirmou que a fábrica era muito importante para a cidade, que funcionava a partir dela, influenciando principalmente nas casas das pessoas e no próprio comércio. Inacir disse que: “Tudo era feito baseado na fábrica, as casas e edifícios se assemelhavam com a aparência dela”. De acordo com Inacir, as casas da vila operária seguiam o padrão de construção do próprio prédio da Brasil Industrial, onde suas portas e janelas eram exatamente iguais às do edifício. Com o passar do tempo os moradores foram modificando suas casas, transformando suas aparências, que hoje praticamente não se assemelham à época.



Figura 26 – Casa na Avenida dos Operários
Fonte: Arquivo pessoal (2013)

A figura 27 mostra a casa ainda presente na Avenida dos Operários que mais se aproxima à época de construção da vila operária. A semelhança ainda presente, e como Inacir comentou, deve-se às janelas e porta, que seguem as características do prédio da Cia.

Além da aparência da vila, Inacir também lembra da estabilidade econômica que a fábrica representava. Comentou que tinha seu salário fixo e suas férias corretamente, que podia se programar de acordo com o que sabia ao certo que iria ganhar ao fim de cada mês de trabalho. A estabilidade também era refletida no comércio local, que segundo ela crescia rapidamente, mas muitos empreendimentos não sobreviveram ao fechamento da fábrica.

Dona Inacir conta que criou seus filhos contando histórias sobre a fábrica e a cidade, e de como os funcionários possuíam privilégios por trabalharem lá. Falou sobre os bailes e festas do Cassino, e dos jogos do clube de futebol, eventos estes feitos para os funcionários, onde quem trabalhava na fábrica era automaticamente sócio de ambos.

Falou também sobre a relação dos funcionários com a gestão local. “Nem sempre era uma relação muito boa, eles queriam produção e nós precisávamos entregar. Quem não quisesse seguir essa regra ia embora”. O “ir embora” não

significava apenas deixar de trabalhar no local, mas também mudar de sua residência na vila e deixar de ser sócio dos clubes de entretenimento.

Nesse momento mencionou também o emprego de menores de idade na produção industrial. Disse que como naquela época as leis trabalhistas não eram tão fortes, era normal que jovens adolescentes trabalhassem no local para complementar a renda de sua família, mas que por injustiça recebiam apenas metade do salário de um funcionário mais velho, mesmo que dele fosse cobrado a mesma meta de produção. Inacir contou que trabalhar na Brasil Industrial era quase como uma tradição familiar. Um funcionário da fábrica acabava tendo seus descendentes como sucessores no ofício, e seus filhos, netos e bisnetos também trabalhavam no local. Dessa forma, conta que ser demitido por baixa produção era uma vergonha não só para a pessoa, mas também para sua família, o que vazia com que mesmo os jovens e seus baixos salários permanecessem trabalhando no local.

Assim como dona Inacir, a mãe da professora Cátia também trabalhou na Brasil Industrial durante alguns anos. Cátia está para completar 50 anos de idade e é professora do ensino fundamental em escolas do município. Sua mãe trabalhou por alguns anos na fábrica, porém deixou seu posto na indústria antes mesmo da filha nascer.

Foi entrevistada enquanto praticava caminhada no local, e contou que gosta de caminhar por lá todos os dias. A respeito de seu conhecimento sobre a fábrica, Cátia contou algumas informações históricas, como o fato de ter sido a primeira instalada na cidade e também sua procedência inglesa. Entretanto disse que não conhece muitas histórias sobre a época em que a fábrica funcionava, pois sua mãe não mais trabalhava lá quando ela nasceu, e não costumava falar muito sobre o local durante sua infância.

Cátia, no entanto, contou que se identifica muito com esse patrimônio, e que ele está muito ligado ao seu imaginário sobre a cidade. “Ela [fábrica] é o cartão postal da cidade, não consigo pensar em Paracambi sem ela”, disse. Essa resposta também serviu para a pergunta de relação entre a fábrica e os outros edifícios da cidade. A entrevistada não lembrou imediatamente dos outros prédios, mas depois citou o Cassino e a Avenida dos Operários, mas manteve o fato do cartão postal como sendo a principal relação entre a Brasil Industrial e o resto da cidade.

Além de se identificar e se apropriar da história daquele local, Cátia utilizou uma expressão muito interessante ao descrever como considerava a fábrica parte de sua vida: “Referência”. Contou que a Brasil Industrial é como uma referência para ela, do lugar em que ela vive e que ama, e que não se imagina morando em lugar algum além de Paracambi. Aquele patrimônio para ela representa, portanto, mais do que a história, mas também a materialização do lugar onde vive.

Tanto Cátia como Inacir são pessoas ligadas ao patrimônio e que se identificam com as memórias que este representa. Ambas lamentaram o fato da história do local não ser melhor contada ou lembrada pela própria cidade. Cátia acredita que o principal problema é a falta de divulgação do próprio patrimônio, que apesar de não ter ficado abandonado, hoje só é frequentado por trabalhadores e estudantes, e muito pouco de sua história é contada.

Inacir detectou outro problema. Segundo ela a prefeitura não deveria ter permitido que as casas da vila operária fossem alteradas de seu original, pois se ao menos as fachadas fossem mantidas, hoje poderiam ser um grande atrativo da cidade, estando conservadas e tombadas como patrimônios históricos juntos da própria fábrica.

Cátia e Inacir representam outro indivíduo também mencionado anteriormente neste trabalho. Ambas estão conectadas ao patrimônio por se identificarem com ele, e veem aspectos que poderiam ser melhorados para que os demais moradores também o reconhecessem, porém sem poder de decisão para iniciar essa prática.

Outros entrevistados também apontaram problemas semelhantes de falta de divulgação sobre o local, onde muitos trabalham, estudam e caminham sem ao menos conhecer peculiaridades do local. Outro aspecto muito falado também foi do parque que está atrás da fábrica, e de como o ambiente natural ao redor faz parte da ambientação e do cenário da própria fábrica.

Essa área de mata foi especialmente citada por Alessandra, estudante de 19 anos do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IST Paracambi. Em sua entrevista ela contou que não conhece muito da fábrica, apenas as informações que aparecem em sites da internet, principalmente pelo da própria faculdade. Alessandra, entretanto, reconhece que sente a importância da fábrica para cidade, sobretudo para os moradores mais antigos, pois diz que se não fossem os

estudantes que hoje frequentam a Brasil Industrial, a cidade teria ainda menos jovens do que já tem.

Diferente do parque, do Cassino e do clube de futebol, nenhum dos entrevistados mencionou a presença da capela naquela área, nem mesmo relacionou-a com o patrimônio da Brasil Industrial. Talvez por ser a construção mais antiga depois da própria fábrica, e de apesar de estar na mesma área, fica em uma subida cercada de árvores, e longe de olhos desatentos, a pequena capela acaba passando despercebida pela maior parte das pessoas que frequentam a região.

Mesmo que o foco principal da pesquisa sejam os próprios moradores do município, alguns frequentadores da fábrica também pararam para expressar suas opiniões sobre o patrimônio da cidade. Todos eram estudantes e conheceram Paracambi a partir do momento em que começaram a estudar nos ensinos técnicos e superiores que hoje o antigo prédio abriga. O que cada um deles sabe sobre o patrimônio onde estudam é apenas o informado nos próprios sites das instituições de ensino do local. Dessa forma, alguns conhecem o nome, outros que era uma fábrica têxtil, e os cursos que hoje se abrigam naquele local.

Existe também algo com que todos os entrevistados mencionaram, tanto os moradores quanto os alunos vindos de outros municípios. A antiga Cia Têxtil Brasil Industrial é o legado da cidade. Cada um à sua maneira contou que a fábrica é importante para representar a história da cidade, e ao abrigar hoje instituições de ensino, o local merece sua nova alcunha de Fábrica de Conhecimento.

A fábrica Brasil Industrial hoje também reforça a importância de não afastar as pessoas do patrimônio, mesmo que para preservá-lo, como mencionado no segundo capítulo deste trabalho. O antigo prédio permanece hoje com sua fachada idêntica à época da construção, e todos os dias recebe pessoas que circulam por ele e utilizam seus espaços. As pessoas não foram afastadas, e o patrimônio continua de pé e acessível a todos.

O legado que hoje a Brasil Industrial representa vai além de sua própria história, além de sua antiga função como indústria. Como Cátia nos contou, ela é a referência da cidade na mente de seus cidadãos. Ela faz parte da vida que hoje se leva em Paracambi, e esse fato não é verdade apenas aos paracambienses, mas também àqueles que todos os dias saem de seus municípios para trabalhar ou estudar aqui.

4.2 A INTERPRETAÇÃO EM PARACAMBI: PARA ATRAIR SEU POVO E CONTAR SUA HISTÓRIA

“Pelo menos ela não ficou abandonada como as outras (Fábrica de Tecidos Maria Cândida e Siderúrgica Lanari) que ficam lá só crescendo mato, hoje ela funciona para dar um futuro melhor para os jovens.” – Carlos, vigia de 54 anos.

“Quando ela (Brasil Industrial) fechou deixou um buraco na cidade e na vida das pessoas. As pessoas tiveram que sair para arrumar trabalho, o mercado praticamente fechou todo. Hoje ela é um legado. Hoje ela é uma Fábrica de Conhecimento.” – Inacir, aposentada e antiga funcionária da Cia Têxtil Brasil Industrial.

As citações anteriores são passagens das falas de dois entrevistados durante a pesquisa de campo, que expõem o que para eles representa o real legado da antiga fábrica Brasil Industrial.

Além de ter movimentado a economia local e garantido o crescimento do município, antes mesmo de ser um município, ainda na época do império, a Cia Têxtil Brasil Industrial continua a fazer parte da vida da cidade, permanecendo no imaginário de seu povo e no cotidiano daqueles que ainda frequentam suas instalações.

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber que as pessoas ainda se lembram da fábrica e do que ela representou para a cidade. Entretanto aparentemente ainda lhes falta a percepção de particularidades do patrimônio local, como a relação direta da fábrica não só com o crescimento da cidade, mas dos outros edifícios em si.

Por mais de uma vez o Clube Cassino e o clube de futebol Brasil Industrial passaram despercebidos no discurso dos entrevistados, onde a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a estação de trem sequer foram citadas. Entende-se então que falta um entendimento maior da própria população para com o patrimônio local, não composto apenas pela fábrica, apesar desta ser a mais conhecida.

O interessante de se pensar sobre a percepção das pessoas com relação ao antigo prédio da Brasil Industrial, é como seu reconhecimento pôde ser mantido. Mesmo com pouca estrutura e divulgação, a fábrica continuou a ser apropriada

pelos moradores locais, mesmo por aqueles que não a conheceram em seus anos de funcionamento.

Essa realidade talvez se deva ao fato de a fábrica não ter sido abandonada, nem mesmo fechada para preservação. Ela foi preservada ao permanecer parte do cotidiano do município, assim como a teoria apresentada previra. “Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma cidade velha [...]” (LEMOS, 1981 *apud* MOREIRA, [sd] p. 1). Essa passagem já citada no capítulo 2 mostra que preservar não significa afastar, mas sim aproximar o cidadão do patrimônio, bem como acabou sendo feito, mesmo que não intencionalmente, em Paracambi.

Entretanto apenas possibilitar o acesso das pessoas ao espaço onde se localiza o patrimônio não é suficiente. Precisa-se também informar, contar e demonstrar ao cidadão o que o bem representa à sociedade, assim como o papel deste em seu cotidiano.

Durante a pesquisa, pôde-se perceber que esse tipo de informação ainda falta ser disponibilizada aos moradores de Paracambi. Aqueles que circulam pela área da Brasil Industrial e a reconhecem como parte da história da cidade, especialmente ao se tratar dos cidadãos mais novos, ainda não estão completamente cientes de peculiaridades que relacionam a Brasil Industrial com outros locais do município.

Para possibilitar esse entendimento que ainda falta aos moradores, bem como sinalizar de maneira geral a existência de outros edifícios também relacionados à Cia Têxtil Brasil Industrial, os gestores dos patrimônios, junto ao poder público municipal, poderiam utilizar-se de técnicas de interpretação patrimonial. Como apresentado no capítulo 2, essas técnicas auxiliam na apresentação de informações aos visitantes, para melhorar o entendimento da história e de peculiaridades de locais espalhados pela cidade.

Questões mais urgentes, como a sinalização dos edifícios, podem ser resolvidas primeiro com o rápido auxílio de placas interpretativas. As placas são ferramentas que podem sinalizar aos transeuntes sobre o local que estão utilizando, bem como as construções que nele existem. A estratégia poderia beneficiar principalmente a capela presente na área da fábrica.

Logo na entrada da área pertencente à fábrica, há dois caminhos que levam em direção ao antigo prédio, um destinado aos pedestres e outro aos automóveis, e

a direita destes caminhos há uma pequena subida que leva à antiga capela e ao casarão. Nesta subida encontram-se várias árvores grandes que tampam a vista da construção, dificultando que pessoas a vejam. Uma placa poderia sinalizar a existência deste patrimônio, bem como sua localização a todo aquele que se interessar a conhecê-lo.

Placas interpretativas que contem um pouco da história de cada prédio também podem ser utilizadas. Se cada edifício tiver uma placa que exponha às pessoas informações básicas a respeito do bem patrimonial, elas podem não só aproximar quem já conhece o local, como também fomentar a curiosidade daqueles que não o conhecem.

As placas interpretativas fazem parte das já mencionadas mídias impessoais presentes na teoria da interpretação patrimonial, e dentro destas, também são passíveis de utilização folhetos informativos que auxiliam na divulgação dos locais pouco conhecidos.

Placas e folhetos são estratégias emergenciais que, neste momento, podem auxiliar no acesso dos moradores ao patrimônio da Brasil Industrial. Esse acesso não é necessariamente físico, pois as pessoas já podem chegar até a fábrica. Em sua entrevista, dona Inacir também mencionou que nos anos de funcionamento da Cia, apenas os funcionários podiam se aproximar do prédio, e qualquer outra pessoa não podia passar pelo portão externo. Hoje esse acesso existe, e o cidadão de Paracambi já pode circular por essa área antes fechada.

As teorias de interpretação patrimonial oferecem diversas outras técnicas e ferramentas para enriquecer o contato entre o patrimônio e seu público, e, se empregada em Paracambi, poderá aproximar ainda mais seus moradores do patrimônio da cidade. Durante o curso de Bacharelado em Turismo, na Universidade Federal Fluminense, este recurso comunicativo da interpretação patrimonial foi ensinado na disciplina “Turismo e Patrimônio Cultural”, ministrada pela orientadora desse estudo, a Prof^a Dr^a Karla Godoy. Ao longo do semestre, foi possível aprendê-lo e praticá-lo, evidenciando-se os benefícios de sua utilização. Desde que o intérprete consiga executar uma eficiente leitura interpretativa dos bens culturais, o recurso será de grande valia para gerar aproximações entre o patrimônio histórico e as pessoas.

A Fábrica Brasil Industrial representa muito para a história da cidade, e, por ter funcionado até 17 anos atrás, ainda permanece na memória de muitos

moradores, não só na daqueles que lá trabalharam, mas também na daqueles que cresceram ouvindo suas histórias. Uma releitura bem executada de seu prédio, e dos edifícios por ela influenciados, não apenas recordaria seu significado histórico, mas também aproximaria seus cidadãos daquilo que nunca deixou de ser deles, e que conta suas memórias e preserva suas identidades.

CONCLUSÃO

Nascido em decorrência da proximidade de sua autora com o município de Paracambi, sua terra natal, este trabalho foi idealizado com o intuito de entender a relação entre o patrimônio da cidade e seus moradores.

Durante muitos anos a Cia Têxtil Brasil Industrial fez parte do cotidiano da cidade e de seu desenvolvimento econômico. Responsável por praticamente todo o crescimento inicial do município de Paracambi, antes mesmo deste ser emancipado, e ainda nos anos imperiais, a companhia não só fomentou o desenvolvimento local, como também influenciou na construção de diversos edifícios que acompanharam a expansão da cidade e de sua população.

Tendo fechado suas portas há 17 anos, e deixando uma lacuna na economia da cidade, a fábrica Brasil Industrial é, até hoje, um bem local atuante na vida da população, pois onde antes se produzia tecido para comercialização, hoje se ensinam jovens e adultos em diversas modalidades de ensino. Por ser ainda referência àqueles que viveram e trabalharam dentro da fábrica, a memória da Cia ainda está presente nas mentes das pessoas, sobretudo mais velhas, e nos imaginários dos mais jovens que cresceram ouvindo suas histórias.

Há, entretanto, brechas entre a história da fábrica e dos edifícios por ela influenciados. Nem todos os prédios ligados ao patrimônio são reconhecidos pelos moradores como parte de um conjunto, apesar de serem conhecidos individualmente. Percebe-se também que, enquanto alguns edifícios fazem parte do cotidiano da cidade, como a antiga fábrica e o clube Cassino, outros praticamente passam despercebidos por transeuntes que circulam muito próximo de seus locais, como a Capela Nossa Senhora da Conceição.

Questionou-se, então, sobre o entendimento e a percepção das pessoas com relação ao patrimônio da cidade, não apenas como bem unitário, mas como elementos diversos que, juntos, representam o passado, e, ao mesmo tempo, compartilham o cotidiano dos cidadãos paracambienses.

Estabeleceu-se, assim, o objetivo geral apresentado no início deste trabalho, alcançado com êxito, a partir da identificação das teorias e conceitos necessários, e do levantamento histórico a respeito da formação do patrimônio local, onde se pôde refletir sobre o conteúdo das entrevistas efetuadas e das respostas apresentadas

pelos moradores, que expuseram seus respectivos olhares e percepções referentes ao patrimônio da cidade.

Buscou-se, então, alcançar este objetivo maior subdividindo-o em quatro objetivos específicos, aqui já enumerados anteriormente. Os capítulos 1 e 2 cumpriram com os objetivos “a” e “b”, e que, a partir das exposições e reflexões dos conceitos ligados à memória e identidade, e ao patrimônio e interpretação patrimonial, possibilitou-se o entendimento a respeito da importância que estes elementos representam não só teoricamente, mas também na prática da vida das pessoas.

Conforme enumerado pelo objetivo “c”, o capítulo 3 contou sobre a cidade de Paracambi e sua história, em que, por meio desta, buscou-se conhecer o patrimônio histórico do município desde sua formação, e entender como auxiliou no crescimento e desenvolvimento local, não apenas criando postos de trabalho, mas também fomentando a cultura e o lazer dos cidadãos.

Restando apenas o último objetivo específico do trabalho, o item “d” pôde ser cumprido graças à pesquisa de campo efetuada junto aos moradores transeuntes da área pertencente à fábrica. Naquele momento buscou-se conhecer um pouco da visão de cada um dos entrevistados, compreendendo suas percepções a respeito do patrimônio que lhes é comum.

Tendo finalizado os quatro objetivos específicos se pôde, enfim, concluir o objetivo geral deste trabalho. Conhecidos os conceitos e fatos históricos levantados em “a”, “b” e “c” foi possível refletir sobre os resultados obtidos em “d”, idealizando a partir disso destacar um indicativo de intervenção a ser feita para possibilitar a aproximação de morador e patrimônio. Nesse sentido, chegou-se também à resposta da pergunta norteadora deste trabalho.

Citemos então novamente o problema levantado que norteou a pesquisa referente ao patrimônio histórico de Paracambi: Considerando-se a possível falta de percepção sobre o significado do seu patrimônio por parte dos moradores, de que forma poder-se-ia propor um novo olhar sobre os edifícios e a relevância histórica do município de Paracambi, RJ, a fim de integrar as pessoas ao significado do patrimônio e possibilitar um melhor acesso dos cidadãos aos bens históricos de sua cidade?

De acordo com as entrevistas executadas, não se identificou necessariamente uma falta de percepção dos moradores em respeito ao patrimônio

em si, mas sim brechas no entendimento destes sobre os diversos aspectos da formação dos patrimônios em conjunto. Mesmo datando da época imperial, a fábrica Brasil Industrial ainda figura na mente da população como um importante patrimônio da cidade, mas hoje vista de uma forma generalizada apenas como o propulsor do desenvolvimento econômico da região, onde em seu contexto mais amplo, não influenciou apenas o comércio e a geração de renda, mas também a educação, cultura e a própria qualidade de vida da população.

Surpreendendo positivamente a pesquisadora, entende-se que a resposta para a questão norteadora não necessitará criar ou fomentar a percepção do morador em relação ao patrimônio, apenas ampliá-la. Desse modo, a solução e a resposta para a pergunta seria utilizar as práticas e preceitos da interpretação patrimonial para, não apenas atrair a atenção do público residente do município, mas também integrá-lo ainda mais ao cotidiano de seu patrimônio histórico, e ampliar sua percepção a respeito não apenas de um edifício, mas também da relação deste com diversos outros e com o crescimento econômico e social da região.

Com a interpretação patrimonial pode-se propor uma releitura e um novo olhar sobre o patrimônio histórico da cidade, e não só informar sobre as características locais para aqueles que o visitam e frequentam, mas também proporcionar uma maior divulgação dos elementos da área, e expansão do conhecimento histórico para os próprios moradores, sobretudo mais jovens, que reconhecem a importância de um dos bens, mas não necessariamente sabem da relação deste com os demais.

A partir deste ponto, abrem-se diversas outras oportunidades e possibilidades de trabalho e intervenção para expandir ainda mais o conhecimento sobre o patrimônio de Paracambi. O que a interpretação pode proporcionar é apenas o início de uma série de ações de gestão patrimonial, em que, em conjunto com poderes públicos e instituições responsáveis, pode-se avançar para políticas e ações de conscientização, bem como novas oportunidades de negócios.

Cabe aqui, então, incentivar a continuidade desta pesquisa em ações de aproximação entre a população e o patrimônio, bem como a elaboração de projetos e trabalhos de conscientização patrimonial em escolas, programas sociais de inclusão para aproximação de moradores residentes em áreas mais distantes do centro da cidade (local onde concentra a maior parte dos edifícios históricos), e

incentivo à documentação da história local, bem como de seus pequenos contos e lendas, para que estas não se percam no tempo e na memória dos cidadãos mais velhos.

Outra pesquisa fundamental para próximas ações junto ao patrimônio do município deve voltar-se aos visitantes de fora da cidade. Expõe-se aqui uma crítica ao próprio trabalho realizado, em que, talvez pelo foco adotado, não se abriu a oportunidade de identificar as impressões dos não moradores a respeito do patrimônio e das condições de visitação do local, principalmente junto aos próprios alunos que frequentam a Fábrica de Conhecimento, e residem fora do município.

A percepção desses visitantes é importante principalmente para fomentar a atividade turística da região. Apesar de pertencer à mesma região turística, Paracambi não conta com grandes atrativos e fazendas de café como outros municípios da região, portanto seu turismo deve ser voltado principalmente para seus atrativos históricos peculiares, como uma fábrica inglesa construída em pleno Segundo Reinado e visitada duas vezes por Sua Majestade o Imperador, e suas áreas de mata preservada, em que, mesmo em plena área metropolitana do Rio de Janeiro, conserva extensa área verde e paisagens únicas. Esses dois propulsores podem atrair turista que, uma vez na cidade, possam conhecer peculiaridades locais, como os esportes de aventura e a produção de cachaças local.

Bem como a pesquisa com visitantes de fora, também não foi possível, durante a confecção deste trabalho, conversar oficialmente com os gestores dos patrimônios espalhados pela cidade. A integração com essas pessoas, bem como com o próprio setor público, é essencial para a plena execução de políticas voltadas para a aproximação de moradores, educação patrimonial e fomento à atividade turística, sendo estas ações, hoje, muito importantes para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Além de todas as pesquisas e trabalhos passíveis de aplicação no município, também se torna importante ressaltar as dificuldades encontradas durante a elaboração do presente estudo. A principal delas talvez tenha sido a pouca disponibilidade de informações sobre a cidade, desde sua formação até aspectos gerenciais atuais. A disponibilidade de informações históricas é muito escassa, deixando o pesquisador em diversos momentos sem uma base de comparação para dados e informações existentes. Por mais de uma vez descobriu-se mais sobre um determinado aspecto do patrimônio histórico com os entrevistados

do que em livros ou publicações, o que, portanto, justifica o incentivo à documentação da história vivida pelos próprios moradores da região.

Este trabalho não só proporcionou o entendimento a respeito da relação entre morador e patrimônio na cidade de Paracambi, mas também ampliou a aproximação de sua autora com a história e o legado da cidade. Por tempo demais as pessoas imaginam a realidade de um local, mas não necessariamente de forma legítima. É impossível saber sobre os diversos olhares que uma população pode guardar a respeito de um mesmo bem, e isso não é só valioso para a sociedade, mas também para o próprio patrimônio, que após influenciar tantas transformações na vida de uma comunidade, tem hoje seu legado contado por diversas perspectivas que o reconhecem não apenas como um produto, mas como produtor e guardião da história, da memória e da identidade de todo um povo.

REFERÊNCIAS

- ARTES, Museu Nacional de Belas. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.mnba.gov.br/>>. Acesso em: 05 set. 2013.
- BLOG, Paracambi. Fotos antigas. Disponível em: <<http://paracambi.blog.br/?cat=16>>. Acesso em: 03 nov. 2013.
- BRANCO, Patrícia M. Castelo. **Patrimônio histórico e turismo: uma construção social**. 2009. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/2008101302Artigo_-_Patrimonio_Histrico_e_Turismo.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15374&sigla=Legislacao&retorno=detalheLegislacao>>. Acesso em: 01 out. 2013.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turista - Definição**. 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/T.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.
- BASTOS, Sênia. **Cidade hospitaleira: a identidade e a memória como fatores determinantes na interpretação do patrimônio cultural**. [sd]. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/14636221177517605076325914641623335863.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.
- COSTA, Flavia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Senac, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Ciências Sociais - Passo a Passo).
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.
- IBGE. **Rio de Janeiro - Paracambi: Infográficos: Evolução populacional e pirâmide etária**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/15FQ>>. Acesso em: 19 out. 2013.
- _____. **Rio de Janeiro – Paracambi: Infográficos: despesas e receitas orçamentárias e PIB**. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/15XN>>. Acesso em: 22 out. 2013.
- JESUS, Rosângela Cidreira de. Tradição e tradução: Identidade, Cultura e Memória. In: VI ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2010, Salvador. **Anais**. Salvador: Facom-ufba, 2010. p. 1 - 12.

Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24724.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2013.

MENESES, José Newton Coelho. Memória ou relíquia? Interpretação histórica, poder público e sustentabilidade do turismo cultural. In: _____. **História & turismo cultural**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 81-96. (Coleção "História & Reflexões").

MOREIRA, Amanda C. **A preservação do patrimônio arquitetônico eclético da cidade de Teresina para a memória da cidade**: o caso dos Bungalows da Avenida Frei Serafim.[sd]. Disponível em: <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/patrimoniocultural/arquivos/files/5\(1\).pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/patrimoniocultural/arquivos/files/5(1).pdf)>. Acesso em: 05 out. 2013.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ufmg; Território Brasilis, 2002.

NATAL, Clélia Ramos Nogueira; NATAL, Gilson. **História de Paracambi 1800 a 1987**. Rio de Janeiro: Guavira Editores Ltda., [sd].

NET, Rio Sul. **Paracambi**: próxima à capital e com jeitinho de interior. Disponível em: <http://riosulnet.globo.com/web/page/turismo_videos_detalhe.asp?cod=81>. Acesso em: 20 out. 2013.

PARACAMBI, Portal. **Parque Municipal Curió de Paracambi**. Disponível em: <http://www.portalparacambi.com/Parque_do_curio.htm>. Acesso em: 07 nov. 2013.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.95-109, maio 2007. Semestral. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/33>>. Acesso em: 14 set. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 12. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Perguntas Base para Pesquisa de Campo

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE TURISMO E HOTELARIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO

Pesquisa de Campo – Cia Têxtil Brasil Industrial

DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Ocupação: _____

PERGUNTAS SOBRE O PATRIMÔNIO

4. Você conhece esse prédio?
5. Que memórias você tem desse prédio?
6. Você sabe de alguma relação que este prédio possa ter com outras construções da cidade?
7. Você se considera parte desse patrimônio? Ele faz parte da sua vida?
8. Você gostaria de conhecer melhor o patrimônio se houvesse oportunidade?
9. Existe algum conto ou lenda sobre a cidade que você gostaria de compartilhar?